

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA**

**“BARREIRAS SÓCIO-CULTURAIS E LAZER DAS PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA: um estudo do grupo
Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP.”**

Édila Maria Bisognin Cantareli

**CAMPINAS - SP
1998**

9915/51



ÉDILA MARIA BISOGNIN CANTARELI

**"BARREIRAS SÓCIO-CULTURAIS E LAZER DAS PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA : um estudo do grupo
Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP."**

**Dissertação apresentada como exigência
final para obtenção do grau de Mestre em
Educação Física à Comissão Julgadora da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Prof. Dr. Júlio Romero Ferreira.**

Universidade Estadual de Campinas

Campinas - 1998

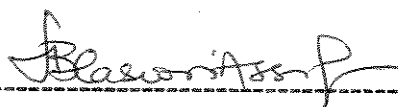
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF – UNICAMP

C166a Cantareli, Édila Maria Bisognin
Barreiras sócio-culturais e o lazer da pessoa deficiente: um estudo do grupo FCD
Campinas /Édila Maria Bisognin Cantarelli. -- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Júlio Romero Ferreira
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Deficientes físicos. 2. Lazer. I. Ferreira, Júlio Romero. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

COMISSÃO JULGADORA



Prof(a). Dra. Silvana Maria Blascovi-Assis



Prof. Dr. Júlio Romero Ferreira

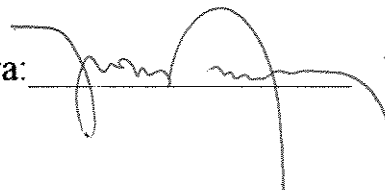


Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por **Édila Maria
Bisognin Cantareli** e aprovada pela Comissão
Julgadora em 29 de maio de 1998.

Data: 19/06/99

Assinatura: _____

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke, written over a horizontal line.

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, por ter acreditado em mim.

Ao esposo Marcelo, por ter compreendido tantos momentos de ausência, ao William que nasceu em meio ao curso e que me ensinou a buscar a harmonia entre o pensar e o sentir.

A todas “pessoas portadoras de deficiência física” do universo de estudo que, mesmo sem pernas, continuam “caminhando”, trabalhando, amando, participando da vida com entusiasmo, enquanto tantos outros que não portam “deficiência” já estacionaram, na imobilidade que a acomodação gera.

AGRADECIMENTOS

Este estudo não teria sido possível sem a contribuição de várias pessoas que, mesmo em momentos anteriores ao Curso de Mestrado, incentivaram-me a continuar estudando.

Vou me reportar à primeira professora, porque acredito ser essa uma pessoa de suma importância na minha vida acadêmica hoje. A Professora Lorete Garcia Fantinel, bem como suas irmãs, não pouparam esforços para que eu ingressasse na escola primária, quando os regulamentos afirmavam que era muito cedo. Aquela grande capacidade em perceber que cada indivíduo é único e especial e que o amadurecimento para a aprendizagem pode acontecer em momentos diferentes para cada um fizeram e até hoje, 25 anos depois fazem com que eu me motive a continuar estudando.

Um agradecimento especial aos meus pais que me garantiram a oportunidade de estudar mesmo quando as condições eram desfavoráveis. Eles souberam exigir, desde cedo, a disciplina que mais tarde a vida acadêmica me exigiria. A vocês, minha enorme gratidão!

Às Irmãs, Ana e Isalete, com carinho, agradeço a confiança que depositaram no meu trabalho e a responsabilidade que ousaram assumir para comigo.

Existe uma pessoa que me despertou para a importância de realizar esse curso na UNICAMP. Alguém que não se importa somente com seu próprio crescimento intelectual, mas que também se preocupa com o crescimento dos seus colegas. Ao Professor Silvio Ricardo da Silva, pelo incentivo e exemplo, OBRIGADO!

Sou grata ao conjunto de Professores do Curso de Pós-graduação da UNICAMP que contribuiu para minha formação acadêmica, tanto na área de lazer quanto na área de Educação Física Adaptada.

Ao Professor Júlio, pela amizade e paciência com que conduziu a orientação deste estudo. Através de suas considerações apontou-me caminhos para melhor perceber a realidade, sem nunca determiná-los. Muito Obrigado!

Um agradecimento especial ao querido amigo e Professor Nelson Carvalho Marcellino que, em meio a tantas ocupações, sempre arrumou tempo para me auxiliar. Sua disponibilidade, aliada a tantas outras qualidades, o fazem digno da grande admiração que tenho por ele. Obrigado por seu exemplo de dedicação e amizade.

Ao grupo de colegas do Curso de Pós-graduação da UNICAMP, em especial às amigas Olívia, Cristiane, Kátia, Maria Cláudia, Graciele e Jô ... em vocês eu pude encontrar o apoio em vários momentos de angústia. Também vocês me propiciaram muitos momentos de imensa alegria. Valeu!

Ao Professor Luzimar pelo auxílio na revisão do texto e a Professora Jane que me apoiou, não só no inglês, mas em várias outras ocasiões que precisei. Muito Obrigado!

Enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desse estudo, muito especialmente ao “Grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência” de Campinas, à sua fundadora Maria Trevisoli e às pessoas portadoras de deficiência física aqui entrevistadas que, através de seus relatos me permitiram uma melhor compreensão do tema estudado, sou imensamente grata.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Delimitação da proposta da pesquisa	16
CAP. I - A PROBLEMÁTICA DO LAZER	19
1.1 - Introdução	19
1.2 - O lazer em relação ao trabalho e outras obrigações	23
1.3 - As barreiras sócio-culturais que influenciam no lazer	29
CAP. II - DEFICIÊNCIAS E DEFICIÊNCIA FÍSICA	31
2.1 - Alguns apontamentos sobre o histórico da deficiência	32
2.2 - Considerações sobre diagnóstico e classificação de deficiência	36
2.3 - A generalização da deficiência e os rótulos atribuídos à pessoa portadora de deficiência	40
2.4 - O deficiente físico e sua relação com o trabalho, educação e lazer	49
2.4.1 - A deficiência física	49
2.4.2 - A deficiência física em relação ao trabalho	52
2.4.3 - A educação e o lazer da pessoa portadora de deficiência física	59
CAP. III - O GRUPO FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENÇA E DEFICIÊNCIA (FCD)	64
3.1 - Histórico, estruturação e filosofia do grupo	67
3.2 - Os encontros do grupo FCD: algumas observações	72
3.3 - Caracterização das pessoas portadoras de deficiência física	76
3.4 - Os significados de deficiência para as pessoas portadoras e as contribuições do grupo FCD na vida das pessoas	78

CAP. IV - O LAZER DO GRUPO FCD: analisando os discursos	85
4.1 - Os significados do lazer para as pessoas portadoras de deficiência física: conteúdos vivenciados, oportunidades e barreiras encontradas no lazer “intra-grupo”	86
4.2 - Contribuições do grupo FCD para o lazer das pessoas portadoras de deficiência física: conteúdos vivenciados, oportunidades e barreiras encontradas no lazer “extra-grupo”	93
4.3 - As relações lazer/trabalho na visão dos entrevistados	101
4.4 - As relações lazer/educação na visão dos entrevistados	107
 V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	 112
 VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 118
 ANEXO	 123

RESUMO

Neste trabalho, propusemo-nos a estudar as barreiras sócio-culturais que interferem no lazer das “pessoas portadoras de deficiência física” (PPDF). Para isso acreditamos, necessário diagnosticar os conteúdos culturais (atividades) mais vivenciados nos momentos de lazer, com que frequência (tempo) e em que locais (espaços) acontecem, bem como perceber as formas de participação e organização das atividades (atitudes) de lazer. Por buscarmos esses dados no ambiente natural onde se encontram essas PPDF, e por termos como principal instrumento de pesquisa o próprio pesquisador, caracterizamos essa pesquisa como qualitativa. A abordagem etnográfica norteou o presente estudo à medida que este serviu para descrever um sistema de significados culturais de um determinado grupo, o grupo “Fraternidade Cristã de doença e deficiência”(FCD) de Campinas SP. Após freqüentarmos as reuniões mensais do grupo, no período compreendido entre Julho de 1995 a Dezembro de 1997, bem como participarmos de vários eventos juntamente com o grupo (passeios, manifestações, festas de confraternização), entrevistamos oito (8) membros que participam regularmente do grupo, a fim de detectar as dificuldades que eles encontram para ter acesso ao lazer. Através das respostas às nossas indagações, foi possível chegar a algumas conclusões, que podemos assim resumir: existem importantes barreiras para o lazer da PPDF que podem ser consideradas como “arquitetônicas ou físicas”. Nesse caso, incluímos o problema de deslocamento (transporte). Ao lado dessas, também apresentam-se as barreiras “atitudinais” (que se referem às atitudes da sociedade em geral para com as PPDF). Ainda outras barreiras apontadas referem-se à auto-aceitação da PPDF que enfrenta dificuldades em lidar com sua própria deficiência. Constatamos que muitas dessas barreiras podem ser amenizadas se a PPDF não perceber-se de forma individual, mas, sim, inserida em um grupo que também compartilha de problemas semelhantes. É nesse sentido que resgatamos o grande papel que desempenha o grupo FCD no lazer da PPDF. De forma indireta, o grupo fortalece a espiritualidade e a auto-estima da pessoa, fazendo com que essa sinta-se “capaz” de lutar, de reagir à deficiência, de forma direta. Através dos eventos que organiza e participa, o grupo facilita a socialização de seus membros com a família e outros grupos, mobiliza para diferentes atividades sócio-culturais, estimula a participação de todos, manifesta-se publicamente em várias situações e, enfim, tenta retirar a PPDF do isolamento que a deficiência provoca. Ao realizar um estudo acerca das barreiras que interferem no lazer das PPDF pretendemos que este possa contribuir para o embasamento de futuras políticas municipais que venham a promover o lazer das PPDF. Acreditamos que esses dados possam servir como um diagnóstico inicial, de fundamental importância para que o planejamento das atividades de lazer nessa área seja realmente eficaz e efetivo. Com isso, pensamos ter dado um “primeiro passo” ou, como disse um dos entrevistados,

“... o primeiro impulso” no sentido de que, através do lazer, as PPDF possam superar algumas de suas limitações, seja de ordem física, pessoal ou social.

ABSTRACT

A study about the group "Fraternidade cristã de doença e deficiência (FCD-Campinas, SP.)". In this work we proposed to study the social cultural barrier that interfere in the leisure of people physically deficient (PPDF). For that we believe it is necessary diagnose cultural contents (activities) more practiced in the leisure moments, what frequency (time) and which places (spaces) they happen as well as to perceive the ways of participation and organization of leisure activities. By searching for these data in the natural environment where those people live and have as main research instrument the own researcher, we characterize this research as the quality research. A ethnography approach led the present study while it was useful to describe a system of cultural meanings of a determinate group, the group "Fraternidade cristã de doença e deficiência (FCD-Campinas, SP.)". After attending the meetings of the group between July/95 and /december/97 and had participated of several events with the group (walks, manifestations, parties) we interviewed eight members who participate regularly of the group in order to find out the difficulties that they usually find to have access in leisure. Through the answers found, it was possible to come to some conclusions: there are important obstacles for leisure of people physically deficient that can be considered as "physical". In this case we included the problem of transportation. There are also attitude obstacles (that refers to the attitudes of society with the people physically deficient. The others obstacles refers to the self acceptance of the PPDF that faces difficulties with his own deficiency . We came to the conclusion that many of those obstacles can be decreased if the PPDF doesn't consider he is alone but inserted in a group that also shares similar problems. In this way we emphasize the contribution that performs the FCD group in the leisure of the PPDF. By an indirect way the group gives a reinforcement the spirituality of the person, so that he feels able to fight and react to deficiency by a direct way. Through the events that they organize and participate the group facilitates the socialization of its members with their families and other groups, mobilizes different social-cultural activities, stimulates the participation of everyone, manifests itself public in several situations and the group tries to take the PPDF off the isolation that the deficiency causes. By achieving a study about the obstacles that interfere in leisure of the PPDF we intend that it can contribute to found new municipal policies that will promote the leisure of the PPDF. We believe that those data can be useful as an initial diagnosis of fundamental importance so that the planning of leisure activities, in this area will be real and effective. With that, we think to have given the first step, or as one of the interviewed said "the first impulsion" to the effect that the PPDF's can overcome some of their limitations through the leisure.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um convite a ver o mundo sob outra perspectiva. Não mais observar as pessoas de cima, com um olhar meio “superior”, mas abaixar-se um pouco e, partindo da altura média de uma cadeira, vislumbrar quão profundas são as mudanças tanto na sociedade como em nós próprios, quando nos dispomos a compartilhar da experiência de pessoas que conseguem perceber aspectos essenciais da vida, pois parece que, somente quando a ameaça de perda desta vida deixa cicatrizes permanentes, é que se pode encontrar o verdadeiro sentido de existir.

Descreveremos, nessas linhas, uma profunda mudança de vida que foi acontecendo desde o primeiro contato com o grupo e que foi crescendo à medida que fomos interagindo. Sendo cuidadosos para não perder a objetividade que a pesquisa exige mas, ao mesmo tempo, tentando não abrir mão da sensibilidade para apreender coisas que dificilmente seriam percebidas somente com a razão, propomos essa discussão acerca do lazer da pessoas portadoras de deficiência física (PPDF).

Vamos juntos, caro leitor, participar um pouco, um pouquinho só - mas que já é muito para nós - da vida destas pessoas que, por uma “condição” ou por uma situação inesperada, estão com “deficiências físicas”. Poderia ser você ou qualquer pessoa. Poderiam ser muitos que nem sequer imaginam-se sujeitos a essa condição. Porém, nesse momento, são vocês “pessoas portadoras de deficiência física do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência - unidade de Campinas-SP” sujeitos dessa pesquisa, especialmente escolhidos para nos ensinar mais uma importante lição de vida - como superar preconceitos e mudar paradigmas tão afirmados numa sociedade competitiva em que o “ser” vale muito pouco em relação ao “ter”.

Com a contribuição dos membros deste grupo, pretendemos compreender melhor as barreiras sócio-culturais que interferem na prática de seu lazer, a fim de confrontá-las com aquelas encontradas na bibliografia. Para isso será preciso:

analisar como o lazer está presente na vida dessas pessoas, seja em atividades que ocorrem no grupo como em outras extra-grupo; detectar quais atividades **(conteúdos)**, em que locais **(espaços)**, com que frequência **(tempo)**, com que nível de participação **(atitudes)** e quais as dificuldades **(barreiras)** encontradas para que se tenha acesso ao lazer.

Para realizar este estudo, estivemos acompanhando o grupo “Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência (FCD)” de Campinas, SP., no período compreendido entre Julho/95 a Dezembro/97, tanto nas suas reuniões mensais como em eventos de lazer de que o grupo participava. Além das observações, consideramos importante entrevistar, de forma semi-estruturada, alguns membros do grupo, a fim de constatar os significados que representam as atividades de lazer para os mesmos.

Este estudo está estruturado em quatro capítulos em que as palavras-chaves são: lazer, deficiência, grupo FCD e lazer do grupo FCD, respectivamente. O primeiro capítulo trata da atualidade da discussão sobre lazer, da importância que o lazer vem assumindo no contexto da sociedade hoje, das principais tendências que foram se afirmando ao longo do tempo, dos seus aspectos (conteúdos, valores, gêneros), das relações com outras esferas da vida (trabalho, obrigações, educação), priorizando uma discussão acerca das barreiras sócio-culturais enfrentadas para se ter acesso ao lazer e que, no caso desta pesquisa, são agravadas, tendo em vista que essas pessoas pertencem a um grupo especial (pessoas portadoras de deficiência física).

O segundo capítulo reporta-nos às origens da “deficiência”, como foi evoluindo esse conceito à medida que as ciências e as condições sócio-culturais foram se modificando e, ainda, descreve algumas considerações sobre a classificação e as implicações a que estamos sujeitos, quando classificamos “pessoas portadoras de deficiência” (PPD). Aponta também algumas abordagens que relativizam o conceito de deficiência, colocando o preconceito e a discriminação como fatores

que contribuem para que o tratamento com PPD, na maioria das vezes, não seja o mais adequado. Abordaremos, de forma mais específica, a **deficiência física** e tentaremos traçar algumas relações que a “pessoa portadora de deficiência física” (PPDF) estabelece com o trabalho, educação e lazer.

O terceiro capítulo irá descrever o grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência (FCD), como se originou, sua estrutura no Brasil e no exterior, a filosofia que permeia seus encontros e como se caracterizam seus membros. Enfatizaremos, de modo especial, as barreiras sócio culturais que o grupo FCD encontra para ter acesso ao **lazer**; para isso torna-se necessário analisar o tempo que os membros do grupo dispõem para o lazer, o trabalho e/ou outras obrigações que realizam e que exercem influência no lazer, bem como outros fatores condicionantes tais como: transporte, equipamentos adaptados, fatores de ordem econômica entre outros que pretendemos abordar neste estudo.

No quarto capítulo tentamos caracterizar o que significa lazer para os entrevistados, quais as barreiras encontradas para ter acesso ao lazer e como este é vivenciado pelas PPDF. Analisamos primeiramente o lazer fora do grupo (extra-grupo) e posteriormente o lazer que acontece junto ao grupo (lazer intra-grupo). Nesse capítulo ainda tecemos alguns comentários sobre as percepções que as PPDF têm acerca das relações entre lazer/trabalho e lazer/educação.

Delimitação da proposta de pesquisa

A pesquisa teve ,como ponto de referência, o entendimento de “ **lazer**” como “um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente”¹

São consideradas “**barreiras sócio-culturais**” os obstáculos que impedem ou dificultam o acesso das pessoas portadoras de deficiência ao lazer, educação e trabalho. Além das físicas ou arquitetônicas, consideramos, também, algumas barreiras que não são próprias da deficiência, mas que “...são construídas historicamente pela sociedade que “cria” a deficiência”²

Consideramos “**pessoas portadoras de deficiência física (PPDF)**”, para fins desse estudo, “aquelas que apresentarem ‘grande perda ou perda total’ de movimento nos membros Inferiores, necessitando, portanto, de equipamentos específicos para sua locomoção”.

O presente estudo foi realizado junto ao grupo “**Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência**” (FCD) no núcleo de Campinas, SP. A opção pelo grupo FCD deu-se em virtude de ser este o único grupo organizado de PPDF que encontramos em Campinas/SP.

O grupo reúne, em média, 50 participantes por encontro, sendo que, aproximadamente, 10% *não* são “portadores de deficiência física” e, sim, voluntários que acompanham regularmente as reuniões, as quais acontecem mensalmente, todo terceiro domingo de cada mês, em um mesmo local (Posto de saúde). Esse local foi escolhido por ser o mais próximo da maioria das PPDF que freqüentam o grupo.

¹ Nelson Carvalho MARCELLINO. *Lazer e Educação*. p. 40

² Apolônio Abadio do CARMO. *Deficiência física: a sociedade brasileira “cria”, “recupera” e “discrimina”*. p. 46.

Dentre os membros do grupo selecionamos oito (8) pessoas portadoras de deficiência física, de ambos sexos e sem determinação de um limite de idade, tendo como critério básico a participação regular no grupo por pelo menos 5 anos, sendo que estes participaram de uma entrevista individual e semi estruturada sobre as barreiras referentes ao lazer, conforme anexo 01.

O grupo FCD, além de congrega pessoas portadoras de deficiência física, também é aberto à participação de voluntários.

Há mais de dois anos participando regularmente de seus encontros, pudemos acompanhar debates interessantes acerca de temas como: a sexualidade das PPDF; a política relacionada ao portador de deficiência; estratégias de organização da FCD nacional e local; participação das PPDF nos encontros (como atrair outras e como motivar as que estão no grupo); evangelização; transportes adaptados; lei orgânica do município e as PPDF; a questão do grupo enquanto um movimento e não enquanto entidade .

No que se refere a outros eventos, através do FCD, tivemos acesso à informação do grande número de encontros que acontecem na área da deficiência, informação essa de que dificilmente teríamos tido conhecimento se não estivéssemos junto ao grupo.

Além disso, pudemos participar também, juntamente com o grupo, de vários encontros de lazer, alguns no interior do grupo, de outros que reuniam outros grupos e seus familiares. Foram estes: festas de confraternização de final de ano; festa de aniversário dos 14 anos do grupo FCD Campinas; festa junina no grupo, entre outros.

Mediante acompanhamento das reuniões e de outros eventos dos quais o grupo participou, além de observações e entrevistas semi-estruturadas, procuramos responder às seguintes questões:

a) Como a “deficiência” é percebida pelos diferentes membros do grupo e como o grupo influencia na vida das PPDF ?

b) Se o “lazer”, no entendimento das PPDF, encontra-se mais relacionado a uma visão parcial (em termos de conteúdos e valores) ou se ele é visto num contexto mais amplo (seguindo uma visão mais crítica) e relacionado a outras esferas sociais como lazer e trabalho?

c) Se existem, para as PPDF barreiras sócio-culturais que interferem no seu acesso ao lazer, quais seriam estas e em que medida correspondem àquelas que salientamos previamente, com base na literatura consultada?

d) Em que medida o grupo “FCD” está colaborando para uma maior participação das PPDF em atividades de lazer?

CAPÍTULO I

A PROBLEMÁTICA DO LAZER

1.1- Introdução

Porque hoje se discute tanto sobre lazer? Quais significados esse termo vem assumindo em nossa sociedade e como está relacionado com outras esferas sociais? Como pode ser o lazer um meio de superação e em que medida ele pode colaborar para atitudes conformistas?

Essas são questões pertinentes sempre que a temática envolve lazer. Primeiramente, é importante ressaltar como o termo lazer vem ganhando espaços na mídia e como vem sendo incorporado aos anseios da população em geral. Independente de classe, grupo social, faixa etária, o ideal de todos é o mesmo ... ter cada vez mais lazer.

Apesar de muito se falar em lazer, ainda são poucos os estudos teóricos destinados a esse tema. Por envolver uma diversidade de conteúdos e uma complexidade de aspectos, é preciso que sejam desenvolvidas pesquisas mais específicas na área, com o objetivo de melhor elucidar alguns significados ambíguos que, ao longo do tempo, foram se incorporando ao lazer.

Os estudos sobre o lazer e as tentativas de democratização do lazer, com a inclusão, nessa democratização, inclusive, de grupos minoritários, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência (PPD), servem para elucidar os mecanismos de funcionamento da sociedade que criam e reproduzem a marginalização de grupos específicos no corpo de uma sociedade mais ampla.

Para isso, trabalharemos com o conceito de lazer proposto por Marcellino que entende “lazer” como “... um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem ...

valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente”. No que se refere aos aspectos tempo e atitude, o referido autor define o lazer como “... a cultura compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) - no ‘tempo disponível’ ”.³

Ao apresentar essa visão “crítica” de lazer, o referido autor contesta outras abordagens que restringem o lazer a alguns valores, os quais estão em conformidade com a ordem social estabelecida. Dessa forma, o lazer é visto de forma parcial ou numa perspectiva “funcionalista”, visão essa que o considera como uma esfera social isolada das outras, atribuindo-lhe diferentes valores.

Dentro da visão funcionalista de lazer destacam-se algumas abordagens, a saber: **romântica, moralista, compensatória e utilitarista.**

A abordagem “romântica” é marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia no passado.

Descrevendo uma outra abordagem, a “moralista”, Requixa considera o tempo livre também como “o espaço de produção de fenômenos suspeitos diante dos valores da sociedade moderna”.⁴ Nessa mesma linha, Gaelzer nos fala do “lazer construtivo” e do seu caráter essencial “para a tranquilidade, a ordem e a segurança social”.⁵

De outro ponto de vista, vários são os autores que destacam um valor “compensatório” do lazer. Evidenciam a oposição entre o trabalho - alienado, mecânico, fragmentado, especializado - das sociedades modernas e a realização do indivíduo. Nessa óptica, o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho.

³ Nelson Carvalho MARCELLINO, *op. cit.*, p. 31

⁴ Renato REQUIXA. Juventude e tempo livre em países em desenvolvimento, *Boletim do intercâmbio*, 1 (1): 15

⁵ Lenea GAELZER, *Lazer: benção ou maldição*. p. 101.

Medeiros destaca as possibilidades do lazer num sentido humanístico, afirmando que, “para muitos, o trabalho começa a ser vivido como meio e não mais como fonte principal de auto-realização ou finalidade de vida”⁶. Seguindo essa mesma abordagem Pacheco propõe o uso do lazer “antes de tudo, para restaurar a dignidade do homem, o mais das vezes reduzido a subproduto mecanizado, gasto por uma produção inumana”⁷.

Pode-se classificar como abordagem “utilitarista” a redução do lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento. Nessa perspectiva, Marcondes afirma que a atenção para o campo de lazer, por parte dos empregadores, se justifica “pelos resultados psicológicos e as conseqüências econômicas, em termos de retorno para as empresas”⁸. Também Medeiros destaca os ganhos das entidades, pelo uso da recreação organizada como “abrandamento dos problemas de relação entre empregados e destes com a administração, lucrando ainda com a maior estabilidade dos seus funcionários”⁹.

De acordo com Marcellino, “ (...) de todas essas abordagens - romântica, moralista, compensatória e utilitarista - pode-se depreender uma visão funcionalista de lazer, altamente conservadora, que busca a paz social, a manutenção da ordem, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda a suportar as obrigações diárias”¹⁰. É importante frisar que as abordagens citadas pelos vários autores aqui mencionados não manifestam apenas valores “funcionalistas” em relação ao lazer, também destacam valores de desenvolvimento pessoal e social nas atividades de lazer.

⁶ Ethel Bauzer MEDEIROS, *O lazer no planejamento urbano*, p. 101-102

⁷ Horácio PACHECO, Inchação urbana, violência, lazer. *Boletim de Intercâmbio*, v.2, n.6, p.19.

⁸ J.V. Freitas MARCONDES, Trabalho, lazer e educação. *Documento SESC* (8/9):22.

⁹ Ethel Bauzer MEDEIROS, *op. cit.*, p. 154.

¹⁰ Nelson Carvalho MARCELLINO, Estudos do lazer: uma introdução, p. 48

Ao considerar essa gama de possibilidades de estudos do lazer, nota-se um ponto que é comum em todas estas abordagens: independente dos diferentes valores que são atribuídos ao lazer, nenhum dos enfoques desconsidera as relações existentes entre lazer e trabalho. Dessa forma, o trabalho se apresenta como condição necessária ao lazer. Mas que relações podemos estabelecer entre essas duas esferas sociais? Seria possível conceber lazer sem condicioná-lo à categoria “trabalho” ?

Vejamos, a seguir, como autores considerados “clássicos” na área do lazer perceberam as relações entre lazer, trabalho e outras obrigações.

1.2- O lazer em relação ao trabalho e outras obrigações

Segundo Lafargue desde os antigos filósofos gregos, o trabalho tem sido considerado como função de escravos, pois, além de deformar o corpo, se constituía num obstáculo ao espírito pensante. O referido autor concorda com este pensamento e considera o trabalho “como uma degradação dos homens livres”.¹¹ Propõe que as pessoas reivindiquem o seu direito à preguiça. Para isso, sugere a redução da jornada de trabalho. Argumenta ainda que o não trabalho potencializaria a produtividade humana e não se perderia o desenvolvimento industrial.

Para Veblen, em seu “Tratado sobre a classe ociosa”, apesar de ser o trabalho produtivo o meio normal de aquisição de bens, o trabalho é considerado “vil” e não digno da classe ociosa, para a qual o ócio é “honorífico”, pois prova a riqueza e a ostentação dos senhores. Mesmo que a *classe ociosa* (formada pelos ricos senhores que não precisam trabalhar) esteja obrigada à ociosidade, para o autor, tal ócio não implica em “preguiça”, no sentido que Lafargue dá ao termo.

Enquanto para Lafargue “ócio” significava “nada fazer”, Veblen caracteriza “ócio” como sendo atividades que não eram consideradas trabalho produtivo, já que não visavam a um lucro ou resultado material. Segundo este autor, “a prova de ócio no passado toma comumente, portanto, a forma de bens imateriais”. A classe ociosa, embora não exercendo trabalho produtivo, contribuiu para a erudição, conservando talentos como: “o conhecimento das línguas mortas e das ciências ocultas, da ortografia correta, da sintaxe e da prosódia, das várias formas de música doméstica e de outras artes do lar, dos últimos refinamentos do vestuário, da mobília e da equipagem, dos jogos, esportes e animais de raça, como cães e cavalos de corrida”¹².

¹¹ Paul LAFARGUE. *O direito à preguiça*, p. 27.1983.

¹² Thorstein VEBLEN. *A teoria da classe ociosa.*, p. 55, 1965.

Também Riesman ao estudar o caráter, se refere ao lazer como um aspecto mais importante do que o trabalho. Segundo ele, apesar do trabalho hoje ainda ser considerado de grande relevância para o caráter, esse é “cada vez mais formado para o lazer e durante o lazer”.¹³ O autor acredita no lazer como “a única esfera na qual há algum espaço para a autonomia”, e condena o trabalho por “esgotar as reservas emocionais do alterdirigido, as quais são fontes possíveis para a crescente autonomia”. De acordo com Riesman, quanto mais “despersonalizadas” forem as relações no trabalho, quanto mais este se distanciar do divertimento, mais estará se garantindo a autonomia no lazer.

A separação entre lazer e trabalho pode ser percebida também no pensamento de Caillois¹⁴, que opôs o mundo do jogo à realidade, sendo que o primeiro é um mundo à parte em relação ao segundo, em que os limites devem estar bem definidos para não permitir que a vida corrente “contamine” a própria natureza do jogo.

Essa fragmentação do tempo também é reforçada no pensamento de Dumazedier, o qual considera que, além do trabalho comum, o lazer se opõe a várias outras atividades tais como: trabalho suplementar ou complementar, atividades de manutenção (sono, refeições, higiene), obrigações familiares, sociais e religiosas, atividades ligadas aos estudos interessados. No que se refere aos efeitos do lazer sobre o trabalho, o autor acredita que “o lazer poderá ser um fator de real desenvolvimento individual e social do trabalhador, mas também constituir uma fonte de adaptações ou de inaptações à vida da empresa e do sindicato”.¹⁵

Se, por um lado, estes autores, ao evidenciarem o valor do lazer, desqualificam, na mesma proporção, o trabalho, por outro lado, podemos encontrar autores que valorizam o lazer sem desqualificar o trabalho e que percebem *ambos*, lazer/trabalho, como um todo, em que a influência é *mútua*.

¹³ David RIESMANN. *A multidão solitária*, p. 319-347

¹⁴ Roger CAILLOIS, *Les jeux et les hommes*, p. 65.

¹⁵ Joffre DUMAZEDIER. *Lazer e cultura popular*, p. 31.

Friedmann ao observar como tem se manifestado a evolução dos lazeres e constatar que, nestes, o homem tenta realizar virtualidades que seu trabalho não lhe oportuniza realizar, afirma que: “um homem não tem uma personalidade no lar e uma outra, completamente diversa, em seu trabalho, **ele é um único e mesmo homem**”.¹⁶ Na opinião do autor, “a insatisfação do trabalho em migalhas constitui um dos principais aspectos da alienação no lazer”. No entanto, ele acredita ser essa insatisfação a que “impele para todas as formas de lazeres ativos, que constituem formas de evasão superior, em que a personalidade chega a engajar-se ainda mais”. Dessa forma, Friedmann assegura que, assim como o lazer poderá sofrer com a alienação provocada pelo trabalho, também será capaz de superar essa atitude e provocar mudanças significativas no trabalho.

Ao analisar a visão dos autores acerca da relação lazer/trabalho, constatamos que Lafargue, a fim de garantir o “direito à preguiça”, propõe a redução da jornada de trabalho, como se bastasse diminuir as horas de trabalho para que o lazer estivesse garantido. Por acreditarmos que o trabalho está bastante relacionado com o lazer, não concordamos com o pensamento deste autor, pois, para que o lazer seja um direito assegurado, será preciso redefinir o trabalho e isso consiste numa mudança bem mais profunda do que apenas a proposta de alterar o aspecto “tempo” de trabalho.

Autores como Veblen, Caillois, Riesman e Dumazedier, apesar de terem várias diferenças no que tange a especificidade de seu pensamento, têm em comum uma visão de lazer que se opõe ao trabalho, como se fossem partes isoladas com autonomia própria. Veblen nos fala do ócio do servo como tempo residual, o qual está alheio a ele mesmo, à medida que pertence ao senhor; Caillois teme a corrupção dos jogos, quando estes não estiverem suficientemente distanciados da realidade; Riesman apresenta-se, em um primeiro momento (primeira edição do livro “A multidão solitária”) opondo lazer a trabalho, porém, na segunda edição, esse autor

¹⁶ Georges FRIEDMANN, *O trabalho em migalhas*, p. 156.

apresenta seu pensamento modificado e reconsidera a questão lazer/trabalho, demonstrando a relação que existe entre ambos. Para Dumazedier, o tempo livre é um tempo de não trabalho, porém isso não significa que seja lazer, uma vez que esse é um tempo que pode também ser gasto com outras obrigações, já citadas anteriormente. Este autor demonstra que pode existir influência do lazer no trabalho e vice-versa. No entanto, trata-se de esferas separadas que independem necessariamente uma da outra. Também Friedmann ¹⁷ descreve outras atividades coativas além do trabalho, tais como: trabalhos suplementares, tarefas domésticas, cursos noturnos, entre outros. No entanto, o referido autor sugere, com a indicação de algumas reservas, que existe uma estreita relação entre o comportamento nas atividades de lazer e a fragmentação do trabalho.

Ao analisar as aproximações e divergências no pensamento destes diferentes autores que muito têm contribuído para o avanço das discussões referentes ao lazer e trabalho, identificamos em nossa proposta de pesquisa uma grande aproximação com o pensamento de Friedmann, quando ele afirma que “um homem não tem uma personalidade em seu lar e uma outra, completamente diversa, em seu trabalho”.¹⁸

Consideraremos “lazer” e “trabalho” como sendo esferas sociais que exercem forte influência uma sobre a outra, sendo que o homem, como um ser individual e visto na sua totalidade, carrega consigo valores do trabalho para o lazer e deste para o trabalho.

Neste estudo, a categoria **trabalho** compreende o conjunto de atividades necessárias que as PPDF realizam como meio de garantir o seu sustento. Apesar de conter o componente “obrigação”, esse “trabalho” não se caracteriza como o trabalho formal, no qual se estabelece o vínculo empregatício, tendo em vista que são poucos os membros do grupo FCD que são absorvidos pelo mercado formal de trabalho. Mas

¹⁷ Georges FRIEDMANN, *op cit.*, p. 162.

¹⁸ *Ibid.*, p. 156.

será que podemos afirmar que essas PPDF, que não são absorvidas pelo mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, gozam de mais “tempo livre” do que outras que estão trabalhando regularmente?

Dumazedier afirma que esse tempo em que a pessoa não está trabalhando, não pode ser considerado como “livre”, mas, sim, “tempo desocupado”, à medida que “é um tempo de espera, que não é produzido pela produtividade de um sistema econômico; diria que é um tempo esquecido por ele, porque as forças produtivas, as máquinas, os capitais não são bastante fortes para mobilizar a mão-de-obra não qualificada e sem profissão definida”.¹⁹

Como percebemos, o simples fato de alguém ter mais “tempo disponível” não implica necessariamente que essa pessoa irá ter mais lazer, à medida que existem outros fatores condicionantes que interferem no lazer.

À dificuldade em relação ao trabalho, bem como todos os problemas decorrentes em função disso, constitui apenas uma parte das barreiras que as pessoas em geral enfrentam para terem acesso ao lazer. A seguir veremos quais outras barreiras podem afastar as pessoas do lazer.

¹⁹ Joffre DUMAZEDIER. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. p. 21.

1.3- Barreiras sócio-culturais que influenciam no lazer

Até pouco tempo atrás, era no espaço urbano, mais precisamente nas áreas centrais das cidades, que se concentrava a maioria das áreas e equipamentos específicos para o lazer.

Podemos constatar que, hoje, essa realidade sofreu mudanças profundas. No que se refere ao lazer, percebemos que um grande número de pessoas procura, nos seus momentos de lazer, se refugiar em lugares mais tranquilos, distantes da agitação que representa o centro das cidades.

Para atender a essa demanda, começam a se proliferar rapidamente áreas de lazer fora dos locais onde se concentram a maioria das pessoas. São parques temáticos, hotéis, *shopping centers*, enfim as mais variadas opções de lazer que se instalam distantes dos centros das cidades.

Essa distância entre a moradia e os espaços de lazer já é um fator que exclui, principalmente, aquelas pessoas que não têm independência na sua locomoção. Além de dependerem de transporte “alheio”, dependem também de “voluntários” dispostos a ajudar-lhes nas suas necessidades de locomoção.

Ao questionarmos PPDF sobre as barreiras que estas enfrentam para ter acesso ao lazer, todas estas afirmam que o “deslocamento” ou, mais precisamente, o transporte para efetuar esse deslocamento é um dos principais fatores que as afasta das atividades de lazer.

Somam-se a essas dificuldades as barreiras arquitetônicas, os equipamentos padronizados, a dificuldade econômica para custear ingressos e a permanência nesses locais.

Além disso, existe um outro fator bastante significativo, quando nos referimos aos espaços destinados ao lazer. Trata-se da forma como esse espaço (público ou

Além disso, existe um outro fator bastante significativo, quando nos referimos aos espaços destinados ao lazer. Trata-se da forma como esse espaço (público ou privado), vai sendo ocupado e dividido de acordo com a posição social que as pessoas se distribuem na sociedade.

Um estudo feito por Macedo demonstra a forma como “a burguesia e o proletariado, ‘gente fina’ e ‘farofeiros’, enquanto categorias sociais, constroem-se também no modo como viajam e se instalam em seus locais de lazer”.²⁰

É importante considerarmos, além de barreiras físicas, também as sócio-culturais, barreiras que se originam muitas vezes devido a divisão de classes sociais e que podem ser agravadas com atitudes de preconceito em relação às PPD.

Marcellino, quando se refere às barreiras para o lazer afirma que “... no plano cultural, uma série de preconceitos restringe a prática do lazer aos mais habilitados, aos mais jovens, e aos que se enquadram dentro dos padrões de ‘normalidade’; dessa forma, a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o gênero, entre outros fatores, limitam o ‘verdadeiro’ lazer a uma minoria da população”.²¹

De acordo com o autor, esses são estereótipos construídos na sociedade, os quais uma vez estabelecidos de acordo com um padrão de consumo, visam a definir *a priori* quem pode ou não freqüentar determinados espaços de lazer. Acrescenta também a questão da violência, que gera medo e insegurança, obrigando as pessoas a se refugiarem nas suas casas em atividades mais restritas.

A tendência atual, segundo os estudiosos do assunto e entidades compostas por PPD é de que, aos poucos, está acontecendo uma mudança de perspectiva, na qual não são mais as PPD que devem se ajustar ao padrão imposto pela maioria do grupo social, mas, sim, que se realize um esforço conjunto em que ambos os grupos se

²⁰ Carmen Cinira de Andrade MACEDO & Luiz Cláudio Mendonça FIGUEIREDO, Domingo na praia: a dimensão simbólica do lazer popular, *Reflexão*, n. 35, p. 65.

²¹ Nelson Carvalho MARCELLINO. *Lazer e humanização*.

que esse não é um problema individual, mas de toda a sociedade que não é capaz de criar mecanismos alternativos em que as PPD tenham condições de locomover-se de outras formas, usando outros recursos.

O Centro de Vida Independente (CVI), através da Prefeitura Municipal de São Paulo, publicou um documento sobre o que vem a ser o desenho universal e a diferença deste em relação ao desenho acessível, relativamente às barreiras enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência. De acordo com o CVI, “o **desenho acessível** significa produtos e edificações que são acessíveis e utilizáveis por pessoas com deficiências, enquanto o **desenho universal** significa produtos e edificações que são acessíveis e utilizáveis por todas as pessoas, incluindo as portadoras de deficiência. Embora estas diferentes definições pareçam ser simplesmente semânticas, elas, na verdade, têm enormes diferenças no seu significado. O desenho acessível tem uma tendência de levar pessoas com deficiências a recintos separados como, por exemplo, uma rampa instalada ao lado de uma escadaria da entrada ou uma cabine de sanitário acessível à cadeira de rodas. O desenho universal, por outro lado, propicia uma solução que pode acomodar pessoas com deficiência e também a população em geral. Além disso, o desenho universal significa dar atenção às necessidades das pessoas idosas como das jovens, das mulheres como dos homens, das pessoas destros como das canhotas” ²².

Para uma melhor compreensão sobre as barreiras sócio culturais que as PPDF enfrentam hoje, nos vários aspectos da sua vida - trabalho, educação, lazer - consideramos importante trazer um breve relato histórico de como a questão “deficiência” tem evoluído ao longo dos anos. Acreditamos que só assim poderemos ter uma melhor clareza sobre as mudanças provocadas por estudos nessa área.

²²Romeu K SASSAKI, *Doc. do CVI - (Centro de vida independente)*, Prefeitura de S.P. p.8

CAPÍTULO II

AS DEFICIÊNCIAS E A DEFICIÊNCIA FÍSICA

Esse capítulo versará sobre o complexo tema “deficiência”. Tentaremos, apesar da amplitude do tema, abarcar os principais aspectos relacionados à problemática que se constitui como objeto de nosso estudo. Para isso consideramos importante: primeiramente, rever um pouco da história da deficiência, como esse conceito e a própria inserção social da Pessoa portadora de deficiência foram se modificando de acordo com a evolução do conhecimento humano.

Em um segundo momento, destacaremos alguns modelos teóricos (modelo médico, psicopedagógico e social), os quais têm embasado critérios para diagnóstico e classificação das deficiências.

Posteriormente, discutiremos acerca de algumas atitudes sociais que fazem com que as pessoas portadoras de deficiências (PPD) sejam vistas somente em função de sua limitação. São estes: as discriminações e segregações, a rotulagem verbal e a atribuição de incapacidade.

Finalmente, dedicaremos um tópico específico para a **deficiência física**, no qual destacaremos três tópicos: a compreensão das PPDF a respeito do que seja “deficiência” ; a deficiência física em relação ao **trabalho**, barreiras encontradas e, por último, teceremos algumas considerações a respeito da **educação** das PPDF, barreiras enfrentadas e influências provocadas no **lazer** das PPDF.

2.1- Alguns apontamentos sobre o histórico da deficiência

A questão da “deficiência” tem acompanhado os homens desde os primórdios da civilização. Ao longo do tempo, foram sendo enfatizados diferentes aspectos, de acordo com o momento histórico e sócio-cultural em que a questão da “deficiência” se situava.

À medida que as ciências vão se modificando e assumindo novos paradigmas, também o conceito de deficiência vai sendo mais questionado e passa a ser concebido a partir de outras perspectivas, não se limitando, assim, a uma visão simplesmente biológica, segundo a qual, muitas vezes, “deficiência” se confunde com doença.

Consideramos importante, nesse estudo, compreender como a questão da deficiência foi sendo construída historicamente e de que forma nossos antepassados se relacionavam com as pessoas deficientes. Com isso pudemos analisar quais atitudes em relação as PPD se reproduzem ainda hoje em nossa sociedade, apesar de tantas transformações que a era pós-industrial provocou em nossa cultura, e quais outras foram superadas. Essa breve revisão histórica enfatizará mais especificamente a deficiência física, por essa representar parte de nosso objeto de estudo.

Para que possamos compreender como as pessoas portadoras de deficiência eram tratadas nas diferentes culturas ao longo da história, recorreremos a Silva que historia isso desde a cultura primitiva, passando pelas culturas dos povos antigos, pela Idade Média, Renascimento, até o século XX.

De acordo com Silva, “... na antigüidade pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com as pessoas doentes, idosas ou portadoras de deficiência: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação; uma outra de eliminação, menosprezo ou destruição”.²³

²³ Otto Marques SILVA, *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*, p.39.

Nas culturas “primitivas”, em que o estilo de vida era nômade e as pessoas precisavam ir atrás de alimentos para sua sobrevivência, resultante da caça e pesca, o fato de ter pessoas, no grupo, com dificuldades de locomoção, colocava em risco todo o grupo. Então, era necessário abandonar os idosos, doentes e portadores de deficiências.

Para os hebreus, “toda doença crônica ou deficiência física, ou qualquer deformação corporal simbolizava impureza ou pecado” ²⁴. Exemplos de como a deficiência se relacionava com desarmonia, castigo e punição, também podem ser encontrados no museu de Louvre, em Paris. Trata-se do código de Hamurabi, coleção mais antiga de leis que se conhece, o qual indica que o castigo para coisas erradas deveria ser a amputação de membros.

Entre os povos antigos, e até mesmo em algumas civilizações nos dias de hoje, a prática de amputar membros como meio de punir e estigmatizar, era considerada uma prática comum que objetivava informar a todos que o portador destes sinais - a amputação - era escravo, criminoso ou traidor.

A Idade Média, marcada pelo Cristianismo fortaleceu essa concepção de deficiência ligada ao demoníaco ao satânico. Ao invés de buscar conhecimentos mais aprofundados sobre as doenças e suas causas, a fé exacerbada contribuiu para o entorpecimento da ciência. O medo do desconhecido, do sobrenatural e a ausência de uma explicação mais científica faziam as pessoas acreditarem que um corpo deformado somente poderia abrigar uma mente também deformada.

A partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas nessa área, o conceito de deficiência começa a ser desmistificado e, grande parte de doenças que causava deficiência, passam a ter um melhor controle.

²⁴ Otto Marques SILVA, A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. p.43.

De acordo com Carmo, no que se refere à história dos deficientes físicos no Brasil, nos períodos colonial e imperial, os historiadores Soutley, Santos Filho e Silva descrevem que era raríssimo encontrar aleijados, cegos, surdos-mudos e coxos entre os indígenas nos primórdios da colonização. As poucas anomalias apresentadas, eram resultado de guerras ou acidentes na selva. Nos casos de deficiência congênita, as crianças eram sacrificadas pelos pais após o nascimento.²⁵

Na população branca, as principais anomalias da época, tais como: “cegueira noturna, raquitismo, beribéri e outras” eram resultantes da carência alimentar. No entanto, entre os negros escravos, o elevado número de deficientes tinha como causa os castigos físicos, maus tratos e acidentes no trabalho dos engenhos ou lavouras de cana.

No campo da assistência ou reabilitação das pessoas deficientes, segundo Bueno foi somente em 1854 que as instituições começaram a surgir. Mais especificamente, na área de deficiência física, somente a partir de 1931 começaram a aparecer as primeiras entidades voltadas ao atendimento do **deficiente físico**, com a criação das seguintes instituições: Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de Misericórdia (S.P.1931); Lar Escola São Francisco (S.P.,1943); Escola N. Sra. de Lourdes (Santos, 1949)²⁶.

Para Bueno²⁷ “a quase totalidade destas instituições, na maior parte das vezes ligadas a ordens religiosas, revestia-se de caráter filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito de caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos da cidadania”.

²⁵ Apolônio Abadio do CARMO. *Deficiência física: a sociedade brasileira “cria”, “recupera” e “discrimina”*, p. 27.

²⁶ José Geraldo da Silva BUENO. *Educação especial brasileira.*, p. 90.

²⁷ *Ibid.*, p. 90.

Desde o surgimento das primeiras instituições especializadas em educação especial no Brasil, começam a afirmar-se duas importantes tendências: de um lado, o assistencialismo e, de outro, a crescente privatização no atendimento.

Bueno ²⁸ critica a forma com que a educação especial se desenvolveu no Brasil. Segundo ele, “... a educação especial que nasce sob a bandeira de ampliação de oportunidades educacionais aos que fogem da normalidade, à medida em que não desvela os determinantes sócio econômico culturais que subjazem às dificuldades de integração do **aluno diferente**, na escola e na sociedade, serve de instrumento para a legitimação de sua segregação.”

De acordo com Karhtner e Pereira ²⁹ “somente em 1979, acompanhando um movimento de âmbito mundial, detonado pela ONU ao instituir 1981 como Ano Internacional das Pessoas Deficientes - AIIPD, alguns grupos organizados, dirigidos por portadores de deficiência nas várias áreas, começaram a se reunir para preparar o seguimento. Como consequência, em 1980, em Brasília, DF, aconteceu o **‘I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes’** (...) tendo como pauta principal a forma de representação, exercida agora pelos próprios portadores de deficiência, e não mais via tutela das instituições assistenciais ou do próprio Estado”. Em decorrência desse movimento, as PPD passam a se reunir mais em grupos para reivindicarem questões de interesse coletivo, tendo na coordenação as próprias PPD.

²⁸ José Geraldo da Silva BUENO, p. 99.

²⁹ Rita KAHRTNER e Iara PEREIRA, *Organização e conquistas das pessoas portadoras de deficiência no Brasil*, p. 33.

Abordaremos, no próximo tópico a polêmica questão que se apresenta hoje aos profissionais que atuam com PPD. Trata-se de como diagnosticar e classificar as diferentes deficiências. De acordo com os critérios utilizados para o diagnóstico e a classificação, situaremos alguns modelos teóricos com enfoques bem distintos, os quais, ao embasar critérios para classificação, já determinam *a priori* o tratamento que será dado à PPD.

2.2. Considerações sobre diagnóstico e classificação

É grande a divergência entre os especialistas da área, no que se refere ao diagnóstico e classificação das PPD. Uma das críticas mais fortes relativas à classificação fundamenta-se no tratamento que é dado às PPD após seu diagnóstico.

Os especialistas argumentam que existe uma forte tendência para que as PPD reajam de acordo com o diagnóstico, estando este correto ou não. Outras críticas são feitas às classificações, por agruparem crianças com base na deficiência que elas possuem, critério esse que não apresenta utilidade prática para o ensino e para o tratamento.

Mazzota também demonstra sua preocupação com o diagnóstico e classificação de PPD. O referido autor, nos seus estudos voltados à área da educação, nos chama a atenção para alguns cuidados necessários na avaliação de crianças consideradas portadoras de deficiência, tais como: “evitar dar “rótulos” à criança - o rótulo homogeneiza o grupo e faz com que todos se pareçam iguais devido ao problema que possuem. Com isso, o profissional deixa de ter uma atenção mais cuidadosa para perceber o que cada criança comunica sobre si mesma, aspectos que fazem parte de sua individualidade e que a diferenciam das demais; evitar o uso de categorias - segundo o autor, isso é prejudicial, pois ao classificar as crianças, segundo um padrão de características, já se determina, de antemão, aquilo que vai ser ensinado a elas, bem como o que se espera que aprendam. Geralmente por serem

“excepcionais” (termo usado pelo autor para definir pessoas portadoras de deficiência), as expectativas são sempre diminuídas”.³⁰

Kirk e Gallagher apresentam um quadro acerca dos prós e contras da rotulação. Segundo os referidos autores, “os defensores da rotulação observam o seguinte: à medida que o rótulo identifica a criança, isso servirá somente como base para diagnóstico e tratamento posteriores; facilita o recebimento de recursos financeiros destinados a escolas com esse fim; serve como referência para formação de grupos voluntários de apoio a grupos de deficientes, conseguindo, com isso, ajuda financeira e outros auxílios; seleciona características relevantes que servem para agilizar o processo de comunicação”.³¹

Em contraposição ao uso dos rótulos, os autores afirmam: “a rotulação pode tranquilizar os especialistas em diagnóstico, que procuram chegar a uma conclusão aplicando rótulos ao invés de delinear programas diferenciais de tratamento; o diagnóstico, muitas vezes, falha quando se trata de crianças que apresentam anormalidades superficiais; permite práticas e procedimentos políticos que depreciam a individualidade e as experiências culturais diversas; não leva em conta as transformações, mantendo a criança rotulada num programa inadequado; dá margem ao preconceito e estereotipagem, no que se refere a comunicação com outras pessoas, isso porque o rótulo é incompleto; tem sido usado como “um processo de exclusão disfarçado de recuperação, servindo assim, como meio de controle social que elimina os indesejáveis”³²

No entanto, a concepção de “deficiência” vem se modificando de acordo com os valores sociais, éticos, filosóficos e religiosos, estando bastante relacionado com o tipo de cultura em que o indivíduo vive.

³⁰ Marcos MAZZOTTA. *Educação escolar; comum ou especial*, p. 28.

³¹ Samuel KIRK & James GALLAGHER. *Educação da criança excepcional*. p.37.

³² James GALLAGHER. *apud* . Samuel KIRK & James GALLAGHER, *op. cit.*, p. 37.

A partir de uma análise histórica, podemos perceber profundas mudanças nas reações da sociedade diante dos indivíduos especiais, tanto em relação ao atendimento como em relação a sua educação e ao seu tratamento.

Essas mudanças podem ser atribuídas a vários fatores dos quais podemos destacar a evolução das ciências, principalmente das ciências humanas, que deu um novo paradigma para a questão da deficiência. Se, no passado, a supremacia das ciências biomédicas reduzia o “deficiente” ao “doente”, com o desenvolvimento de outros campos do conhecimento, isso se modifica e o modelo biomédico tradicional cede espaço para outras conceituações de “deficiência”, conceitos estes que, antes, estavam centrados no indivíduo, agora, passam a ser explicados de acordo com a sociedade da qual este faz parte.

Através dos vários enfoques pelos quais a deficiência pode ser percebida, Nunes e Ferreira destacam algumas tendências quanto ao seu diagnóstico e classificação. Cada uma das tendências que transcreveremos a seguir focaliza, com maior ênfase, um determinado aspecto e classifica os PPD em função deste.

“O modelo médico enfatiza as bases orgânicas da deficiência, buscando os fatores etiológicos para realizar o diagnóstico, nesse caso, o médico detém o poder quase que exclusivo, enquanto que cabe aos outros profissionais apenas identificar aspectos que venham confirmar o diagnóstico já realizado.

No modelo psicopedagógico, o diagnóstico pode estar centrado no quociente intelectual, nível de maturidade psicomotora, estágio do desenvolvimento cognitivo, nível do pensamento conceitual, repertório comportamental, entre outros, dependendo da teoria psicológica na qual as ações pedagógicas se fundamentam. Nesse modelo, quem assume o papel central no processo poderá ser o psicólogo, o fonoaudiólogo, ou o psicopedagogo.

No modelo 'social' da deficiência, se questiona bastante os processos de diagnóstico e encaminhamento aos serviços especiais. Critica-se muito o diagnóstico dirigido para a simples identificação e conseqüente rotulação da PPD, isso devido aos malefícios que causa na pessoa ao ser legitimada na sua condição de desviante".³³

O presente estudo segue essa perspectiva social da deficiência, em que consideraremos a PPD como "aquela que se desvia em grau arbitrário das normas consideradas normais por determinado grupo social, as quais variam em função da cultura vivenciada e dos valores evidenciados pelo grupo, além dos condicionantes sócio-econômicos que determinam as condições para que se desenvolva a deficiência"³⁴.

Em nossa opinião, a definição de "deficiência" está profundamente relacionada ao contexto social em que o "deficiente" vive, bem como a uma política à qual ele está submetido, pois, através da legislação, a PPD poderá ou não ter garantido seu direito de ir e vir (deslocamento), além de recursos tecnológicos que podem diminuir bastante as limitações causadas pela deficiência em si.

Muitas vezes, seja por falta de informação ou mesmo por informações erradas, bem como inúmeros outros fatores, temos uma percepção distorcida do que é a deficiência em si. Por vezes, não percebemos até onde o preconceito pode mistificar nossa percepção da realidade e acabamos generalizando a pessoa deficiente como incapaz. Nesse sentido, acrescentamos à deficiência real uma outra secundária que é devida à leitura social que fazemos da deficiência. Esse assunto será melhor explicitado no tópico seguinte.

³³ Leila Regina D' Oliveira de Paula NUNES & Júlio Romero FERREIRA, "*Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras tem revelado*", p.4., In: ALENCAR, Eunice. (org.) *Tendências e desafios da educação especial*.

³⁴ Este conceito de deficiência que propomos será o conceito que norteará nosso trabalho.

2.3- A generalização da deficiência e os rótulos atribuídos às “pessoas portadoras de deficiência”

“*Normal mesmo, ninguém é totalmente*” (entrevistado n.º 3)

Para explicitar melhor o que entendemos por **generalização da deficiência**, acreditamos ser válido lembrar de três conceitos fundamentais na área de deficiência, publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS-1980) ³⁵ que tendem facilmente a ser confundidos, são eles: *impedimento, deficiência e incapacidade*;

“O *impedimento* diz respeito a uma alteração (dano ou lesão) psicológica, fisiológica ou anatômica em um órgão ou estrutura do corpo humano. A *deficiência* está ligada a possíveis seqüelas que restringiriam a execução de uma atividade. A *incapacidade* diz respeito aos obstáculos encontrados pelos deficientes em sua interação com a sociedade, levando-se em conta a idade, o sexo, fatores sociais e culturais” ³⁶.

Como exemplos de *impedimento* podemos citar: perda de uma perna, dos globos oculares, baixo nível de inteligência, perda parcial ou total da audição. Alguns meios de prevenção de primeiro nível podem ser: saneamento básico, educação sobre prevenção de acidentes, campanhas de vacinação.

No que se refere a *deficiência* temos como exemplos: deficiência visual (parcial ou total); deficiência física (amputação, paralisia); deficiência mental e deficiência múltipla. A prevenção de segundo nível pode ser feita através de reabilitação, educação especial, entre outros.

No que se refere a *incapacidade*, podemos dizer que ela se refere a fatores sociais e ambientais que limitam ou impedem as ações das pessoas deficientes. Temos

³⁵ João Batista Cintra RIBAS. *O que são pessoas deficientes*. p.10.

³⁶ *Ibid.*, p. 10.

como alguns exemplos os preconceitos, atitudes discriminatórias, ignorância sobre as questões da deficiência, barreiras físicas nos espaços urbanos, nas edificações e nos transportes. O centro de vida independente (CVI) sugere como formas de prevenção de terceiro nível: remoção das barreiras atitudinais (sociais) e físicas (arquitetônicas)³⁷.

Amaral denomina **generalização indevida** "...à transformação da totalidade da pessoa portadora de deficiência na própria deficiência, na ineficiência global. O indivíduo não é alguém com uma dada condição, é aquela condição específica e, o que é mais grave, é a encarnação da *ineficiência total*".³⁸

Para compreendermos o comportamento e o ajustamento do PPD no grupo, é importante analisar as atitudes sociais que a maioria das pessoas tem para com as PPD. Podemos destacar algumas, tais como: segregações e discriminações, rotulagem verbal, confusão entre incapacidade e inferioridade.

Estas atitudes sociais demonstram que a deficiência é considerada como um atributo da PPD, como algo inerente ao comportamento ou ao organismo dela. Nesse sentido, certas diferenças são consideradas, por si mesmas, deficiências.

Alguns dos muitos casos de segregação e discriminações podem ser devidos ao fato de as pessoas desconhecerem aspectos importantes da deficiência, ou mesmo desconhecerem meios de se relacionar com os indivíduos portadores das várias deficiências. Dessa forma, tendem a isolá-los ou simplesmente a tratá-los de forma bastante diferenciada das outras pessoas.

Para muitos, o simples contato com o portador da deficiência, constitui-se numa situação ambígua, além de embaraçosa, pois não sabem se devem ajudar, tratar

³⁷ Baseado no documento do CVI (centro de vida independente), "*Pessoas com deficiência e a construção da cidadania*".

³⁸ Lígia Assumpção AMARAL. Mercado de trabalho e deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, n. 2, p. 129.

com piedade ou com igualdade. Enfim por não saberem o que fazer, acabam não fazendo nada e deixando de lado, passando longe e fingindo que não vêem.

Outra atitude que dificulta o ajustamento da PPD no grupo pode ser devido ao rótulo, o qual consiste em um nome que é dado a “algo” ou a “alguém” para atribuir-lhe um significado. Todo rótulo compreende um juízo de valor e representa um entrave à integração social. De acordo com o senso comum, todas as pessoas que são rotuladas com o rótulo “x” deveriam se comportar de forma “y”. Ou seja, já se determina *a priori* o comportamento esperado do indivíduo. Dessa forma, se alguém é rotulado como “cego”, por exemplo, seu rótulo já vem acompanhado com a forma de como proceder, como se fosse a bula de um medicamento.

O problema se torna mais grave pela excessiva generalização, que faz com que os indivíduos percam sua identidade pessoal, a qual os diferencia de outros, daí então só passam a ser reconhecidos pelo que tem em comum, ou seja, o rótulo.

Uma outra atitude social comum que pode dificultar o ajustamento do portador de deficiência junto ao grupo, é a confusão que a maioria das pessoas faz em relação ao significado de “incapacidade” e “inferioridade”. Para Amiralian “a pessoa é **incapacitada** quando, por acidente, doença ou problemas de desenvolvimento, apresenta uma lesão estrutural ou funcional, e é **inferior** quando se sente menos adequada do que as outras”.³⁹

Segundo a autora, uma pessoa incapacitada pode sentir-se inferiorizada em algumas situações, mas não em todas. Acreditamos que essa condição de incapacidade é sempre relativa, porque depende do momento, da situação vivenciada, do local, das condições físicas e do grupo em que está a PPD para que esta se sinta mais ou menos deficiente.

³⁹ Maria Lúcia Toledo Moraes AMIRALIAN. *Psicologia básica do excepcional*, p. 37.

Citamos, nesse caso, o exemplo que nos foi relatado por um aluno do curso de Educação Física que era professor estagiário em uma academia: “eu estava dando aula de natação, para uma pessoa cega que estava nadando na academia durante o horário da noite e, de repente, ao faltar luz, ela continuou nadando normalmente, só que o dono da academia decidiu suspender as aulas. A aluna cega, por sua vez, protestou o seu direito de permanecer na piscina, mas, eu, como professor, aleguei não ter capacidade para dar-lhe aulas nessas condições”. Com isso, percebemos que, devido a mudança nas condições ambientais, houve também uma alteração no referencial de quem é o **incapaz** naquele momento ⁴⁰.

Omote também concorda que o estudo das deficiências deve ser considerado num contexto mais amplo. Segundo ele, esse estudo deve estar situado na perspectiva das diferenças individuais e o fato de alguém portar uma deficiência não se constitui em uma mudança qualitativa, uma vez que não existem dois grupos separados, os deficientes e não deficientes, senão que ambos são, nas palavras do autor, “recortes do mesmo tecido”. Para compreender a deficiência, é necessária uma linguagem de **relações** e não uma linguagem de **atributos**. Para o referido autor “... nenhuma diferença é, em si mesma, vantajosa ou desvantajosa, do ponto de vista psicossocial. A mesma característica pode ter o sentido de vantagem ou de desvantagem dependendo de quem é o portador ou o ator e de quem são os seus ‘outros’, isto é, a sua audiência, assim como de outros fatores circunstanciais que são definidos pelo contexto no qual ocorre o encontro”. ⁴¹

Seguindo esse pensamento Amiralian afirma que “a excepcionalidade não é um fenômeno que reside exclusivamente em um indivíduo, é antes de tudo, um fenômeno que precisa ser analisado enfocando as relações interpessoais, na família, comunidade, subcultura e sociedade”. ⁴²

⁴⁰ Relato de experiência de um aluno da Universidade onde a autora ministra aulas na disciplina Educação Física para grupos especiais.

⁴¹ Sadao OMOTE. *Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido*.

⁴² Maria Lúcia Toledo Morais AMIRALIAN. *Psicologia básica do excepcional*, p. 37.

De acordo com a autora, uma vez sendo considerado desviante, o ajustamento do indivíduo fica bastante comprometido; a própria auto-estima decresce, mais em função do que pensam deste do que em função do problema que realmente tem, isso porque, em nossa sociedade, “todo desvio é considerado negativo (...) mesmo que nesse grupo de desviantes estejam incluídas pessoas com superdotação intelectual, estas também são tidas como excepcionais”⁴³.

Nesse sentido, Amaral⁴⁴ nos chama a atenção para a confusão que existe entre “deficiência primária” (deficiência em si) e “deficiência secundária” (aquela que não é inerente necessariamente à diferença em si, mas ligada também à leitura social que é feita dessa diferença) e isso faz com que tenhamos uma imagem distorcida acerca das reais limitações e potencialidades da PPD. O resultado disso é que nossas distorções passam a ser tidas como reais e, quando se refletem na PPD, esta tende a se perceber de acordo com a leitura social que dela fazemos.

A referida autora afirma ainda que tais distorções podem ser manifestadas através do preconceito que é “... uma atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento”⁴⁵.

Partindo da falta de conhecimento que leva ao preconceito, o qual por sua vez se concretiza no estereótipo, as pessoas passam a rejeitar o deficiente de várias formas. Podemos citar, como exemplo, a superproteção que desvia o eixo de atenção da PPD para aquele que o protege. Uma outra forma de rejeição é a negação que pode ser manifestada pela atenuação do problema, pela teoria da compensação ou, ainda, pela simulação.

No entanto, apesar da evolução do conhecimento na área da deficiência, bem como de várias conquistas em termos de direitos das PPD, percebemos que ainda

⁴³ Maria Lucia Toledo Morais AMIRALIAN. *Psicologia básica do excepcional*, p. 38.

⁴⁴ Lígia Assumpção AMARAL. *Pensar a diferença/deficiência*, p. 18.

⁴⁵ *op. cit.* p.18

hoje é bastante freqüente o fato das pessoas consideradas “normais” acreditarem nos mitos acerca da deficiência, tais como vê-la como castigo ou punição. Com isso, as atitudes em relação às PPD ainda se apresentam permeadas de preconceito e ignorância no que se refere as suas capacidades.

Se analisarmos sob o ponto de vista do Cristianismo, veremos que o preconceito não acabou junto com a Idade Média. Muitos dos mesmos erros que eram cometidos àquela época ainda hoje perpetuam-se. Na Bíblia, o livro fundamental da cristandade, encontramos passagens de estreita associação entre os males do corpo como sendo conseqüência da fraqueza do espírito. Uma dessas está no livro Levítico ao afirmar que: “...o homem de qualquer família de tua linhagem que tiver deformidade corporal, não oferecerá pães ao seu Deus, nem se aproximará de seu Ministério: se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno ou grande, ou torcido; se tiver pé quebrado ou a mão; se for corcunda...”⁴⁶.

Outro exemplo bíblico da associação entre deficiência e pecado nos é relatado por Bianchetti, trata-se da cura do paralítico de Cafarnaum: “E eis que lhe trouxeram um paralítico deitado numa cama. E Jesus, vendo a fé deles, disse ao paralítico: filho tem bom ânimo: perdoados te são os teus pecados (Mateus 9:2)”⁴⁷.

Ainda sobre o cristianismo, o que dizer do tratamento diferenciado que o catolicismo dá às PPD ao impedirem que estas se unam em matrimônio, um de seus mais sagrados sacramentos?

Também as “famílias” podem reforçar ou não esse preconceito em seus filhos. Se a criança, desde cedo, for orientada no sentido de não evitar as pessoas portadoras de deficiência e conhecer aos poucos as diferentes deficiências, bem como algumas

⁴⁶ Levítico (conjunto de normas e orientações para sacerdotes - escrito por Moisés) citado por Otto Marques da SILVA, *op. cit.*, p.74.

⁴⁷ Lucídio BIANCHETTI. Aspectos históricos da Educação Especial, In. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 3, n. 2, p. 10.

das suas principais causas, quem sabe poderemos diminuir as chances de ter comportamentos inadequados no relacionamento com as pessoas portadoras.

Tanto em nossa prática no trabalho com crianças como no relato de PPD, percebe-se que a criança não tem maiores problemas em se relacionar com portadores de deficiência. No entanto, os pais relutam em matricular seus filhos “normais” em escolas que tenham crianças com algum tipo de deficiência.

A respeito da educação que os pais dão a seus filhos sobre a deficiência, uma jovem na cadeira de rodas nos relatou o seguinte: “eu estava na rua esperando fechar o sinal. Ao meu lado, estava uma mãe com sua filha pequena, que fazia birra, querendo chocolate. Ao ver que não conseguia acalmar a criança, a mãe falou - está vendo esta moça aí na cadeira, ela era teimosa como você e por isso ficou deficiente, foi de tão ruim que era para sua mãe, que ela ficou assim...”

O preconceito pode também estar nas próprias famílias das PPD, conforme foi relatado nas entrevistas realizadas com PPDF.

Um outro aspecto que nos chama atenção, quando conhecemos um pouco mais sobre a história da deficiência e tentamos confrontá-la com a atual realidade diz respeito as causas da deficiência. Através da revisão histórica, podemos constatar que no início da colonização brasileira, as principais deficiências estavam associadas à pobreza, sendo resultantes de doenças provocadas por uma carência alimentar. Perguntamo-nos se hoje é diferente. Quais são as causas da maioria dos problemas que geram a incapacidade, seja física ou mental? Pode-se afirmar que a deficiência é algo “natural” a que todos estão sujeitos ou, por outro lado, existe uma grande propensão, em determinados ambientes, de as pessoas ficarem mais ou menos deficientes? Onde estariam concentrados os maiores índices de deficiência, senão nas periferias das grandes cidades, locais em que as pessoas vivem sem as mínimas condições para garantir suas necessidades básicas?

No Brasil Colônia, o grande número de deficientes encontrava-se entre os escravos, devido aos castigos físicos, maus tratos e acidentes nos engenhos e lavouras de cana. O que dizer dos amputados de hoje, dos desajustados socialmente, enfim da grande maioria da população de PPD, que se torna deficiente em função do trabalho que realiza?

Podemos dizer que hoje não são mais os engenhos que mutilam, mas, sim, as máquinas de produção que exigem cada vez mais do operário, fazendo com que este se aposente bem antes do tempo, devido as doenças profissionais e acidentes de trabalho.

No que se refere ao tratamento que alguns povos “primitivos” davam aos seus deficientes, os quais eram eliminados tão logo nascessem, questionamos em que medida tal comportamento não é reproduzido em nossos dias, à medida que, hoje, devido a sofisticação dos recursos médicos, as mães têm o direito de optar pelo aborto, quando ainda na gestação, ela é informada de que seu filho será portador de deficiência.

Acreditamos que a discriminação em relação as PPD possa ser diminuída, à medida que conhecermos um pouco mais sobre deficiência e tentarmos situá-la no contexto cultural em que vivemos e não idealizá-la como se fosse um “outro mundo” que não pertence a essa realidade.

Se superarmos a *fase mítica*, que percebia a PPD como obra de Deus ou do Demônio, a *fase assistencialista*, na qual acreditava-se que a PPD teria que viver de esmolas e caridade e também se superarmos a idéia de que as PPD devem se aproximar o mais possível das pessoas ditas “normais”, tentando, assim, “disfarçar” as suas diferenças, quem sabe poderemos ter atitudes menos segregadoras em relação às PPD.

Até o momento muito se falou sobre deficiência, a partir da perspectiva de “normalidade”, sendo que, nem sempre, foi permitido às PPD falarem a partir de suas perspectivas. Será que, ao invés de ficarmos somente analisando a partir do nosso ponto de vista, querendo, na maioria das vezes, ser os seus porta-vozes, não seria interessante saber o que as PPD têm a dizer sobre as barreiras mais comuns, encontradas pelas pessoas portadoras de deficiência.

A partir do momento que as PPD puderem falar por elas próprias, teremos mais condições de analisar algumas questões relevantes nessa área. A partir de um outro paradigma, sob uma óptica em que só mesmo quem vive a deficiência no seu cotidiano é que pode nos dizer o que a deficiência significa.

Sabemos que não existe o “grupo dos deficientes”, à medida que cada pessoa portadora de deficiência representa um indivíduo com identidade própria e com diferenças individuais, as quais precisam ser consideradas. No entanto, percebemos algumas características comuns às PPD, características estas que julgamos de grande importância serem conhecidas à medida que não representam problemas individuais, constituindo-se, na realidade, num problema social.

Nossa pesquisa de campo se limitou a “pessoas portadoras de deficiência física” (PPDF), que destacam em seus relatos (os quais serão apresentados posteriormente neste trabalho), experiências nas quais vivenciaram o preconceito repetidas vezes, até o momento de já não sentirem-se afetadas por ele. Segundo elas “... a superação tem que vir de dentro pra fora ... enquanto a PPDF não aceitar a si mesma, ficará muito difícil se relacionar com as outras pessoas”. (ent. 1).

Esse confronto da história da deficiência com a realidade atual e as atitudes sociais que se apresentam frente à “deficiência” é necessário, uma vez que nos ajuda a compreender alguns comportamentos que as PPD têm em relação ao trabalho, lazer

e educação - esferas sociais que consideramos de grande importância no estudo das barreiras enfrentadas pelas PPD no seu acesso ao lazer.

2.4- Os deficientes físicos e sua relação com o trabalho, educação e lazer

“ O povo não conhece as capacidades de um deficiente, acha que é um coitadinho, que o deficiente não estuda, não trabalha, não faz amor ” (ent. 1).

Nesse tópico apresentaremos algumas considerações sobre a deficiência física e as barreiras que as PPDF encontram para ter acesso ao trabalho, educação e lazer. Tentaremos perceber também como o trabalho e a educação afetam o lazer da PPDF e em que medida a restrição nessas esferas sociais representa barreiras sócio-culturais determinantes no seu lazer.

Em um primeiro momento, caracterizaremos quem é essa “pessoa portadora de deficiência física PPDF”, abordada no estudo, através de sua limitação e tipo de enfermidade acometida; em seguida, analisaremos alguns problemas que as PPDF encontram no seu acesso ao “trabalho” e finalmente discutiremos como o fator “educação” afeta o lazer das PPDF.

2.4.1. A deficiência física

Apesar de todas as dificuldades a que já nos referimos quanto à classificação de PPD, consideramos importante tentar oferecer ao leitor uma definição sobre as PPDF. Para isso, é preciso diferenciar a deficiência física das deficiências mentais, auditivas e visuais.

A **deficiência física** “é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de má-formações congênitas ou adquiridas”⁴⁸.

A **etiologia dos defeitos físicos** pode ser resultado de vários fatores, tais como: anomalias congênitas, infecções, distúrbios metabólicos, traumatismos, além de causas diversas e desconhecidas.

Nas PPDF do grupo FCD, abordadas nesse estudo, consideramos importante fazer um levantamento sobre as causas de suas deficiências, bem como a idade em que ocorreu o problema e as limitações decorrentes deste.

Conhecer a causa da deficiência poderá nos auxiliar na percepção do grau de limitação dos movimentos, além de permitir uma melhor compreensão acerca de algumas necessidades específicas das PPDF, bem como nos ajuda a entender melhor alguns comportamentos manifestados por PPDF na realização de atividades de lazer.

Falar sobre sua própria deficiência exige da pessoa portadora um certo “desnudar-se”, significa “abrir sua vida através de seu corpo”, falar daquilo que mais incomoda, atrapalha, impede e que, na maioria das vezes, identifica alguém. Isso denota um elevado grau de superação da própria deficiência e, por isso, não podemos questionar qualquer pessoa sobre o “porquê você está assim?”. Não caberia, também, uma aproximação do grupo apenas com intenção de estudos. Uma aproximação eventual, sem a devida integração, familiaridade e conhecimento destas pessoas, o que somente então, proporcionaria o compartilhamento dessas vidas.⁴⁹

Por outro lado, o de quem questiona, é preciso bastante sensibilidade e um contato próximo com quem vive a deficiência em todas suas dimensões, para que

⁴⁸ BRASIL, Secretaria de educação especial. *Política nacional de educação especial*, p. 13-18.

⁴⁹ Para isto acompanhamos o grupo regularmente dois anos, antes de realizarmos as entrevistas. Da mesma forma não poderíamos nos retirar logo após estas terem sido realizadas.

possamos responder às indagações a que nos propusemos, respeitando as pessoas portadoras.

Sobre a questão da idade em que ocorreu a deficiência, achamos importante levantar esse dado, à medida que esse referencial pode nos indicar se na fase escolar (época de importantes experiências sócio - motoras e cognitivas) a PPDF já possuía ou não o problema, o que será determinante de alguns tipos de comportamento no enfrentamento *a posteriori* do problema, além de a PPDF já ter evidenciado um mundo mais amplo.

As limitações provocadas pela deficiência em geral podem ser amenizadas com recursos tecnológicos específicos para esses casos, tais como: cadeiras de rodas, próteses, órteses, meios de transporte adaptados, entre outros. No entanto o seu elevado custo faz com que a PPDF se torne limitada mais em função do seu poder aquisitivo do que propriamente em função de seu “impedimento”.

Com o avanço da medicina, as campanhas de vacinação, o desenvolvimento na tecnologia das próteses, muitas doenças infecciosas que antes causavam a deficiência motora, atualmente, já estão erradicadas. No entanto, outros fatores, também relacionados ao progresso tecnológico, tais como aumento de acidentes, condições insalubres de trabalho etc., têm contribuído para que a deficiência motora seja uma das deficiências mais comuns em nosso meio.

No caso das PPDF envolvidas nessa pesquisa, na sua maioria, utilizam a cadeira de rodas como meio de locomoção. Somente os sujeitos 2,3 e 4 usam aparelho como prótese nos membros inferiores (M.I.), a fim de facilitar sua locomoção. O entrevistado 7 nos revelou que também poderia se locomover com aparelho, ao invés de cadeira de rodas. No entanto, é mais cômodo para a PPDF estar na cadeira.

Nos depoimentos de alguns entrevistados, foi levantada essa questão “a pessoa portadora de deficiência física se acomoda na cadeira de rodas e não encontra motivação para exercitar o que lhe restou em termos de movimento”. Com exceção daquelas PPDF que praticam algum esporte de forma regular, a grande maioria opta pela imobilidade. Isso faz com que as pessoas portadoras progressivamente percam suas capacidades físicas, à medida que não estimulam seu corpo.

O lazer pode ser um meio de motivação para o movimento, pois pode provocar, através de alguns de seus conteúdos (físico - desportivos, sociais, manuais, entre outros), atitudes de reação à imobilidade. Devido as suas características de livre escolha e prazer naquilo que as PPDF estão realizando, percebemos o lazer como uma esfera de grande importância para a melhoria das condições de vida da PPDF, nos mais variados aspectos.

Outra esfera social que poderia colaborar efetivamente para que a PPDF tivesse condições de ser mais independente na sua vida diária seria o trabalho, porém, como veremos em seguida, as dificuldades para ingressar nesse mercado aumentam consideravelmente quando aquele que o busca é uma PPDF. Com isso, não só aumenta a limitação física, mas também a PPDF tem restringido outras importantes esferas de convívio social, como o lazer e a educação.

2.4.2- A deficiência física em relação ao trabalho

Em relação ao trabalho, não podemos questionar o valor que este representa na vida humana. É através do trabalho que podemos garantir a satisfação de várias necessidades, a autovalorização, o desenvolvimento das potencialidades, a auto-estima, independência econômica, além de podermos experienciar a sensação de aceitação e pertencimento ao grupo social.

Para Friedmann, o trabalho “...constitui uma atividade essencialmente humana, criadora, aquela mesma que distingue o homem, *homo faber*, no conjunto

das espécies animais e o elevou acima delas. É pelo trabalho que o homem, ajudado por instrumentos sempre mais eficientes, modifica seu próprio meio e, em contrapartida, pode se modificar a si próprio (para melhor ou para pior). É o trabalho que, a partir do momento em que o homem produz seus meios de existência, o faz sair da duração biológica e caracteriza a história humana, da qual explica as vicissitudes e constitui a mola profunda”.⁵⁰

Podemos confirmar tal idéia, à medida que percebemos, nas pessoas em geral, os efeitos da privação de trabalho. Essa privação pode decorrer do desemprego, da aposentadoria ou mesmo da deficiência que afasta as pessoas do trabalho.

O desemprego para as PPDF, além de as tornar financeiramente dependentes de suas famílias, acaba também gerando estresse e tensão. Os efeitos psicológicos oriundos da falta de trabalho podem ser sentidos mesmo em pessoas que não têm deficiências, sendo um agravante para o portador de deficiência, uma vez que o trabalho para este, significa muito mais que um meio de sobrevivência.

Naville apud Friedmann, aponta algumas etapas do comportamento do homem privado de trabalho (...) as quais podem ser resumidas da seguinte forma: “...após um primeiro período de choque, em que a personalidade resiste e continua quase intacta, após um segundo, caracterizado por uma procura mais ou menos ativa de trabalho (acompanhada de pretensões quase sempre decrescentes até a aceitação de qualquer tarefa remunerada), instala-se uma fase de depressão. A privação do quadro assegurado pela atividade profissional e suas rotinas diárias, uma acuidade diminuída, e uma espécie de embotamento na percepção do tempo que passa, se acrescem com complicações familiares que a acabam por criar, no desempregado, um crescente complexo de inferioridade com relação aos membros de sua família (...)”.⁵¹

⁵⁰ Georges FRIEDMANN. *O trabalho em migalhas*. p. 191-192.

⁵¹ Pierre NAVILLE apud Georges FRIEDMANN. *O trabalho em migalhas*. p. 193.

Segundo documento da OIT ⁵² (1994), é o trabalho que “estrutura o nosso tempo; representa um lugar onde interagimos e cooperamos com outras pessoas, onde partilhamos experiências e nos identificamos como parte de uma comunidade, afetando assim os objetivos que nos propomos; é também o trabalho que nos dá oportunidade de contribuir produtivamente para a sociedade, desenvolver nossas habilidades, assumir responsabilidades e ser criativos.

Em nossa sociedade capitalista, o simples fato de estar desempregado já faz com que o indivíduo seja visto como alguém que está fora do circuito produção - consumo, ou seja, à medida que ele não produz e não consome, deixa de ser visto como cidadão, ficando assim marginalizado pela sociedade.

O trabalho, ao mesmo tempo que pode ser fonte de satisfação na vida das pessoas, pode também representar um meio de alienação e transformar o indivíduo em objeto de exploração. Se isso já é comum de ocorrer com empregados bastante qualificados para suas funções, o que podemos esperar daquelas pessoas que portam deficiências, as quais, na sua grande maioria, não tiveram uma educação adequada para prepará-las para esse mercado tão competitivo e altamente exigente?

Em geral, as PPD, somente pelo fato de poderem se manter empregadas, se submetem a trabalhar em funções bem aquém das suas capacidades, ou até mesmo recebendo salários inferiores ao de outros funcionários sem deficiência e que desempenham a mesma função.

Existem ainda outros fatores que dificultam o ingresso e a manutenção de PPDF no emprego, tais como: a exigência de requisitos básicos (boa aparência, escolaridade, experiência, exame de saúde etc.); tendências do mercado de trabalho; diminuição na oferta de vagas; substituição gradativa do homem pela máquina; as

⁵² Organização Internacional do Trabalho, p. 15.

atitudes familiares (superproteção, desvalorização e, muitas vezes, a interferência direta na situação de trabalho).

Uma outra questão que consideramos relevante no aspecto “trabalho da PPD” são as próprias atitudes que as PPD têm em relação a si mesmas, as quais, em alguns casos, podem ser manifestadas por: uma baixa auto-estima, insegurança, falta de iniciativa, medo de fracassar, nível de expectativa não adequado à função. Esses podem se constituir em alguns fatores que, muitas vezes, impedem a PPD de ir em busca do trabalho.

Como alternativa para resolver problemas dessa ordem e também para que a PPD seja valorizada enquanto cidadã capaz de realizar trabalho produtivo e receber o que é justo pelo trabalho que realiza, surgem as associações, ou mesmo grupos organizados em função de objetivos específicos, como esse que se refere a questão do trabalho. Iremos tecer um breve comentário acerca da OIT e algumas de suas recomendações relativas ao trabalho das PPD.

A OIT, no que se refere aos direitos dos portadores de deficiência em relação ao trabalho, recomenda: “saúde e segurança no local de trabalho a fim de prevenir doenças profissionais e acidentes de trabalho, prevendo também indenizações aos trabalhadores e suas famílias por ferimentos ou morte no trabalho; reabilitação vocacional e integração comunitária”⁵³.

Por **reabilitação vocacional** entende-se que “todas as PPD têm o direito a receber um treinamento que as capacite para o trabalho, com isso ficará mais fácil identificar os obstáculos e aprender a solucioná-los na busca do emprego. O financiamento para esses serviços de reabilitação vocacional deve ser responsabilidade do governo, mas deve contar também com o envolvimento ativo da comunidade”⁵⁴.

⁵³ *Organização Internacional do Trabalho*, p. 9.

⁵⁴ *Ibid*, p. 10.

No que se refere a integração comunitária, o Programa Mundial de Ação das Nações Unidas” (1983-1992) enfatiza a reabilitação na própria comunidade como a forma mais eficiente de integração do portador de deficiência. Essa é uma tendência que se opõe aos ambientes especiais para PPD e que exige uma adaptação das estruturas já existentes na comunidade.

É importante que a comunidade também se envolva nesse processo de preparação profissional das PPD e compreenda que estas pessoas são capazes de realizar trabalho produtivo. Portanto, como qualquer outro trabalhador, devem ter direito ao emprego, sem exploração de sua mão de obra.

Por outro lado, a conquista de maiores e melhores oportunidades no mercado de trabalho não deixa de ser uma luta política, em que as reivindicações de um grupo organizado são bem mais eficazes do que lutas travadas individualmente. Pelo fato das PPD apresentarem características peculiares devido ao tipo de limitação, é importante que estas se reúnam em grupos organizados e busquem, de forma conjunta, garantir pelo menos direitos básicos previstos em lei. Além disso, poderão também propor diretrizes para a reabilitação profissional e proteção dos trabalhadores que se tornaram portadores de deficiência devido a acidentes ou doenças relacionadas ou não com o trabalho.

Nesse sentido, o grupo FCD em Campinas-SP. representa um importante referencial para empresas que desejam empregar PPDF. Pelo fato de as PPDF estarem inseridas no grupo, o contato fica bem mais facilitado do que se a pessoa estivesse isolada em casa, sem pertencer a um grupo organizado.

Já mencionamos, anteriormente, que o ideal seria que as PPD conseguissem trabalhar na própria comunidade, sem ter que recorrer a ambientes especiais que acabam mais isolando do que sendo úteis na sua profissionalização. No entanto, as

alternativas que se apresentam atualmente acerca do trabalho para PPD estão ainda um pouco distantes daquelas que consideramos ideais.

Como alternativas de trabalho que se apresentam às PPD, podemos citar: trabalho protegido, trabalho competitivo e trabalho rural.

Além dessas alternativas, a PPD pode reivindicar seus direitos ao trabalho garantidos na Constituição. No que se refere à legislação acerca da inserção da PPD no mercado de trabalho, encontramos as seguintes leis:

- * Lei nº. 8213, de 24/07/91, artigo 93 da Habilitação e Reabilitação Profissional que trata da reserva de mercado - 2% a 5% de vagas nas empresas privadas;

- * Instrução Normativa nº. 05, de 30/08/91, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que regulamenta o estágio educacional laborativo;

- * Lei Complementar nº. 683, de 18/09/94, que trata da reserva de vagas nos concursos públicos estaduais;

- * Lei nº. 8859, de 23/03/94, que modifica a lei nº. 6494, de 07/12/77, estendendo aos alunos de ensino especial a participação em atividades de estágio;

- * Lei nº. 9.394, de 20/12/96, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), traz uma referência ao trabalho, na qual consta que “a educação especial deverá visar a efetiva integração do educando, na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora”⁵⁵.

⁵⁵ LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

No sentido de facilitar o acesso da PPD ao trabalho, é preciso muito mais que uma legislação esquecida nos papéis. Um dos meios de tentar o acesso da PPD ao trabalho, poderia ser tentar garantir o cumprimento dessa legislação, bem como levá-la em conta no planejamento das cidades.

Outra forma, também, poderia ser através do ato de ouvir as próprias PPD acerca de mudanças na remoção de algumas barreiras. É freqüente a queixa das PPDF sobre várias adaptações que são feitas nas cidades, visando ajudá-las, e que, no entanto, acabam sendo mais prejudiciais, porque não levam em conta suas reais necessidades.

Encontramos, nos relatos das PPDF que se deslocam ao trabalho, inúmeros exemplos que ocorrem em nossa cidade (Campinas/SP) sobre as adaptações mal feitas. Tais como elevações nas guias das calçadas, as quais são tão altas que a cadeira “empina” e acaba por derrubar seu usuário. Segundo as PPDF, isso acontece, porque quando os órgãos competentes da Prefeitura Municipal se propõem a “adaptar espaços” convoca para sua equipe de trabalho apenas engenheiros e técnicos, esquecendo-se de convidar o principal interessado, a PPDF a fim de que essa possa avaliar as mudanças.

Talvez esse fosse um dos caminhos mais racionais para que tivéssemos uma participação mais democrática das PPD, não somente no aspecto de barreiras ao “trabalho”, mas também nas outras esferas da sociedade, as quais estão intimamente relacionadas com este, tais como lazer e educação.

Como vimos anteriormente, um dos fatores condicionantes para ingressar no mercado de trabalho é o fator *escolaridade*. Mas, como a PPDF pode ter uma educação de acordo com as exigências do mercado produtivo, se, na prática, a PPDF encontra inúmeras barreiras sócio-culturais para ter acesso a essa educação?

2.4.3- A Educação e o Lazer da pessoa portadora de deficiência

Na atual sociedade, a educação das PPD tem sido tratada como um tema bastante polêmico. Devido à diversidade de deficiências e seu a difícil agrupamento, escrever sobre educação para PPD exige uma análise profunda e complexa.

Segundo a nova LDB, “entende-se por **educação especial**, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.⁵⁶

A referida lei prevê também outros serviços de apoio como: apoio especializado na escola regular; serviço de atendimento educacional em classe, escola ou serviços especializados, quando não for possível o atendimento nas classes comuns do ensino regular.

No que se refere à flexibilidade curricular, a lei prevê que os sistemas de ensino deverão assegurar: currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender suas necessidades, bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, devido as suas deficiências. Para os superdotados, é permitido que haja uma aceleração para concluir, em menor tempo, o programa escolar.

Em relação ao preparo do corpo docente para atuar com esses educandos, a lei prevê que “sejam professores com especialização adequada em nível médio ou superior, e professores capacitados para a integração desses educandos em classes comuns”.

Quando nos referimos à educação, não a restringimos no sentido somente de aprender a ler e escrever, mas a entendemos num sentido bem mais amplo, com

⁵⁶ LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

outras funções sociais. Como diz Sara Pain, “essas funções vão desde a manutenção da história sócio-cultural de um grupo, passando pela transmissão de comportamentos, até a transformação do próprio sistema, pela reação a ele através de críticas e eventual ruptura. Passa ainda por uma função de socialização e outra de repressão”.⁵⁷

Em virtude das limitações impostas pela própria deficiência e pelo despreparo da sociedade, a ausência da educação formal é uma realidade dramática que encontramos na vida da maioria das PPD. Esse fator impede, a uma grande parcela de PPD, seu ingresso ao mercado de trabalho, o qual prioriza cada vez mais a qualificação profissional.

No entanto, para chegar até a escola, como se não bastassem as barreiras arquitetônicas, a PPD tem de superar ainda outros preconceitos que impossibilitam sua permanência na escola. Muitos são os professores que, sob o discurso da “igualdade” e do “não privilégio”, acabam por dificultar ainda mais a permanência dos deficientes na escola. Foi-nos relatado, por uma estudante portadora de deficiência física (cadeirante) que precisou contar com ajuda dos colegas para subir escadas e assistir às aulas no segundo piso, porque o professor alegou que mudar as aulas para o térreo seria “privilegiar o deficiente”.

Acreditamos que não seria suficiente simplesmente remover as barreiras ambientais, uma vez que existem outras que também precisariam ser revistas, tais com aquelas que se referem às atitudes de todos os envolvidos no contexto escolar. Isso não implica que os recursos humanos devam realizar algum curso especial para receber o aluno portador de deficiência. Pelo contrário, tudo deve ser feito no sentido de que a convivência seja a mais natural possível. É necessário, somente, uma orientação específica que permita solucionar adequadamente algumas dificuldades diferenciadas que tem a PPD.

⁵⁷ Sara PAIN, *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*.

A fim de que seja garantido o princípio democrático de igualdade de oportunidades, algumas providências podem ser tomadas no sentido de facilitar o acesso da PPD não só à escola, como também ao trabalho e ao lazer. No aspecto de remoção de barreiras arquitetônicas, a administração pública deveria se preocupar com: guias rebaixadas, corrimãos, calçadas conservadas e livres de obstáculos, rampas ao lado de escadas, pisos antiderrapantes, portas e corredores mais largos, elevadores, sanitários adaptados, mesas que encaixam cadeiras de rodas (baseado no documento do NID)⁵⁸.

A declaração de Salamanca⁵⁹ ainda nos diz o seguinte: "... o currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, pois crianças com necessidades especiais precisam de um currículo com apoio instrucional adicional e não um currículo diferente; o ensino deveria ser relacionado com as experiências dos alunos; a avaliação tem que levar em conta o processo de aprendizagem e não somente o resultado, portanto deveria ser formativa; usar tecnologia apropriada e viável para auxiliar na comunicação, mobilidade e aprendizagem"

No que se refere a educação e reabilitação em uma perspectiva comunitária, é importante requerer mais mobilização e apoio da comunidade; pais e profissionais trabalhando juntos; governo apoiando associação de pais; PPD se organizando em grupos e sugerindo idéias para implementação de programas e formação de monitores e líderes comunitários.

Como vimos, a educação não pode se restringir ao espaço da escola. Educar envolve todo um planejamento, em vários níveis, desde o governo federal, passando pelo estadual e chegando até o grupo comunitário. Cada administração, no setor que lhe compete, deveria ter a preocupação com esse direito fundamental da PPD, que é o direito à educação. Isso não representa somente uma função dos

⁵⁸ NID, Núcleo de Integração de Deficientes. Comentado por Ana Maria Morales CRESPO. *Pessoas deficientes e a construção da cidadania*.

⁵⁹ Declaração de Salamanca: sobre os princípios, política e prática em educação especial. Espanha. 1994.

governantes, mas de todos nós, sejamos empresários, profissionais da saúde, pesquisadores, produtores de opinião pública (mídia), ou mesmo apenas cidadãos comuns que podem estar participando como voluntários em atividades educativas na comunidade junto às PPD.

A educação se relaciona com o lazer em muitos aspectos: sem uma aprendizagem do saber elaborado, que geralmente é transmitido na escola, a pessoa passa a ser um mero consumidor de atividades, assumindo uma atitude passiva diante do que lhe é proposto.

Outro fator importante, também, é que se não forem vivenciados alguns fundamentos da cultura esportiva *na escola*, dificilmente o aluno terá condições, mais tarde, de participar das atividades que requeiram um certo nível técnico nas habilidades esportivas, no caso dos conteúdos físico - esportivos, necessários à Educação Física. Porém, isso se aplica também aos outros conteúdos do lazer que poderiam encontrar, no currículo das escolas, um meio significativo de difundir seus fundamentos. Com isso, certamente diminuiriam as chances da PPDF ser excluída do lazer por falta de embasamento nos conteúdos.

Marcellino, ao comentar sobre a relação entre educação e lazer, enfatiza dois importantes aspectos: “primeiro, que o lazer, é um veículo privilegiado de educação; e, segundo, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação”⁶⁰. Dessa forma, o lazer desempenha um duplo processo educativo, à medida que pode ser tanto veículo como objeto de educação.

⁶⁰ Nelson Carvallho MARCELLINO. *Lazer e educação*, p. 58.

Devido a importância que tem a educação para o desempenho das atividades de lazer, e pelo fato de que uma restrição nos conteúdos transmitidos pela educação formal poderá afetar a qualidade do lazer praticado, consideramos importante questionar as PPDF a respeito da educação que tiveram, a fim de contrastar com nossas observações realizadas nos momentos de lazer do grupo FCD. As respostas a estes questionamentos serão apresentadas no capítulo quatro, o qual se refere ao lazer das PPDF.

A seguir caracterizaremos o grupo FCD. Através de documentos que descrevem o histórico do grupo, bem como de relatos dos membros e de observações que realizamos no interior do grupo, tentaremos definir como está constituído o grupo FCD de Campinas.

CAPÍTULO III

O GRUPO FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENÇA E DEFICIÊNCIA (FCD)

Nesse capítulo comentaremos sobre a organização do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência (FCD) de Campinas, SP. Partimos de dados históricos sobre as origens da FCD, como se encontra estruturado nos diversos países e qual a filosofia que embasa o movimento. Em um segundo momento, relataremos algumas observações realizadas durante os dois anos em que acompanhamos os encontros do grupo FCD-Campinas, no que se refere aos conteúdos vivenciados nas reuniões mensais e na participação em vários eventos juntamente com o grupo. Após o relato sobre esses aspectos mais gerais do grupo, caracterizaremos as Pessoas portadoras de deficiência física (PPDF) que foram ouvidas nesse estudo, quanto aos seguintes aspectos: faixa etária, tempo de participação no grupo, trabalho que exercem, grau de escolaridade, tipo de deficiência, idade em que esta ocorreu e grau de limitação. Finalizando esse capítulo, apresentaremos os discursos dos entrevistados sobre o significado que tem a “deficiência” na vida destes e de como o grupo FCD contribui para que esse significado seja transformado.

Para compreender melhor como é constituído o grupo FCD, optamos por discutir, inicialmente, as diferenças existentes entre a denominação de “grupo” e “movimento”. A denominação “grupo” se deve ao fato de ser esse o termo usado pela maioria dos participantes para definir a reunião de várias pessoas que participam dos encontros e mantêm um forte vínculo entre si devido a vários fatores.

É muito discutida, no grupo, a questão de este vir ou não a tornar-se uma entidade, como tantas outras, de pessoas portadoras de deficiência. De acordo com a fundadora do grupo em Campinas, esse não é um objetivo do grupo, uma vez que o

fato de constituir uma entidade acarreta inúmeros compromissos que iriam descaracterizar o grupo enquanto tal. Segundo ela, perde-se por um lado - questão de recebimento de verbas tão importantes para o grupo - no entanto, ganha-se por outro, uma vez que não existe uma cobrança externa, baseada em resultados práticos.

Tendo como filosofia, “o máximo de espírito e o mínimo de estrutura”, as lideranças mais antigas do grupo acreditam ser mais importante primar pelas relações interpessoais do que por questões materiais.

De acordo com alguns autores, existem diferenças entre o que denominamos “grupos”, “movimentos” e “entidades”. Bobbio (apud Marcellino), denomina *associações voluntárias* “grupos informais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por livre escolha” e que “buscam interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos”.⁶¹ Nesse sentido, o associativismo possui uma estrutura formal, baseada em relações secundárias, que coexiste com uma informal, fundamentada na interação espontânea das pessoas e subgrupos que nela existem e é baseada nas relações primárias.

O associativismo surge como decorrência dos efeitos da industrialização que reduziu bastante a capacidade das estruturas tradicionais em satisfazer as necessidades das pessoas, sendo necessário, para isso que se criassem formas alternativas de ajuda. Através das reuniões em grupos organizados os membros encontram maiores possibilidades de intervenção na sociedade.

Para que um grupo se estabeleça enquanto tal, Barreto (apud Marcellino) considera necessária a “organização”. Segundo este, “o trabalho associativista tem de ser organizado, sem contudo transformar-se numa organização”.⁶² Apesar da necessidade de estruturas que garantem ao grupo seu funcionamento, é importante

⁶¹ Nelson Carvalho MARCELLINO, *Interesses físicos no lazer e associativismo*. Tese de livre docência. Departamento de estudos do lazer. Faculdade de Ed. Física da UNICAMP. Campinas, 1996.

⁶² *ibid.*

que estas estejam sendo continuamente reconstruídas para que não se transformem numa “organização” pronta e acabada.

Para que grupos dessa natureza sobrevivam é preciso que haja participação e uma certa rotatividade nas equipes de liderança, portanto há que se pensar na formação de novos líderes, a fim de que o grupo se renove constantemente.

Oliveira distingue algumas formas de participação associativa, a saber:

- * “participação através das relações interpessoais nas quais as pessoas necessariamente se conhecem e travam contatos frente à frente, manifestando-se principalmente nos contatos entre amigos, parentes, vizinhos, colegas etc.;

- * a que se exterioriza através dos grupos. Trata-se ainda de um relacionamento entre conhecidos, só que neste caso em escala ampliada, cuja ocorrência se dá normalmente em festas, reuniões, bailes, churrascadas etc.;

- * numa escala de abrangência cada vez maior, incluindo extensivamente as formas anteriores, coloca-se a participação em associações ou clubes. Estabelecem-se, nestes, canais indiretos de participação;

- * o mais inclusivo de todos, que se expressa na participação através de movimentos sociais. Neste caso, além do fato de os participantes não se conhecerem pessoalmente, todos entre si, pode também haver entre eles um distanciamento, uma separação geográfica de cidades, de regiões ou de países”.⁶³

Percebemos que o grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência, apesar de ser considerado como um “grupo” pela maioria de seus participantes, poderia ser caracterizado como um “movimento” de acordo com o enfoque proposto por Oliveira, já que está estruturado em outras cidades, países e continentes e o distanciamento geográfico não representa um obstáculo para a existência do movimento.

⁶³ Paulo de Sales OLIVEIRA. É o brasileiro associativo? *Leituras CELAZER*. p. 2-3

Sobre a questão de a “Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência” ser um grupo ou um movimento, vejamos o depoimento de um dos “fraternistas”:

“Acho que, no sentido de ter um objetivo direcionado, é um movimento. No sentido da vivência é um grupo bem aberto. Cada núcleo é bem diferente um do outro. Não podemos falar de FCD de forma única. Apesar de certas formalidades, o grupo de Campinas é o mais flexível. Outros são mais aguerridos, levam o movimento de forma mais rígida, sectária politicamente. Vai muito do papel que o núcleo exerce na vida de cada um de seus membros. Pra quem participa mais ativamente é quase 90% da vida daquelas pessoas. O deficiente, a sociedade está mudando e a FCD não. Se continuarmos só nisso, temos muito pouco a oferecer. Hoje o deficiente trabalha, estuda, tem várias outras oportunidades que antes não tinha. Antes, quando a FCD surgiu ela era realmente a única oportunidade de tirar o deficiente de casa. Hoje, já não é mais assim. A FCD tem um significado diferente para cada membro. A FCD ainda cumpre um papel importante que é o de tirar a PPD de casa, mas, a partir do momento que ela supera isso, então sai do grupo para participar de outras coisas, porque a FCD não tem muito mais a oferecer além disso”.

Sobre a questão do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência ser ou não um grupo segregado esse entrevistado afirma:

“Não considero que seja segregado, porque é aberto a todos, também àqueles que não são deficientes. Dentro do grupo, nós damos uma atenção muito especial para estes que chamamos de colaboradores (pessoas não deficientes que participam da FCD) e que tem as mesmas condições de participar conosco. Ali dentro, já começamos a estender nossas relações entre pessoas portadoras e não portadoras, e à medida que discutimos assuntos que vão além da deficiência e participamos de vários eventos que não reúnam somente PPD, acredito que não somos um grupo segregado. Segregado é, por exemplo, um sindicato que reúne trabalhadores somente de uma categoria. A FCD não” (SIC).

3.1 Histórico, estruturação e filosofia do grupo

O grupo FCD reúne pessoas doentes e /ou deficientes, sendo também um grupo aberto a voluntários que podem ou não apresentar estas características. A maioria dos membros do grupo que participam dos encontros são pessoas portadoras de **deficiência física**. No entanto, podemos encontrar também alguns deficientes visuais.

Os “fraternistas”, como são denominados os membros do FCD, encontram-se espalhados por todo o país nos mais diversos grupos, bem como em outros países onde o movimento FCD também já está estruturado.

A “FCD”(Fraternidade Cristã de doença e deficiência) “nasceu em Verdún, França, em 1942, por iniciativa do Monsenhor Henry François, que foi Conselheiro Internacional até julho de 1980, cargo este que atualmente é ocupado pelo Padre Juan Manuel Arnau, da Espanha. Henry François idealizou esse movimento durante sua estadia em um hospital, onde começou a comunicar-se com outros doentes. Foi aí que percebeu que a enfermidade não lhes havia tirado valores e capacidades. Apesar de todas limitações, estava vivo e, por isso, essa vida deveria ser vivida com toda intensidade”⁶⁴.

O “movimento” FCD é visto como do doente (ou deficiente) para o doente (ou deficiente). Sobre seu histórico, encontramos, ainda, relatos de que, em Junho de 1945, um grupo de aproximadamente 50 doentes se reúne para um aprofundamento e debate de problemas comuns. Em 1958 é aprovada, na França, a Fraternidade Nacional, como movimento de Apostolado Leigo. A partir daí, se estendeu à Suíça, Bélgica, Alemanha, Áustria, Holanda, Inglaterra, Portugal, Espanha e, na América, se estendeu ao Peru, Brasil, Argentina, Colômbia, Guatemala, Uruguai e México, além de alguns países da África e Oceania .

O “movimento” no Brasil, iniciou-se em 1972, na cidade de São Leopoldo (RS), através do Padre Vicente Masip, o qual, à época, era estudante jesuíta de passagem pelo Peru, de onde trouxe o movimento. Em setembro e outubro de 1975, a FCD ampliou-se para os estados de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Em 1976, o movimento difundiu-se pelo Nordeste, começando por Recife, no Estado de Pernambuco. No final daquele ano de 1976, contava com 70 núcleos brasileiros, em 38 Dioceses.

⁶⁴ Baseado em documentos produzidos pela FCD Nacional. Rio Claro . SP. S/d.

Em Campinas, o “movimento” começou através da Igreja, na comunidade do bairro Vila Industrial. Teve como precursora a Senhora Maria Trevisoli que, pelo fato de ser portadora de deficiência física e de perceber a importância da fé e do encontro com outras pessoas, começou a reunir pessoas com dificuldades comuns e, dessa forma, criou o primeiro núcleo da região. O movimento que se iniciou no bairro, hoje, se estende a toda cidade de Campinas. A partir desse núcleo, a idéia foi sendo fomentada em outras cidades paulistas e começaram a surgir os núcleos nas cidades de Jundiaí e Sumaré.

O grupo FCD de Campinas reúne pessoas de bairros bem afastados da cidade. O deslocamento das PPDF de suas casas até o local dos encontros chega a durar até seis horas, sendo realizado por um único ônibus adaptado, cedido pela Prefeitura Municipal.

As PPDF que participam do grupo, na sua maioria, apresentam um baixo nível sócio-econômico e dependem de suas famílias para garantir-lhes a subsistência. Podemos constatar isso tanto nas conversas informais, em que elas relatam as dificuldades financeiras que enfrentam como na precariedade de equipamentos auxiliares de seus movimentos, como cadeira de rodas, bengalas, entre outros.

Quanto à organização, a FCD começa com a fundação de um núcleo (que constitui-se no grupo menor da FCD), para o qual não existe limite de número de participantes, nem tampouco de localização geográfica, podendo abranger uma cidade, um bairro ou, simplesmente, uma paróquia. A reunião de diversos núcleos forma uma Diocese e a reunião destas Dioceses constitui as FCDs estaduais que unirão-se na FCD nacional. As diversas FCDs nacionais de um continente formarão a FCD continental.

A FCD tem como princípios fundamentais a espiritualidade embasada na fraternidade evangélica, a aceitação de todos os doentes e deficientes físicos sem

qualquer discriminação, além da fomentação de grande união pessoal e comunitária entre os doentes, deficientes físicos e colaboradores.

No que se refere aos objetivos da FCD, pode-se dizer que a Fraternidade pretende “proporcionar condições para cada um dos fraternistas superar seus conflitos pessoais, na descoberta de seus valores, despertar para a consciência coletiva, solidária e de forma participativa assumirem o processo de sua história como cidadãos, agentes de transformação, contribuindo para sua libertação humana e transcendente”⁶⁵, objetivo este elaborado no VII Encontro Nacional de Formação - São Paulo, 1997.

Para atingir tais objetivos, o grupo conta com o apoio de uma Equipe de Coordenadores, os quais são doentes e deficientes físicos que, por sua vez, recebem orientação dos conselheiros. A diretoria de cada núcleo é constituída por um coordenador, um vice - coordenador, um secretário e dois conselheiros, sendo que um é titular e outro é adjunto.

Para fazer parte da equipe de coordenação, o grupo tem estabelecidos alguns critérios, os quais, apesar de seguirem uma orientação ao nível nacional, podem ser discutidos e modificados, se for consenso do grupo local. Alguns destes critérios dizem respeito à eleição da equipe de coordenação, da qual só pode fazer parte quem for portador de deficiência, porque, segundo a diretriz nacional, “somente conhece a intensidade do problema, aquele que o vive no seu cotidiano”. Uma exceção a esse critério se dá com o conselheiro adjunto, o qual poderá ou não ser portador de deficiência. Outro critério estabelecido é que, para ser elegível, o candidato deverá estar freqüentando a FCD por, pelo menos, dois anos.

⁶⁵ CARTAS ABERTAS. Revista da Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência. nº 90. p. 18. jan./mar. 1997

Em eleição realizada no mês de Setembro de 1997, o grupo elegeu sua nova diretoria a qual assumirá o comando do FCD por três anos ⁶⁶. Esta equipe de coordenação tem como principais atribuições: preparar e animar os encontros; representar a FCD publicamente; organizar o grupo, desenvolvendo atividades com ele e não por ele; buscar integrar o grupo com outros movimentos e lutas populares; prover fundos para participação nos vários tipos de eventos.

Para congregar as FCDs estaduais, são realizadas assembléias nacionais. Inicialmente, estas aconteciam a cada dois anos, mas, a partir da assembléia de 1988, considerou-se por bem que as assembléias deveriam ocorrer de três em três anos. Nestes vinte e cinco anos de movimento, foram realizadas dez assembléias nacionais que decidiram os rumos do movimento no País. Os locais e os temas abordados foram os seguintes: ⁶⁷

1975 - Porto Alegre - RS.	- O que é Fraternidade?
1977 - Porto Alegre - RS.	- O conselheiro e o responsável na FCD
1979 - Florianópolis -SC.	- Relações humanas
1981 - São Paulo -SP.	- Regimento da FCD no Brasil
1983 - Rio de Janeiro -RJ.	- Capitalismo e pessoa humana
1985 - Belo Horizonte-MG .	- O chamado da Fraternidade
1988 - Cuiabá -MT.	- Oficialização do documento base
1991 - Jundiá -SP.	- Ecumenismo e princípios unificadores da FCD
1994 - Salvador -BA.	- O novo nas relações humanas e sociais.
1997 - Florianópolis - SC.	- A FCD e o novo milênio - projeto de vida.

⁶⁶ Apesar de nossa pesquisa não pretender inicialmente ser de cunho "participante", no que se refere ao objeto de estudo, acabamos nos envolvendo de tal forma com o grupo, que este optou por eleger-nos para o cargo de conselheira adjunta da FCD - Campinas. Aceitar tal manifestação da vontade do grupo implica, para nós, ir muito além do nosso propósito inicial. Significa que nosso trabalho, mesmo que num primeiro momento precise ser limitado a estudar as barreiras para seu lazer, posteriormente deverá prosseguir com muitas outras questões relacionadas ao grupo de portadores de deficiência física.

⁶⁷ Baseado na *Revista Cartas Abertas*, nº 90, p.5

As assembléias trazem à tona temas que são refletidos em encontros no interior dos núcleos. Esses temas são sujeitos a uma avaliação e, se forem de interesse comum aos vários núcleos, transformam-se em norteadores das assembléias. Percebemos que, apesar da pouca estrutura que possuem estes núcleos para seu funcionamento, existe um forte vínculo de relacionamento pessoal que faz de seus participantes freqüentadores assíduos. A seguir, apresentaremos algumas observações sobre os encontros que acontecem no interior do núcleo de Campinas.

3.2- Os encontros do grupo FCD: algumas observações

Estamos acompanhando esse grupo desde Julho de 1995, sendo que nossa participação não se restringe somente aos encontros mensais do grupo, os quais acontecem todo terceiro domingo de cada mês. Participar deste grupo requer muito mais que apenas ir às reuniões, à medida que consideramos muito difícil não nos envolvermos em suas atividades (protestos, manifestações, assembléias, cursos de formação, congressos, ou mesmo passeios, festas de confraternização e competições esportivas).

À medida do possível, procuramos estar juntos na maioria dos eventos de que o grupo participa. No entanto, estes são tantos que o grupo, muitas vezes, precisa até se subdividir para participar dos eventos que coincidem com outros.

Essa participação em eventos foi mais intensa nesse ano de 1997, devido a facilitação do transporte. Consideramos importante ressaltar o quanto a aquisição do transporte, através de ônibus adaptado, foi importante para que as PPDF do grupo FCD, mais especificamente, pudessem participar de um número maior de eventos. Apesar das dificuldades com transporte⁶⁸ estarem sendo diminuídas, percebemos que ainda existem vários outros fatores que restringem a participação das PPD aos

⁶⁸ Em Campinas, a luta por ônibus adaptado com elevadores tem mais de dez anos. Somente em 1997, é que foi possível as PPDF utilizarem deste transporte. Apesar de serem dois ônibus, existem restrições quanto ao seu uso, uma destas é que somente poderão trafegar dentro dos limites do município.

encontros mensais do grupo, constituindo-se esses encontros, na maioria das vezes, em únicas oportunidades que têm as PPDF de sair de casa.

Após termos acompanhado em torno de 30 encontros do grupo, já podemos delinear algumas observações acerca do mesmo. Percebemos que a formação da equipe de coordenação, bem como os objetivos específicos, conteúdos e metodologia dos encontros, seguem as diretrizes da FCD nacional ⁶⁹. Tanto no que se refere à temática, aos objetivos, conteúdos e metodologia.

Quanto aos **objetivos específicos**, a FCD quer ser um instrumento que colabore com cada pessoa doente e pessoa portadora de deficiência, familiares e demais pessoas para que reconheçam e aceitem sua realidade, despertem o amor, a valorização de si mesmo e dos demais.

Os **conteúdos** versam sobre auto-conhecimento, estima, confiança e história pessoal; descoberta dos próprios limites, complexos, valores e potencialidades; aprendizagem de como relacionar-se com a família e com a comunidade; compreensão e atuação com a doença e ou deficiências e diferenças; animação do desejo de viver pela amizade, amor e compreensão; integração do sexual e afetivo no conjunto das relações.

Para que esses conteúdos sejam trabalhados no grupo, é utilizada uma **metodologia**, a qual parte de uma postura histórico-crítica construída coletivamente, no sentido de buscar, através de visitas e encontros pessoais com pequenos grupos, independentemente de reuniões, contatos pessoais através de visitas, telefonemas, cartas para troca de experiência, diálogo, escuta, compreensão, aceitação e respeito, cultivo do perdão a si e aos outros pelas revoltas, preconceitos e discriminações, testemunho de vida, cultivo de uma relação que possibilite inter-relação e integração.

⁶⁹ Diretrizes para a formação ao nível nacional. Encarte especial da revista Cartas Abertas. n.º 90, p. 18.

Além disso, a FCD tem como **objetivo a médio prazo** o envolvimento com todo processo de integração. Nesse caso, além do conteúdo já comentado acima, a FCD luta pela divulgação de sua proposta, sua história e organização e formação de consciência política, principalmente no que tange ao conhecimento da realidade sócio-econômica e político-ideológica e conhecimento da legislação acerca de direitos e deveres. Apresenta, ainda, outras preocupações como no que se refere ao ecumenismo, à medida que busca conhecer as igrejas e religiões, suas práticas, ritos e história. Por fim, considera importante a integração entre as diferentes áreas de deficiências e o aprofundamento na “metodologia popular”⁷⁰

Os encontros mensais do grupo FCD, Campinas - SP seguem basicamente a dinâmica de outros núcleos do estado. No entanto, existe flexibilidade para que sejam modificados alguns tópicos de discussão de acordo com as necessidades do grupo local.

O **roteiro do encontro**, de acordo com nossas observações ao longo desses dois anos, obedece, em geral, essa seqüência: oração e boas vindas ao grupo, leitura de uma passagem bíblica que fundamentará as discussões, reunião em subgrupos para discutir algumas questões sobre o tema norteador do encontro, plenária, almoço compartilhado (é um momento muito interessante de conversas informais entre os membros do grupo, à medida que estes se sentem mais espontâneos para falar sobre si mesmos e compartilhar suas inquietações), dinâmica de grupo, a qual varia a cada encontro (é uma boa oportunidade para uma atividade recreativa), apresentação de um convidado - palestrante - para esclarecer sobre questões de interesse comum ao grupo (tais como: transporte, eleições políticas, sexualidade, entre outras escolhidas previamente pelo grupo) e, finalmente, o encontro é encerrado com avisos gerais, uma oração, canto e lanche do grupo.

As conquistas do grupo, nesses 18 anos, segundo Maria Trevisoli (precursora

⁷⁰ Proposta por Paulo FREIRE. *A importância do ato de ler.*

do grupo), aconteceram em termos de diminuição de várias barreiras arquitetônicas, adaptação de alguns locais públicos; PPDF saindo mais de casa, indo a boates, restaurantes, espaços públicos e a conquista do transporte adaptado. Também tivemos oportunidade de conhecer algumas lideranças políticas que se formaram no grupo FCD e que, hoje, exercem cargos administrativos na Prefeitura Municipal de Campinas, lutando junto a outros políticos pela defesa de direitos já adquiridos e, também, elaborando projetos no sentido de facilitar a vida da PPDF.

Outra manifestação da importância desse grupo estar organizado é por representar um referencial para os estudos na área de atividade física adaptada que se desenvolve na UNICAMP. De acordo com os entrevistados que participam desse projeto de atividade física, “isso só foi possível pelo fato de nós PPDF estarmos reunidas no grupo”.

A maioria dos membros do grupo participa do GEDAE (Grupo de esportes adaptados) que se reúne, semanalmente, na Faculdade de Educação Física da UNICAMP para praticar atividades físicas. As modalidades desenvolvidas são basquete em cadeira de rodas, para os homens, e handebol feminino.

A seguir, caracterizaremos as pessoas portadoras de deficiência física que foram entrevistadas nesse estudo. Do total de participantes (em média 50 pessoas) do grupo, selecionamos 8 PPDF, com as quais tínhamos um contato mais próximo, por acreditarmos que, para falar de questões difíceis de lidar, como a própria deficiência, seria necessário que a pessoa portadora tivesse uma relação mais estreita com o entrevistador. Além disso, também procuramos contemplar as PPDF que encontram-se há bastante tempo no grupo e que participam diretamente na organização das atividades.

3.3- Caracterização das pessoas portadoras de deficiência entrevistadas no grupo FCD

O estudo foi realizado tendo a participação de oito (8) pessoas portadoras de deficiência física (PPDF) que participam do grupo FCD há mais de cinco anos. O **quadro 01** apresentará o número correspondente a cada pessoa entrevistada, sua faixa etária, profissão ou trabalho já exercido, tempo de grupo FCD, grau de escolaridade, seguido pelo tipo de deficiência acometida, idade em que ocorreu a deficiência e grau de limitação nos movimentos.

Das oito (8) PPDF que foram entrevistadas, somente três (3) não usam a cadeira de rodas como meio mais comum de locomoção. São as que correspondem aos números 2, 3 e 4. Estas, por sua vez, utilizam-se de outros equipamentos como bengala canadense (entrevistado 2) e aparelhos de sustentação nas pernas (entrevistados 3 e 4).

Traçado esse perfil inicial do grupo, poderemos compreender melhor a forma como as PPDF entrevistadas vivenciam o lazer, enfatizando as barreiras sócio-culturais que eles apresentam nos seus relatos.

Na seqüência do quadro apresentado, analisaremos como as PPDF entrevistadas concebem a “deficiência” e de que forma o grupo FCD contribui para que esse conceito seja modificado.

N°	IDADE	TRABALHO/ OBRIGAÇÕES	TEMPO DE FCD	ESCOLARIDADE	TIPO DE DEFICIÊNCIA	IDADE OCORRIDA	LIMITAÇÕES
1	21	Atleta	6 anos	5ª série	Traumática/acidente (queda)	9 anos	Paraplégico: comprometimento no tronco
2	29	Dona de casa	10	1º grau completo	Dificuldades no parto	Congênita	Dificuldades na marcha e na fala: usa bengala canadense
3	30	Professora, Dona de casa/ Cursos; Igreja	10	2º grau magistério	Poliomielite	2,5 anos	Perna direita com auxílio de aparelho; braço esquerdo mais fraco; escoliose
4	26	Operadora televidas/ Coordenadora do grupo	09	2º grau completo	Poliomielite	9 meses	Membros inferiores com auxílio de aparelho; escoliose
5	31	Analista judiciário	10	superior completo	mielite	11 anos	Paraplégico, sem comprometimento de tronco e membros superiores
6	55	Dona de casa	08	4ª série primária	Poliomielite	15 anos	Paraplégica; braço esquerdo mais fraco; desvio de coluna acentuado
7	67	Ambulante	18	4ª série primária	Ignorada	Congênita	Paraplégico; pouco cálculo nos ossos
8	33	Aposentada/Coordenad ora do grupo	18	superior completo	Virótica	16 anos	Limitação nos membros superiores e inferiores

3.4- Os significados de “deficiência” para as pessoas portadoras e as contribuições do grupo FCD na vida dessas pessoas

Primeiramente apresentaremos os significados que as PPDF atribuem à “deficiência” e, em seguida, analisaremos tais significados. Em um segundo momento, descreveremos a opinião dos entrevistados sobre o papel do grupo FCD nas suas vidas e como este grupo contribui para uma reelaboração dos significados de “deficiência”.

Sobre o significado de “deficiência” para as pessoas portadoras:

(ent.1) “Quando o povo olha um deficiente, o povo fala: olha o coitadinho ... só que o povo não vê o que o deficiente faz de bom.. a maioria do pessoal não vê que o deficiente também joga basquete sobre rodas e falam ... nossa! mas um deficiente jogando basquete? Como? Eles olham com aquele olhar de que o deficiente não faz nada ... só vive trancado dentro de casa. É assim que a maioria do povo vê o deficiente. Não vê o deficiente na rua, trabalhando e tudo. Ele vê o deficiente trabalhando nas ruas vendendo balas ou, às vezes, dependendo do que não tem família nem nada, até pedindo ... Eu não sei se isso tudo queima a imagem do deficiente ou não sei mas ... o povo acha que o deficiente é um coitado que não estuda, não trabalha não pode fazer isso que não pode fazer aquilo que não pode fazer amor... pensam de tudo. Eles não vêem o deficiente assim como uma pessoa - não vou dizer normal - mas assim como uma pessoa que anda normalmente, vamos por nesse termo, eles acham que o deficiente não pode ir numa praia, numa piscina, deficiente não pode andar de cavalo, não pode andar de carro. Esses dias uma mulher me perguntou - Pô mas você dirige? Ora, se tivesse um carro adaptado eu dirigia. Mas como? Quer dizer o povo não conhece nem um carro adaptado, não sabe que a gente pode dirigir um carro na mão né ... o povo não conhece o que o deficiente pode ou não pode fazer (*sic*)”..

(ent. 2) “A minha principal dificuldade não foi com a deficiência física e sim com o problema da fala... isso é uma coisa que me choca muito ... eu acho que a maioria das pessoas não sabe distinguir uma coisa da outra, porque, às vezes eu atendo o telefone e a pessoa pede simplesmente prá dar o recado, coisa que perfeitamente eu poderia fazer - dar o recado - só que, pela minha voz, elas pedem

pra chamar uma ou outra pessoa. Dai ela passa aquele recado, daí eu fico olhando e penso “mas é um absurdo” ... será que ela pensa que porque a gente não fala, a gente não pensa. Se eu atendo o telefone é porque eu tenho capacidade de ouvir, não é todos mas tem aí uma maioria de 60% (*sic*)”.

(ent. 3) “O termo deficiência acho que tá diretamente ligado a limitação... porque o deficiente pode levar uma vida normal, só que ele tem certas limitações. Só isso porque algumas coisas são mais difíceis pra ele do que pra outra pessoa dita “normal” entre aspas, porque “normal” mesmo acho que ninguém é totalmente ... Porque é assim: quando alguém fala que uma pessoa é normal, todo mundo fala em relação a defeito físico, uma coisa que esteja aparente, e pode ser que a pessoa tenha uma anormalidade que esteja escondida, que não aparece assim, né, que não é uma coisa assim, que fica à vista, agora pode ser uma pessoa muito mais anormal do que aquele que tem uma deficiência tão à vista” (*sic*).

(ent. 4) “A deficiência tem uma importância grande quando você lida com menos pessoas que sejam deficientes, mas, quando você tem um contato maior com pessoas que são deficientes, você começa a ver de uma maneira diferente e vê que se tem espaço pra tudo, basta você estar correndo atrás das coisas, espaço pra trabalhar, pra estudar pra se divertir. Depende também de estar colocando que valor que tem essa deficiência na vida dela” (*sic*).

(ent. 5) “Eu não seria um exemplo bom dessa ligação com a sociedade e a PPD. Eu acho que sempre encontrei ambientes que me deram respostas fáceis. Eu nunca tive esse tipo de problema que eu sei que existe. Desde que eu fiquei deficiente eu demorei muito tempo pra ter contato com outros. Eu sempre tive um desenvolvimento no meio de pessoas não deficientes. Desde que eu comecei entrar em contato com essa realidade mais ampla - de outras pessoas - eu tenho mudado um pouco. Sinto que estou evoluindo, desmistificando um pouco essa idéia do deficiente. Tanto essa idéia de ver o deficiente como uma pessoa que não vive na sociedade, só vive com sua família, os deficientes estão saindo e a sociedade está aceitando isso. Essa questão está sendo mais discutida hoje, questão da adaptação, de novas alternativas, formas de proporcionar uma vida mais adaptada, e a própria PPD com isso tem modificada sua idéia de que deva ficar em casa e não deva participar. Então, eu tenho notado que essa relação está mudando, estamos quebrando um monte de barreiras e de idéias que se tinha em relação a PPD.

A reação da sociedade é normal, à medida que está diante de alguém diferente e não sabe lidar com essa diferença. Então, cabe mais à PPD se mostrar. Se ela não sai e se fecha, também fica

mais difícil as outras pessoas entrarem em contato. O primeiro passo, o primeiro impulso tem que partir do deficiente.

Nesse sentido, o esporte é um grande facilitador porque quebra alguns mitos, como por exemplo, o de que “o atleta para competir tem que ter o corpo perfeito”. Eu acho que o deficiente participando, ou em termos de lazer ou competitivamente, ele quebra isso também, porque são pessoas que têm uma limitação física que estão competindo como atletas. Por isso eu acho que o esporte tem que ser levado muito a sério. Temos que diferenciá-lo do lazer - que deve estar aberto a todo mundo, como “atividade física”, acho que tem que estar aberto pra todo tipo de deficiência - mas o esporte adaptado tem que ser profissional ou tem que ser competitivo” (*sic*).

(ent. 6) “É mais da cabeça de cada um. Eu estou na cadeira, mas não gosto de ficar muito só no meio de deficientes não - até eu parece que tenho preconceito? ... Prefiro estar no meio de outras pessoas que não são deficientes, porque senão o papo é sempre o mesmo e com os não deficientes você diversifica um pouco” (*sic*).

(ent. 7) “A maioria dos deficientes se acomoda. Já conversei com alguns que pedem esmola e eles me dizem que pedir esmola ganha mais do que trabalhando e também se pedir trabalho é muito difícil, quase ninguém dá. Isso é uma verdade. Por outro lado existem aqueles indivíduos que se satisfazem com o mínimo, por exemplo eles recebem dois ou três reais de esmola, a primeira coisa que eles fazem é correr num bar e tomar uma cerveja. Então, ele já ficou satisfeito, quer dizer, a pretensão dele é mínima na vida. Não trabalha, assim por um ideal, manter uma casa ... de ser um cidadão. Por outro lado, o próprio governo (federal, estadual, municipal) não tem muito interesse em cuidar do deficiente e, por uma razão muito simples, porque a maioria dos deficientes não vota. Então, eles acham que não têm valor como cidadão dentro da sociedade e, por outro lado o deficiente não procura ter um conhecimento, digamos, científico. Por exemplo, se ele é um paraplégico e bebe diariamente, a sua saúde só pode piorar.

(ent. 8) “Eu acho que a sociedade, após o ano Internacional, deu mais abertura para a PPD. Talvez seja pela divulgação ou a própria pessoa se abriu um pouco mais, mas ainda falta muita coisa pra ser realizada em termos de governo. Acho que a sociedade começou a dar mais valor à PPDF, desde que essa pessoa se faça respeitar, passe a se gostar, demonstre interesse, se faça conhecida. Acho que a grande luta é mostrar realmente que a PPDF sabe o que quer, saber fazer, mas precisa de oportunidades. Eu acho que o esporte pode ser um grande meio. Nós temos que lutar... abrir a boca (no bom sentido) - com educação. Porque, sem educação, não se consegue nada. Temos que ter

muito jogo de cintura porque reivindicamos coisas que não são somente para nós mesmos enquanto indivíduos e, sim, para um grande grupo” (*sic*).

Percebe-se, através das falas das PPDF, que o conceito de deficiência é visto de forma bastante diferenciada para cada pessoa portadora.

Um dos aspectos apontados foi que a deficiência física, por ser considerada mais “aparente”, é, muitas vezes, bastante confundida com outras deficiências, como a mental, por exemplo. À medida que a PPDF não aparenta um corpo saudável, de acordo com os parâmetros que a sociedade assim o considera, deduz-se de antemão que sua mente também esteja comprometida.

Outro aspecto apontado foi sobre o desconhecimento que as pessoas em geral têm a respeito das capacidades das PPDF.

Alguns dos entrevistados se referiram ao conceito de “deficiência” como algo que depende da própria pessoa portadora (entrevistados 4, 5 e 6).

Outro aspecto importante, que foi ressaltado, diz respeito à modificação que essa forma de perceber a deficiência vai sofrendo, à medida que se convive com mais pessoas portadoras de deficiência.

Em vários encontros do grupo podemos perceber como isso acontece. Quando ingressavam PPDF novas no grupo, elas tinham uma idéia de “deficiência” como significando “ineficiência total”, mas, a partir do momento que tinham contato com outras PPDF com seqüelas até mais graves que as suas percebiam que estas eram bastante independentes na sua vida diária e começavam, então, a encarar a deficiência de outra forma.

Também ficou evidente, na fala de um dos entrevistados, a percepção da deficiência como algo que se deve tanto à acomodação e ao conformismo de algumas

peças portadoras, como algo de responsabilidade da sociedade, que acaba contribuindo para que essa acomodação aconteça.

Outro aspecto ressaltado nas entrevistas se refere às mudanças no conceito de “deficiência” provocadas pelo “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência” e de como, a partir daí, as pessoas portadoras e a sociedade em geral puderam se aproximar mais.

Sobre as contribuições do grupo FCD na vida das PPDF

Quando questionadas se o grupo FCD contribuía ou não para suas vidas, as PPDF responderam:

(ent.1) “Contribui, ajuda bastante. Acho que a imagem do grupo integra um pouco a sociedade. Eu acho que o basquete integra mais a sociedade. Quando o povo vê, na TV, o deficiente jogando, competindo e tudo, já passa a ter uma outra imagem. Essas duas coisas aí ajuda bastante o deficiente na integração a sociedade” (sic).

(ent. 2) “O grupo FCD contribui em muitos sentidos. Em termos de amizade, aumenta o círculo de amizade, de informações, conhecimentos, de fortalecimento, porque são muitas pessoas lutando pelos mesmos ideais. Então, é um incentivo e, pra muitos deficientes, é, em primeiro lugar, um acesso ao lazer, pra maioria dos deficientes. Só que a gente tá tentando também fazer o pessoal tomar consciência de que a FCD não é só lazer, que é informação, conhecimento, participação. Tentar fazer com que os deficientes se conscientizem disso, se soltem mais, participem mais, de uma forma geral na sociedade” (sic).

(ent. 4) “Contribui bastante até ... de todas as formas, em função de estar no grupo é que a minha visão sobre minha deficiência melhorou. O contato com outras pessoas que são deficientes te ajuda. Antes do grupo eu era totalmente diferente. Eu acho que ainda tenho muito pra mudar. Minha visão de “ser diferente” - quando você não tem um contato com o grupo, você é diferente sozinha e, a partir do momento que está no grupo, você vê que tem capacidades, potencialidades. Ajuda no seu crescimento enquanto pessoa, deixando a deficiência um pouco de lado”. (sic).

(ent. 5) “Acho que contribui, me permitiu conhecer, além de pessoas, também experiências que jamais conheceria, se não tivesse participado do grupo. Eu tinha, antes, uma outra visão da deficiência. Acho que tinha a visão da própria sociedade em geral, em relação à deficiência. Eu tinha uma resistência muito grande em participar com outros deficientes, ter contato com outros deficientes ... no sentido de que eu pensava “pô eu estou vivendo enquanto deficiente ... eu estou vivendo a vida normal ... mas porque que eles não? Será que eles são acomodados? Então eu vivia meu mundo. Parece que eu tinha essa visão que a própria sociedade tem do deficiente”. Por quê eles não estão aqui no meio participando como todo mundo? Aí então, depois, participando com o grupo, é que eu fui saber porque que eles não estavam aí. Era porque eles não tinham as oportunidades que eu tive. Foi uma mudança. O grupo te ensina a pensar de forma coletiva, pois, mesmo se você não necessita, individualmente, de determinada adaptação no ambiente, você vai lembrar que no grupo muitas pessoas necessitam desta e vai lutar para que haja tal adaptação. Antes de entrar no grupo, eu pensava: “não precisa de uma rampa aqui porque eu consegui subir de muletas”. E agora eu penso “... mas e os outros? Será que eles iriam conseguir?” (sic).

(ent.6) “Eu entrei no grupo num momento muito difícil da minha vida, quando a minha mãe tinha falecido. Foi muito bom na época, agora está meio monótono. Todo ano a gente se programa a fazer várias coisas e, no decorrer do ano, não acontece nada. Melhorou o transporte pra gente, mas não mudou muita coisa não. Prá mim já virou uma rotina. Eu não fui na última festa, porque, primeiro, a questão do banheiro, depois, a má vontade de alguns colaboradores que desconversam a gente quando pede ajuda. Outro fator é a monotonia . Sempre as mesmas coisas” (sic).

(ent.7) “Faz 18 anos que estou no grupo. Começamos em 10 pessoas. Já participei de Congressos de deficientes em muitos estados. A FCD dentro de Campinas é uma entidade que contribui muito, porque é dirigida por pessoas deficientes ao passo que outras entidades têm a diretoria composta por pessoas normais, enquanto que o deficiente fica em casa e eles representam em qualquer ato ou solenidade a entidade. Isso tá errado”. (sic)

(ent. 8) “Eu acredito que a FCD, desde que foi fundada aqui, é muito importante pra nossa vida de portadores, de colaboradores, pra vida das pessoas em geral. A FCD foi um grande passo na nossa vida de portadores, porque trouxe formação religiosa - apesar de ser ecumênica - é um dos, ou melhor o único movimento que consegue congrega as pessoas portadoras de deficiência física de Campinas. Nosso lema é: “o máximo de espírito e o mínimo de estrutura”.

Dar abertura pra pessoa chegar no grupo, dar oportunidade pra pessoa crescer, na orientação, formação tanto na família como na sociedade” (*sic*).

Através desses depoimentos, podemos perceber a importância que as PPDF atribuem ao grupo FCD. Segundo estas, o grupo: ajuda na integração com a sociedade; contribui para que tenhamos o esporte adaptado e, com isso, mais lazer; desenvolve amizades; oportuniza o conhecimento de pessoas diferentes, além da família; fortalece a pessoas, aumenta a auto-estima ... (“muitos lutando juntos é mais fácil”); proporciona experiências diferentes e modifica a nossa própria visão de deficiência.

Também podemos constatar essa importância que as PPDF atribuem ao grupo quando analisarmos o tempo em que elas permanecem nele (conforme quadro p. 77)

CAPÍTULO IV

O LAZER DO GRUPO FCD: analisando os discursos

Esse capítulo apresenta os relatos das PPDF, no que se refere ao lazer que vivenciam, tanto no interior do grupo como fora deste. Para que a leitura acerca de seus depoimentos se tornasse mais clara e objetiva, optamos por dividir esse tema em quatro tópicos, ficando assim constituídos: o *primeiro* tópico trata do significado atribuído ao lazer pelas PPDF, bem como uma caracterização de como esse lazer acontece nas suas vidas, em termos de tempo, conteúdos (atividades), atitudes, oportunidades e barreiras encontradas pelas PPDF no lazer; o *segundo* tópico também enfatiza esses mesmos aspectos relativos à caracterização do lazer das PPDF, no entanto, está concentrado no lazer que acontece no interior do grupo e que denominaremos aqui de lazer “*intra-grupo*”, diferenciando-se assim do primeiro item que se refere ao lazer de forma geral; o *terceiro* tópico traz as opiniões das PPDF sobre a relação lazer/trabalho e o *quarto* apresenta os depoimentos sobre a relação lazer/educação.

Quanto à análise das entrevistas, optamos por analisar conjuntamente o lazer “extra” e “intra-grupo”, a fim de perceber especificidades e semelhanças entre um e outro. Entretanto, no que se refere às relações lazer/trabalho e lazer/educação, optamos por analisá-las separadamente, logo após os depoimentos dos entrevistados.

4.1- Os significados do lazer para as PPDF, conteúdos vivenciados e barreiras sócio-culturais enfrentadas no lazer “extra-grupo”

Questionamos, junto às PPDF, como elas *compreendiam o lazer* de uma forma geral e como este se caracterizava na sua vida cotidiana, qual o tempo dedicado, que *oportunidades* apareciam, quais *atividades(conteúdos)* elas (PPDF) buscavam regularmente e que *barreiras* se apresentavam ao acesso e prática dessas atividades de lazer. Após o relato das respostas dadas a essas questões, apresentaremos uma síntese, em forma de categorias, no sentido de melhor elucidar o que foi enfatizado nas várias entrevistas.

(ent. 1) “ Lazer pra mim é aproveitar o máximo do tempo: assistir um jogo, passear, sair de casa. Em casa tem lazer: assistir TV pra mim é um lazer. Na minha casa é tudo adaptado.

Praticar basquete pra mim é um lazer. Além de ser um esporte competitivo é um lazer. As viagens prá jogar, os treinos pra mim é lazer. Dedico a semana inteira pra isso. Passear, ir ao bosque, taquaral Como **barreiras** encontro rampas muito inclinadas. Banheiro às vezes tem rampa e portas largas, mas é cheio de curva, porque não foi projetado por alguém que está na cadeira. Escadas, tem que sempre ficar pedindo ajuda. No que se refere às atitudes dos outros, depende do lugar. Tem pessoas que não aceitam muito bem o deficiente físico. Restaurante com 10 deficientes prá jantar, vai ter que ficar juntando mesa. Fica todo mundo olhando, só que ninguém fala nada, mas a gente sente que é um pouco constrangedor em relação as outras pessoas. Uma vez eu fui jantar em um restaurante - e deficiente quando chega a algum lugar não precisa de cadeira pra sentar, já leva a própria de casa - então, nessa vez ,eu fui afastar a cadeira da mesa pra entrar com a minha, daí o garçom disse que eu não podia tirar as cadeiras da mesa. Daí eu achei estranho e disse: você quer que eu tire a minha e sente na outra e vou pôr a minha onde? Aí deixei, tudo bem, passou fiquei com a minha mesma e ficou por isso mesmo. Só que eu sou folgado: puxei a outra e coloquei o pé em cima.E também não dô bola pros nego, não: pra mim tanto faz como tanto fez e eu quero é curtir, depois o resto é resto” (sic).

(ent. 2) “ Lazer pra mim é ... festa de casamento com a família, televisão, leitura. Quanto a oportunidades, são poucas. São mais essas com o grupo. Todas as oportunidades que eu tenho com a

minha família, se eu sei que vai estar somente eu como portadora, então eu procuro optar por participar com o grupo, porque é onde eu me sinto mais à vontade.

Quanto a barreiras ... o olhar das outras pessoas. Minha maior barreira é a comunicação com as pessoas. Se estou mais calma, minha voz sai mais clara. No começo, quando eu não conheço a pessoa, eu tenho mais dificuldade de falar.

Tem também o preconceito. Até dentro de casa eu encontro preconceito. Eu poderia sair bem mais com as minhas irmãs, mas eu não saio de jeito nenhum, a não ser que seja uma coisa extremamente necessária. Porque se você participa com a família vai estar abrindo espaço para sociedade conhecer você e conhecer o que tem por trás, você tenta abrir a cabeça das outras pessoas que tem preconceito apesar que na minha casa também tem. Então eu tenho que começar lá de dentro... é um trabalho que..." (sic).

(ent.3) "Lazer pra mim é tudo, desde ir ao cinema, teatro, lanchonete, essas coisas ... mas encontramos todas essas barreiras. Ir num bosque, cinema, lanchonete, barzinho, clube, piscina. Em casa ... um bate papo com os amigos, encontrar , TV, música, leitura. Acho que a leitura é um lazer. Acho que eu tenho muito pouco lazer. Já tive muito em épocas passadas: saía muito, ia em cinema, teatro. Agora tenho bem menos, não pelo fato de ser deficiente, também por ter deficiência que impede um pouco ... que limita tudo. Às vezes, você pensa mil vezes antes de ir a algum lugar, mas também porque agora tenho filho. Então, não saio quase. Meu lazer é mais em casa mesmo. Acho que o que mais faço no dia-à-dia é assistir TV e leitura, não pela obrigação, mas porque eu gosto mesmo de ler. Dai, final de semana, eu gosto de ir na casa de algumas amigas, ... de bate papo, né? Mais final de semana mesmo.

Quanto a oportunidades ... não são muitas, mas também não são poucas. São razoáveis ... Aparece bastante, mas também muitas eu deixo de ir por vários motivos. Às vezes por locomoção - meu carro não está muito bom, não dá pra ir, por causa de meu filho, e também porque penso: será que vai ter escada? Vou ter que pedir pra alguém me ajudar a subir... porque a gente se preocupa muito com isso, né? De primeiro, quando eu saía muito mais assim, eu tinha aquele grupinho de amigos. Eu nem me preocupava. Eles me ajudavam a subir, mas quando o tempo vai passando parece que vai ficando mais difícil. A gente se acomoda e pensa mil vezes antes de sair e pedir pra alguém ajudar.

Quanto à dificuldade em relação as outras pessoas, não tenho não. Acho que essa fase eu já superei. É uma fase. A partir do momento em que você se impõe e consegue ... você aumenta a auto-estima e essa parte fica fácil... me preocupo mais com as barreiras estruturais mesmo, com o

acesso aos locais, nem tanto com as pessoas. Nunca tive muita dificuldade, porque sempre tive muitos amigos, sempre estudei, nunca tive dificuldade nessas partes”(sic).

(ent. 4) “Lazer acredito que seja sair para um barzinho, lanchonete, cinema, teatro ...parque de diversões, ouvir música, sair com amigos. Eu tenho pouco lazer. Na verdade, não sei se é pouco ou suficiente pra minha necessidade. Talvez eu não seja de sair muito ... acho que ele é o suficiente pra minha vontade, o lazer que eu tenho. As atividades que mais pratico são essas ... ir a um barzinho, lazer com a família, ouvir música, leitura.

Quanto a oportunidades, eu tenho oportunidades e estou aproveitando. Acho que são suficientes e barreiras são mesmo as arquitetônicas.

Já tive que enfrentar outras barreiras em relação à sociedade em geral. Houve um tempo em que eu me preocupava muito em sair, porque chamar atenção o deficiente sempre chama mesmo. Só que agora eu não me importo mais. Não vejo quem está me olhando, entendeu? Saio, ... faço o que eu tenho que fazer, me divirto como tenho que me divertir e já não dou tanta importância como eu dava antes. Não sei se é uma fase, ... é superado com algumas coisas que você vai vivendo, vai vivenciando e vai superando. Quanto a esse tipo de barreira o que me incomodava bastante era o fato do pessoal olhando” (sic).

(ent. 5) “Lazer pra mim é uma coisa não obrigatória, algo que você faz por gostar de fazer, que não seja uma rotina que você tenha que manter sempre, você faz por opção. As atividades? Pode ser uma leitura, um esporte. Eu gosto de ler, assistir um filme, ouvir música. Para isso, dedico mais o fim de semana e, diariamente, leitura.

As barreiras que encontro são: a disponibilidade de tempo, condições financeiras, acesso de uma forma geral, barreiras não só em relação à sociedade e ao meio em que você vai ter acesso ao lazer, mas também da própria pessoa portadora. Não é só de fora. Eu acho particularmente que a maior barreira vem de dentro. Dependendo da atividade, a maior barreira é da própria pessoa. De forma geral, esse preconceito de não ir ou achar que é estranho ou diferente é mais interno do que externo” (sic).

(ent. 6) “Tudo aquilo que te dá satisfação ... que você fica feliz em algum lugar ... junto com pessoas que você gosta, num bate papo-legal ... acho que pra mim tudo isso é lazer. Só de você sair um pouco de casa já é muito bom. Barreiras? transporte é a barreira maior.

Eu tenho pouco, porque, com a família, não dá muito pra ir. Parece que eles acostumam com a gente que eles não nos chamam, não nos convidam pra sair e, às vezes, quando eles convidam é pra ir onde eles querem e não onde a gente gostaria. Sozinha é difícil. Só quando a

gente sai com o grupo. Dai a gente se diverte um pouco, mas ultimamente está muito difícil sair também. O dinheiro está difícil. Quanto a atividades eu gosto bastante de ler. Já fiz muito crochê, tricô, artesanato, pintura. Ultimamente, não tenho saído muito, mas eu saía bastante. Quando eu morava no centro era mais fácil, a gente saía no barzinho” (sic).

(ent. 07): “Lazer pra mim significa ir a uma conferência, a um teatro, a uma praça esportiva, leitura.

Eu gostava muito de assistir palestras, ir ao salão vermelho da Prefeitura, assistir concertos, Teatro Castro Mendes, assistir missa. Isso quando eu era bem mais jovem ,... mas, hoje, devido à violência nas ruas todo momento e a noite principalmente...

Eu já estou com 67 anos e já não sinto a mesma disposição de participar de reuniões festivas ou sociais. Me agrada muito assistir concertos da orquestra sinfônica, apresentação de corais líricos. Eu me afastei um pouco porque a programação é noturna. De dia meu desenvolvimento é só no trabalho.

Assisto muito futebol na TV. Outra coisa ... em campo de futebol eu só não vou porque me sinto inseguro lá dentro, em meio a uma multidão que de, uma hora para outra, pode surgir uma briga e daí eu apanho sem saber porquê.

Quanto a oportunidades, não tenho mais, porque não tem acesso. O Teatro Castro Mendes, o Centro de convivência cultural não têm acesso. São 3 rampas de escadas. Preciso de 4 homens para me levantar a cadeira. A rodoviária de Campinas também não tem ... os próprios hospitais como o Vera Cruz tem uma escadaria tremenda. A própria Igreja Catedral, que é uma obra de arte, inclusive admirada pelos estrangeiros, eu tenho pouca oportunidade de ir lá devido as escadarias. Eu conversei com o arcebispo de Campinas para ele pôr uma rampa e ele me disse que a Catedral é tombada pelo patrimônio histórico e lá não deixam modificar uma simples torneira.

Encontro barreiras nas calçadas. Eu tenho sempre que pedir ajuda e, às vezes, uma pessoa quer ajudar, mas é idosa e não tem força para levantar a cadeira e, outras vezes, a pessoa é jovem mas tem má vontade ... ou também não sabe, mas a maioria tem má vontade e, alguns, quando eu dou sinal para me ajudar a subir a calçada me respondem que “não tem trocado”. Achar que estou pedindo esmola. Outros falam que não têm tempo. Outro dia pedi para o dono do táxi me ajudar a subir a calçada e ele me respondeu - eu estou trabalhando - e ele estava sentado dentro do táxi e o táxi estava parado.

Aconteceu também que, uma vez, eu fui pedir para um tenente me ajudar a descer a calçada e ele estava pegando a cadeira de modo desajeitado e eu expliquei como que era. Dai ele

me respondeu: - eu sou tenente, eu não aceito ordens, eu dou ordens. Principalmente os policiais não sabem lidar com a cadeira de rodas. Não têm um preparo para isso.

Quando eu vou fazer um pagamento em cheque, numa loja, sempre a “caixa” da loja me pergunta se eu sei escrever. Quando eu falo que sei, ela me olha meio admirada, meio desconfiada. Daí lê o cheque e vê que está escrito certo. Daí ela aceita.

Uma outra coisa muito interessante é quando, por exemplo, um dia de muito calor, quando eu vou assim andando pela rua - porque pela calçada não dá para ir, pois não tem rebaixamento - então sempre aparece uma pessoa e me pergunta: - moço, o Senhor quer subir na calçada, eu ponho o Senhor na sombra aqui desse prédio e o Senhor descansa aqui, porque está muito calor. Daí eu respondo: mas eu não posso parar, eu vou trabalhar... -Ah! Mas o Senhor trabalha, porque o Senhor trabalha ?” (sic).

(ent. 8) “Lazer eu acho que significa a pessoa portadora ter condições de chegar a determinado lugar. Lazer dentro da própria casa, brincando com as crianças; lazer na comunidade que a gente vai e se encontra com um grupo de pessoas, isso também é um lazer; lazer no próprio trabalho que abre espaço para uma conversa, uma amizade para depois à noite bater um papinho numa lanchonete. Mas eu acredito que, pra tudo isso, precisa condições, vontade de querer fazer. Não adianta nada a gente querer que Prefeitura e Estado ofereça esse tipo de lazer.

O que eu gosto realmente de fazer, em primeiro lugar, é estar com o lazer na família, brincando com as crianças; depois vem o trabalho da UNICAMP; é uma Educação Física adaptada mas não deixa de ser um encontro muito bom para nós, enquanto grupo; depois tem o lazer também da FCD que a gente curte bastante. Leitura e um pouco de televisão. Na medida do possível saio muito, vou a *Shopping*, por mais que não se compre nada só de ver aquilo tudo já é um lazer pra gente.

Sobre as barreiras que eu encontro? Em primeiro lugar, o portador que não se locomove sozinho, é o transporte. Não existe uma coisa que você queira fazer... se não tiver transporte, não adianta. Transporte familiar, no caso a família te dando um apoio, mesmo que você queira ir mas, se a família não tiver um carro, não tem condições. E, no geral, tem que ter um transporte pra pessoa ir e vir tranquilamente, o acesso é tranquilo. Para fazer uma parada de carro, tem a vaga mesmo com a família junto.

Em segundo lugar vêm as barreiras arquitetônicas. Espaços como Shoppings pra mim é tranquilo, porque se tem um elevador, os corredores são largos, tem rampas. Pra fazer uma parada de carro, tem a vaga reservada pra pessoa portadora. Então é muito importante.

Independente de transporte em lugares públicos, tem que ter o meio adequado pra se chegar. Local próprio pra poder estacionar, descer do carro tranquilo, montar a cadeira... agora, o que eu vejo são as escadas. O Centro de Convivência, por exemplo, a gente não pode ir. Teve uma época que eu fui ver a Orquestra Sinfônica, assistir uma peça de teatro ..., mas realmente se não vai acompanhado de um homem que tenha força, não consegue superar aquelas barreiras lá. No Centro de convivência vai ser difícil superar isso porque já é tombado.

Em terceiro lugar, lugares bem apertadinhos, corredores estreitos, mesmo que haja rampa, mas aquela rampa íngreme, não tem condições de subir sozinho. Antes do Ano Internacional a gente PPDF só vivia em casa. Então, houve a grande chance pra que todo mundo se abrisse, se libertasse de muitas opressões e problemas familiares. Mas eu não sei se é também o meio de cada PPDF que encontra obstáculos principalmente na ajuda. Eu nunca tive esse problema, não.

Em grande parte os obstáculos vêm de dentro da pessoa, mas ,às vezes, da própria deficiência, porque cada deficiência é diferente. Então eu acho que em grande parte é da própria pessoa que não quer ajuda mesmo. Então um meio ótimo da gente se comunicar, é pedir ajuda, não esperar que venham, mas a grande maioria tem vergonha - é um obstáculo - e por causa da própria deficiência não querem que ninguém ajude. Eu nessa matéria nunca tive problema”(sic).

Síntese dos relatos acerca do lazer “extra- grupo”

1- Para os entrevistados, lazer significa:

- aproveitar ao máximo o tempo (1);
- sair de casa, passear (7 entrevistados associam lazer com “sair de casa”);
- jogar, praticar esporte, atividade adaptada na UNICAMP;
- coisa não obrigatória, que se escolhe porque se gosta (1);
- tudo aquilo que dá satisfação, que torna a pessoa feliz em algum lugar, com quem ela gosta de estar (1) e
- estar em um lugar com adaptações (1);

2- As atividades (conteúdos culturais) de lazer que mais praticam são:

- passeios, saídas para barzinho, lanchonete, saída com os amigos (7 ent.)
- encontro mensal com o grupo (8)

- leitura (5)
- assistir à TV (5)
- assistir a coral, orquestra sinfônica e conferências (2)
- ir ao teatro (3)
- ir ao shopping (1)

3- Espaço e tempo disponíveis para o lazer das PPDF:

- Os *espaços* mais freqüentados são: lagoa do taquaral, UNICAMP, Postos de saúde, chácaras e
- *tempo*: a maioria concorda que é em fins de semana que conseguem ter mais lazer.

4- Barreiras sócio-culturais que interferem no lazer das PPDF:

- transporte (8);
 - barreiras arquitetônicas: escada, sanitários sem adaptação, corredores estreitos, adaptações mal feitas nas guias das calçadas, falta de telefones adaptados (8);
- preconceito - o olhar das outras pessoas (3);
- dificuldade da própria pessoa portadora de deficiência física em lidar com sua deficiência (7);
- problemas em relação à família (2);
- condições financeiras (3);
- falta de tempo (2) e
- violência (1).

4.2- Contribuições do grupo FCD para o lazer das PPDF: conteúdos vivenciados, oportunidades e barreiras encontradas no lazer “intra-grupo”

Questionamos, junto às PPDF, se o “grupo FCD contribuía ou não para seu lazer”. Se a resposta fosse afirmativa, solicitamos que descrevessem “de que forma o grupo contribuía e que barreiras eram encontradas para a participação nessas atividades de lazer, específicas do grupo”. Após a descrição das respostas sobre esse questionamento, apresentaremos uma síntese dos aspectos principais que foram evidenciados.

(ent. 1) “No FCD tem lazer também, porque a gente se reúne todo mês, apesar de ter as discussões sobre deficiente. É um lazer também, porque todo mundo bate papo, ajuda bastante. Os passeios, se eu não tivesse no grupo, não estaria aqui hoje (à beira da piscina passeando). Provavelmente eu estaria em casa fazendo uma outra coisa. Eu procuro participar de todos eventos. Sempre que tem, eu procuro ir, inclusive eu voltei de viagem na quinta-feira prá hoje (domingo) poder estar aqui. Viajo amanhã cedo de volta.

Sobre barreiras relacionadas às atividades que realizamos como o grupo eu não encontro” (sic).

(ent. 3) “A FCD contribui em muitos sentidos. Em termos de amizade, aumenta o círculo de amizade, de informações, conhecimentos, de fortalecimento, porque são muitas pessoas lutando pelos mesmos ideais. Então é um incentivo e, pra muitos deficientes, é, em primeiro lugar, um acesso ao lazer, pra maioria dos deficientes. Só que a gente tá tentando também fazer o pessoal tomar consciência de que a FCD não é só lazer, que é informação, conhecimento, participação. Tentar fazer com que os deficientes se conscientizem disso, se soltem mais, participem mais, de uma forma geral na sociedade. (...) Contribui porque, ao mesmo tempo que a FCD oferece informação, conhecimento, também oferece lazer, que a gente tá sempre tentando se encontrar em churrasco, chácaras. Acho que isso é lazer também.

Eu participo sempre que possível. Sempre que o grupo vai tentar encontrar um lugar pra lazer, a gente pensa mais no lado das dificuldades... tentar achar um lugar acessível a todos, que o banheiro seja acessível tanto aos andantes de muletas quanto aos de cadeira de rodas. Então,

sempre está influenciando. Dificuldades já começa pelo fato de pedir o transporte, tem que pedir, mandar ofício, esperar resposta. Depois vêm. Daí, no ônibus, tem que ter colaborador para ajudar a colocar. Agora o ônibus adaptado já está mais fácil, mas, de primeiro, o colaborador tinha que pegar, carregar no colo, subir, fazer força, daí havia reclamações, porque tinha alguns muito pesados. Eles reclamavam que dava problema de coluna, mas de certa forma tem que sempre ter colaborador. Durante a viagem, pra ir no banheiro, muitas pessoas não conseguem ir sozinhas” (sic).

(ent. 4) “Ajuda, eu tenho lazer com o grupo e com minha família. Participo sempre das atividades. Sobre as barreiras nas atividades com o grupo, não tem como não encontrar barreiras arquitetônicas. Transporte ultimamente está mais fácil. Subidas íngremes nas chácaras. Mesmo para mim que uso muletas” (sic).

(ent.5) “Sim, pra mim é uma forma de lazer estar participando com o grupo. Até na parte do esporte, porque foi através do grupo que a gente conseguiu montar essa opção que a gente não tinha antes, de esporte, de lazer... toda essa atividade que a gente tem - que agora até pouco tempo atrás estava reduzida à UNICAMP - mas que está crescendo, abrange outras cidades. A própria educação física adaptada tem crescido muito. Pessoalmente, participar do grupo é uma forma de lazer. Agora, não fazendo mais parte da coordenação, não tem mais aquela obrigação. Então, é mais lazer mesmo ... Eu vou sempre, eu gosto de participar na organização da atividades.

Quanto a barreiras que encontro são as barreiras de acesso. Por ser em grupo, fica mais fácil as barreiras individuais, difícil encontrar local adequado, transporte. (...) A reação de surpresa eu encaro naturalmente, não me afeta muito, não me atrapalha no que eu vou fazer....mas eu acho que, quando a gente reúne em grupo, acho que as pessoas ...um deficiente ou dois acho que até passa, dá até para disfarçar, mas, quando a gente reúne em bando pra sair, é uma coisa de impacto. É diferente. Acho que pouca gente viu até hoje” (sic).

(ent. 6) “Até que tenho tido alguns lazeres bons com eles, mas tem alguns passeios que eles fazem que eu não gosto não. Quando eles vão a procissão de Corpus Christi em S.P., junta aquele monte de deficiente todo ano. Um deficiente diferente do outro, não existe uma deficiência igual a outra. Repetem os mesmos lugares, as mesmas atividades, o mesmo lanche. É uma monotonia!

Eu já participei muito ... mas ultimamente não tenho participado muito não. Vou de vez em quando pra ver as pessoas que eu gosto muito, mas não pela atividade em si” (sic).

(ent. 7) “Nós fazemos reuniões, às vezes, só de lazer. É uma oportunidade da gente se reunir e passar o dia descontraído. Sobre as barreiras posso dizer que, com o ônibus adaptado, ficou bem melhor. O elevador chega até o chão. Falta ainda sinais sonoros nos sinaleiros para os cegos. A falta de telefones adaptados (orelhinhas), portas de banheiros dos hotéis, a cadeira não entra” (sic).

(ent. 8) “Eu acho que, enquanto lazer, tem também, mas é um pouco, porque ela vive mais para formação enquanto ser humano. Tem também porque as pessoas se organizam para outras atividades. Não é propriamente a função do grupo, mas existe um pouco de lazer. Tem pessoas que vão lá só pra conversar umas com as outras e não visam à formação mesmo, então, para essas, a FCD é um lazer.

As barreiras que mais percebo são condições financeira, vergonha de chegar na gente e falar que não tem dinheiro. Não participam porque fulano não vai. A FCD dá oportunidade pra todos serem líderes, mas tem alguns que se fecham” (sic).

Síntese dos relatos acerca do lazer “intra-grupo”

1. Sobre a contribuição ou não do grupo nas atividades de lazer:

- Todos os entrevistados (8) concordaram que o grupo contribui para que eles tenham mais oportunidades de lazer, apesar desse não ser o objetivo principal do grupo

2. Como essa contribuição acontece:

- proporcionando encontros mensais e passeios (3)
- em muitos sentidos: amizade, informação e fortalecimento da pessoa (1)
- através do esporte (2)
- através da estrutura e organização do grupo fica mais fácil ter acesso a outras atividades (3)

3. Quanto a sua participação:

- participa de todas atividades, inclusive na organização (7)
- sempre que possível vai (1)
- ultimamente não está mais participando como antes (1)

4. Barreiras encontradas nas atividades promovidas pelo grupo

- * não encontra (1); dificuldades com o transporte (3); dependência e carência de voluntários e colaboradores (1); programas monótonos que já são rotina (1); falta de locais adequados, espaços planos (2); barreiras arquitetônicas (1); condições financeiras impróprias (1); por influência de outras pessoas que não participam (1).

Analizando os discursos das PPDF sobre o lazer “extra” e “intra-grupo”

Após análise da bibliografia e o discurso das PPDF sobre o que elas consideram que seja lazer, como esse se caracteriza na prática e que barreiras o influenciam, podemos chegar a algumas conclusões parciais.

Analizando o discurso dos entrevistados percebemos a tendência funcionalista na concepção de “lazer”. Isso fica claro, à medida que, na sua maioria, as PPDF restringiram o conceito de lazer à questão do espaço, quando afirmaram que lazer significava “sair de casa”. Também percebemos que alguns entrevistados consideram como lazer, apenas os conteúdos físico esportivos - como a atividade adaptada na UNICAMP. No entanto, existem PPDF que percebem outros conteúdos como: a leitura, os passeios e encontros sociais. Somente dois dos entrevistados apontaram para o aspecto da atitude ao afirmarem que lazer é tudo aquilo que dá satisfação.

Consideramos importante a visão de um dos entrevistados ao afirmar que “lazer significa estar num lugar com adaptações”. Através desse depoimento, podemos perceber o quanto a falta de lugares adaptados para PPDF pode ser considerada como uma grande barreira para o lazer das PPDF.

Já comentamos no capítulo anterior sobre o papel do grupo na vida em geral da PPDF. Agora, nesse capítulo, cabe um comentário específico sobre qual o papel que o grupo FCD exerce, mais especificamente, no lazer das PPDF.

À medida que fortalece a pessoa na sua auto-estima, proporciona conhecimento e informações que auxiliam na independência da PPDF, promove o encontro e evidencia os interesses sociais, bem como atua no sentido de minimizar barreiras arquitetônicas e atitudinais, o grupo pode representar - mesmo que indiretamente - uma via importantíssima de acesso ao lazer para aqueles que são duplamente discriminados socialmente, pois, na maioria dos casos, essas pessoas, além de serem portadoras de deficiência física apresentam também um baixo nível sócio- econômico, fato esse que contribui para sua marginalização.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, o grupo FCD também contribui para o lazer de forma direta, ou seja, o próprio grupo promove eventos de lazer, além de participar de eventos promovidos por outros grupos.

Quanto à participação dos membros do grupo nestes eventos, percebemos que existe um “público fiel”, aqueles que participam sempre, enquanto outras pessoas se limitam a participar somente dos eventos que ocorrem no interior do grupo.

O grupo, apesar de ter como objetivo central o fortalecimento da espiritualidade na pessoa e se reunir em função disso, também representa uma referência importante para que outras atividades cheguem até as PPDF. Esse foi o caso do esporte adaptado que hoje é realizado na UNICAMP, o qual reúne muitos dos membros do FCD. Nesse caso, o fato de o grupo já estar organizado colabora imensamente na adesão das PPDF às atividades motoras adaptadas, atividades estas que elas consideram como sendo lazer.

No que se refere às **atividades** mais praticadas pelas PPDF no seu momento de lazer, as respostas obtidas nas entrevistas estão de acordo com aquilo que observamos nos eventos dos quais participamos juntamente com o grupo.

O aspecto “sair de casa”, que é visto como “lazer” para a maioria das PPDF, se confirma, à medida que percebemos a quantidade de eventos - praticamente quase todo final de semana - de que eles participam. Não faltam convites de outros grupos da região para participar de festas, confraternizações etc. Na maioria desses eventos, as PPDF participam juntamente com o grupo e não de forma individual. Conforme afirmaram nas entrevistas, as PPDF se sentem mais à vontade quando, num evento de lazer, participam também outras pessoas portadoras de deficiência.

Entretanto, algumas apontaram o fato de que não gostam de ficar só no meio de pessoas portadoras, e que preferem estar também com outras pessoas, além do grupo, pois, segundo estas, os assuntos variam mais e o círculo de amizades se amplia.

Constatamos que as **atividades** de lazer mais vivenciadas, “**extra-grupo**”, pelas PPDF, são mais restritas ao seu lar, como assistir à TV e ler. Para praticar outras atividades como passear, ir ao *shopping*, ir ao cinema, teatro, as PPDF afirmaram que dependeriam de outras pessoas que, nem sempre, estão disponíveis e de transporte, já que o ônibus adaptado, em Campinas, só atende às solicitações de grupos.

A opção de freqüentarem barzinhos também fica restrita a somente alguns locais que oferecem menos barreiras que outros. Segundo os relatos das PPDF, quando se consegue encontrar um bar sem escadarias na entrada, em seguida se deparam com portas estreitas para a passagem da cadeira ou, mesmo quando essas dão condições, várias vezes já aconteceu do sanitário ficar no segundo piso. Esses são exemplos que as PPDF nos relatam para justificar que não basta uma adaptação

na entrada de um local. É preciso que se pense em um conjunto de adaptações que garanta a permanência da PPDF nesses locais.

Se encontramos tais dificuldades no setor privado que concentra seus objetivos na exploração do lazer, o que dizer do setor público que deveria estar atento para questões como a democratização do lazer?

Diante da falta de políticas públicas que proporcionem lazer, educação, saúde, trabalho, entre outros aspectos, percebemos que a reunião de pessoas em grupos é um meio que estas encontram de reagir aos problemas sociais que decorrem da omissão da administração pública face aos direitos de cidadania.

Os grupos, como o FCD, que se formam com pessoas que buscam semelhanças através de suas diferenças, representam, muitas vezes, uma tentativa - talvez a única possível - de suprir as lacunas deixadas pela administração pública no que se refere a várias questões, dentre as quais destacamos o lazer. Apesar desse não ser o objetivo central do grupo, percebemos que, muitas vezes, é preciso que o próprio grupo organize seus eventos de lazer, sob pena de não poder vivenciá-los em outras situações.

Pudemos confirmar isso ao perceber que a maioria das atividades de lazer relatadas pelas PPDF são realizadas “intra-grupo”. Dentre elas, os entrevistados destacaram os encontros mensais do grupo, seguido pela atividade física adaptada na UNICAMP, além dos passeios e festas de confraternização de que o FCD participa com outros grupos.

No que diz respeito às barreiras sócio-culturais “extra-grupo” que influenciam no lazer das PPDF, constatamos que a *deficiência em si* não constitui um dos principais obstáculos na escolha das atividades de lazer. O que mais afasta as pessoas portadoras de deficiência física dos eventos de lazer são as barreiras sociais,

como “preconceito”, e as barreiras físicas, como falta de adaptações nas ruas e construções em geral.

Sem essas barreiras, as pessoas até esquecem que têm uma deficiência, conforme afirmou um dos entrevistados: “só lembro que sou deficiente, quando vejo todo mundo me olhando, ou não consigo subir uma escada, porque não existe uma rampa ao lado. Se não fosse isso, eu nem lembrava que era deficiente, porque estou tão acostumada a ser desse jeito qu, para mim , ser assim é normal” (*sic*). (ent. 2)

Quanto às barreiras sócio-culturais no lazer “intra-grupo”, um dos entrevistados comentou que não encontrava barreiras no lazer com o grupo já que problemas como transporte, que seria o mais grave no seu entender, estão resolvidos, pois a Prefeitura cede transporte para o grupo participar de eventos. No entanto, para quem fica responsável por requisitar esse transporte junto a poder público, esse fato constitui-se em uma barreira, pois exige uma certa burocracia e bastante tempo hábil para a solicitação .

Mesmo após ter conseguido transporte para os eventos de que o grupo participa, surgem outras dificuldades tais como: a falta de um sanitário apropriado no interior do ônibus, tendo em vista que existem passageiros que, para chegar até o local onde acontecem as atividades, chegam a rodar 6 horas no ônibus, com o agravante de que, muitos destes, usam sondas as quais necessitam ser esvaziadas em poucas horas.

Uma outra barreira citada pelos entrevistados é a dificuldade em encontrar voluntários e colaboradores, pois, mesmo com transporte adaptado, é preciso a ajuda de outras pessoas para auxiliar as PPDF na locomoção, ida ao sanitário, alimentação, entre outros aspectos.

O espaço representa uma barreira bastante significativa, a qual se concretiza na falta de locais apropriados, ou seja, é difícil encontrar locais pouco acidentados e planos, onde o grupo possa se deslocar com relativa facilidade. Quando se encontra

locais assim e estes são em recinto fechado, muitas vezes o espaço físico é pequeno para comportar todo o grupo e seus familiares, tendo em vista que uma PPDF na cadeira de rodas ocupa bem mais espaço do que alguém que não necessite dela. Devido a essas restrições nos espaços, o grupo acaba indo sempre aos mesmos locais. Isso faz com que as atividades se tornem rotineiras e monótonas, desmotivando seus participantes.

Além das barreiras arquitetônicas, outro fator que limita o acesso das PPDF a locais diversificados é a condição financeira em que se encontra a maioria das pessoas do grupo. Todo passeio envolve um custo que, muitas vezes, acaba sendo elevado para pessoas que dependem de seus familiares para sua subsistência. A coordenação do grupo tenta suprir esse problema com um fundo de reserva financeiro do grupo. No entanto várias pessoas ficam constrangidas em pedir ajuda.

Existe também, no grupo, a questão de pessoas que exercem forte influências sobre outras, sendo que a não participação das primeiras inibe a participação das últimas. Como exemplo disso, percebemos, em duas ocasiões que uma pessoa muito querida pelo grupo não poderia participar de um evento, pois tinha outros compromissos. Devido a isso, cinco outras pessoas também não participaram.

4.3- As relações lazer/trabalho na visão dos entrevistados

De acordo com estudos teóricos já apresentados no início dessa pesquisa, o lazer, seja por uma forte tradição histórica, bem como por uma série de outros fatores, encontra-se hoje bastante relacionado ao trabalho, sendo esse último, muitas vezes, condicionante do primeiro. Por acreditarmos que a visão das PPDF acerca da relação lazer/trabalho irá influenciar significativamente nas suas opções de lazer, consideramos importante questioná-las a respeito de como percebem tal relação.

A seguir apresentaremos, ao lado da atividade profissional que realizam, os relatos das PPDF sobre a **relação lazer/trabalho**:

1. (atleta) “não tem influência, é separado uma coisa da outra” (*sic*);
2. (do lar) “o trabalho aumenta a convivência com a sociedade, cria mais amigos” (*sic*);
3. (professora) “aumenta o círculo de amizades” (*sic*);
4. (do lar) “aumenta a auto-estima do deficiente” (*sic*);
5. (analista jurídico) “Ajuda a romper essa barreira da gente mesmo... porque o trabalho, você tendo oportunidade, é uma coisa que você tem que fazer, não é uma atividade que você escolha. Em certos momentos, pode até ser lazer. O trabalho te obriga a sair e se relacionar com outro tipo de pessoas, pessoas não deficientes que nunca tiveram contato com deficiente. Você trabalha e é um trabalhador como qualquer outro. Além de provocar uma mudança no ambiente é uma mudança que ocorre nos dois lados. A PPD sente que pode e ela está num ambiente estranho e você sente que não é essa relação de rejeição, é uma relação normal. Então, isso acaba extrapolando para outro tipo de coisa, pro lazer, pra outras atividades que não sejam só o trabalho. Você acaba influenciando outras pessoas, acaba tendo uma outra idéia - você pode participar de outras coisas. Dai para o lazer é mais fácil. O fato de não trabalhar para a PPD gera constrangimento em relação à família, tem que ficar pedindo para sair, porque existe a dependência financeira” (*sic*);
6. (do lar) “se eu trabalhasse poderia conhecer pessoas diferentes, e não só as da minha família; também, porque trabalhando você tem o poder aquisitivo maior, isso te dá mais condições para ter lazer”;
7. (ambulante) “O trabalho para mim representa minha própria vida, porque enquanto estou trabalhando eu não estou com a cabeça cheia de idéias tristes ... porque o dia acaba e tenho que fazer tanta coisa que o dia fica pequeno, passa rapidamente. Isso me ajuda, porque quando chega a hora de dormir eu estou cansado, vou pra cama e durmo tranquilamente, ao passo que, se eu ficasse o dia inteiro na ociosidade, a noite eu não teria nem sono. O trabalho me ajuda a viver. Eu recebo, na rua, muitos convites para sair. Os convites aparecem por causa do meu trabalho. Aqueles que não trabalham fora de casa, se isolam e o isolamento não é bom pra ninguém, acho que até perturba o raciocínio, ao se isolar ele acaba se deslocando da realidade. Eu, que saio todo dia, tomo conhecimento dos acontecimentos que surgem . Tomo consciência até de um buraco que estão abrindo na rua. Daí eu não posso passar, tenho que ir por outra rua paralela. Isso me agita, me põe em movimentação constante” (*sic*);
8. (aposentado) “Eu acho que tem tudo a ver. Através do trabalho, você está mostrando o seu lado e outras pessoas estão dando oportunidade pra que você possa ter o seu lazer. Por exemplo no grupo de trabalho, você pode fazer amizades ali e depois, à noite, sair para uma lanchonete. Ajuda o lazer

cultural, é importante a pessoa trabalhar, fazer alguma coisa. Agora, a gente está vendo oportunidade de fazer alguma coisa (trabalho) pra que a gente possa ter melhores condições de praticar esse lazer porque sem dinheiro você também não faz nada” (sic).

Questionamos também, junto as PPDF, se elas encontravam **barreiras sócio-culturais que afetavam o trabalho** e em que medida eram semelhantes ou coincidiam com aquelas barreiras encontradas no lazer.

(ent. 1) “São poucas firmas que dão trabalho ao deficiente. A locomoção é importante. Tenho 11 anos de paraplegia hoje, e isso não me sai da cabeça. O principal problema da PPDF é o transporte. Pra mim não tem outra coisa a não ser o transporte.

Barreiras outras: se resolvesse primeiro o transporte, o resto ficaria bem mais fácil, escada ou acesso na firma. Tem PPDF que não consegue subir nenhum degrau com a cadeira” (sic).

(ent. 2) “Por mim eu não posso falar, porque, quando eu procurei onde eu procurei, eu encontrei. Mas eu acredito que tenha, porque existem tantas pessoas normais precisando de trabalho e também pela aparência, pelas dificuldades que eles (patrões) acham que vão encontrar com a pessoa deficiente. Eles acham que, pelo fato de estar numa cadeira, o deficiente não seja capaz de realizar o que pedem. Só que poucos são os que dão oportunidades para o deficiente mostrar que é capaz. Então o pouco que dão hoje tá modificado, mas a maioria nem quer saber do que o deficiente é capaz” (sic).

(ent. 4.) “Eu nunca tive dificuldades pra encontrar trabalho. Sempre que eu procurei eu ... eu tinha medo até de não encontrar o espaço, de ter preconceito envolvido por trás e nunca tive ... e não ia. Tive oportunidades e não fui trabalhar, porque eu tinha medo de não conseguir, porque eu achava que, se eu encontrasse um trabalho, eu iria querer ser mais do que qualquer outra pessoa naquela função e achava que não conseguia porque a minha auto-estima era baixa. Aí, teve várias oportunidades que eu desperdicei e o contato que eu tive mesmo com o trabalho foi por telefone que daí você não tem a dificuldade física” (sic).

(ent. 5) “Nunca encontrei no meu trabalho um tratamento diferenciado. Lá dentro eu sou um funcionário como qualquer outro. Não tenho nenhuma dificuldade desse tipo e nunca tive também na escola, na minha formação toda. Eu acho também que é muito de como a pessoa se relaciona com o ambiente.

Eu acho que são diferentes as barreiras que encontro no lazer e as que encontro geralmente no trabalho, porque, pelo fato do trabalho acontecer num ambiente controlado, é aquele lugar, onde eu trabalho por exemplo, não tem barreiras arquitetônicas, não tenho dificuldade de me movimentar lá dentro, agora o lazer, você está sempre lidando com ambientes diferentes. Você vai fazer alguma coisa, você nunca faz no mesmo lugar. Quanto as pessoas é a mesma coisa: onde eu trabalho as pessoas já me conhecem e eu já conheço as pessoas. Agora, quando eu vou fazer uma atividade de lazer fora dali, encontro com pessoas diferentes, aí as barreiras de relacionamento aparecem mais, normalmente são momentâneas, é só no começo, depois a relação fica mais normal” (sic).

(ent. 6) “Uma das grandes barreiras que me afastou do trabalho foi a família, dizendo que eu não precisava ... que eles podiam me sustentar ... na cabeça deles, só eles bastavam para a gente e não é bem assim ... você precisa ver pessoas diferentes não só a família ... a família toda a vida da gente, nos deixa mais deficientes do que a própria deficiência” (sic).

Analizando os discursos acerca da relação lazer/trabalho

Nos estudos sobre o lazer encontramos uma linha de pensamento que relaciona o aumento de “tempo livre” com a conquista de mais tempo para o lazer. No caso das PPDF envolvidas nesse estudo, constatamos que, apesar da maioria destas não estarem inseridas no mercado de trabalho e, por isso, terem grande parte do seu tempo “livre”, nem por isso estas PPDF têm mais lazer, à medida que esse tempo é ocupado com outras atividades também de cunho obrigatório, no caso das mulheres, com tarefas domésticas, cuidado com os filhos e com a casa.

O que percebemos foi uma relação inversa entre “tempo livre” - ou segundo Dumazedier, “tempo desocupado” - e “lazer”, na qual aquelas pessoas que trabalham também têm mais oportunidades de lazer, apesar de disporem de menos tempo livre” - ou, mais especificamente, “tempo desocupado”.

Isso pode ser atribuído a diferentes fatores: as pessoas portadoras de deficiência física (PPDF), que trabalham “fora”, apresentam um círculo de amigos maior; já conseguiram enfrentar barreiras oriundas do deslocamento e, outras, como as arquitetônicas; além de receberem uma remuneração que lhes possibilita ter acesso

aos espaços de consumo que hoje se confundem cada vez mais com os espaços de lazer. Esses são fatores que contribuem bastante para que as PPDF que trabalham tenham mais acesso ao lazer.

Quando questionadas acerca da relação entre trabalho e lazer, a maioria das PPDF entrevistadas conseguiu perceber relações entre uma esfera social e outra. Somente uma PPDF afirmou que não enxergava relação entre lazer e trabalho. “Acho que você tem que ter um tempo para tudo, trabalho, lazer, um não atrapalha o outro. Eu sempre dividi o tempo de trabalho e o de lazer. Acredito, sim, que o trabalho é mais influenciado pela educação, pelo lazer não” *(sic)*. (ent.1)

No entanto, para a maioria - os demais entrevistados - “o trabalho contribui muito para o lazer”. Algumas PPDF tiveram dificuldades de perceber os vários aspectos em que “trabalho” e “lazer” se relacionam, limitando-se a comentar um ou dois destes aspectos. Consideramos que essa “dificuldade” pode ser atribuída ao fato de estas PPDF, na sua maioria, não estarem vivenciando a situação de trabalho no seu cotidiano. Dessa forma, não sentem diretamente, através de experiências pessoais, como o trabalho possa estar ligado a outras dimensões de sua vida.

Apesar de, individualmente, todos esses aspectos não terem sido percebidos pelas PPDF, acreditamos que, no conjunto das falas, conseguimos reunir uma complexidade de fatores que evidenciam a relação existente entre trabalho e lazer.

Podemos perceber na fala das PPDF que o trabalho exerce influências no lazer à medida que: aumenta o círculo de amizades, eleva a auto-estima da PPDF, ajuda a romper barreiras da PPDF consigo mesmo e com outras, dá condições financeiras para a realização do lazer, ajuda a promover a independência da PPDF em relação a sua família, provoca mudanças nas outras pessoas que convivem com a PPDF e percebem suas reais capacidades, repensando, assim, alguns preconceitos.

No que se refere às barreiras sócio-culturais que impedem o acesso das PPDF ao mercado de trabalho, os entrevistados afirmaram que estas existem, várias, e vão desde a falta de um planejamento arquitetônico das cidades até barreiras introjetadas pela própria pessoa portadora de deficiência, no que diz respeito às suas limitações.

Ficou bastante evidenciada a barreira “transporte”, o qual é fundamental para que as PPDF se desloquem de casa ao trabalho. Ao lado dessa, somam-se outras barreiras tais como: exigência de boa aparência, elevado grau de escolaridade e qualificação profissional.

O rótulo de “incapaz” - que reflete o desconhecimento acerca das reais capacidades das PPDF- também foi relatado nas entrevistas como sendo uma barreira de acesso ao trabalho e a outras esferas sociais.

O medo de fracassar, associado a uma baixa auto-estima, foi apontado como uma das barreiras que afastou a entrevista 4 do mercado de trabalho.

Outra barreira citada com bastante ênfase nas entrevistas foi à própria família das PPDF. De acordo com a entrevista 6, apesar de sua vontade e necessidade de trabalhar, a qual não era só pela questão financeira, a família optou por ela não ir, ... porque achavam que esta “não precisava”.

No entanto, para as duas PPDF entrevistadas que trabalham regularmente, apesar da existência de barreiras, o trabalho faz com que elas se esqueçam que são PPDF e se sintam “normais”. À medida que participam do mercado produtivo, elas não se sentem “deficientes”, pois produzem tanto quanto, senão mais, do que outras que não portam deficiências.

A dificuldade em relação ao trabalho, bem como todos os problemas decorrentes em função disso, constitui apenas uma parte das barreiras que as pessoas em geral enfrentam para terem acesso ao lazer. A seguir, veremos como as PPDF

concebem a relação entre educação e lazer e como o fator educacional pode constituir-se em uma barreira de acesso ao lazer.

4.4- As relações lazer/educação na visão dos entrevistados

No capítulo II já descrevemos a abrangência da educação. Da mesma forma que ela não se restringe ao espaço da escola, também não poderá se restringir ao papel de alfabetizar somente, enfocando o ler, o escrever e contar. Ressaltamos que a escola, bem como outros meios alternativos de educação, podem constituir-se em excelentes oportunidades para desenvolver o gosto e a aprendizagem dos conteúdos de lazer. No entanto, percebemos que entre as PPDF que participam do grupo, ainda é bastante comum o baixo grau de escolaridade, sendo aproximadamente 20% dos membros analfabetos, 70% com escolaridade até 5ª. série primária e somente 10% com 2º. grau concluído.

Na seqüência, apresentamos, ao lado do grau de escolaridade, as opiniões dos entrevistados sobre como eles percebem a **relação lazer/educação**.

1. (5ª série) “Não vejo muita relação com o lazer, mas em matéria de trabalho sim, eu acho que ajudaria bastante se eu tivesse mais estudo ... ajudaria bastante no trabalho. Uma das barreiras pro trabalho é o estudo, com certeza” *(sic)*;
2. (1º. grau) “ajuda a compreender melhor muitas programações que a gente assiste” *(sic)*;
3. (2º. g. magistério) “Influencia sim. Tipo assim se eu leio um livro sobre uma peça de teatro, por exemplo, eu quero ver a peça, entendeu? Influencia sim porque, a partir do momento que você estuda muito, acho que aumenta a cultura, entende? Você começa a gostar de certas coisas que você achou que nunca fosse gostar ...” *(sic)*;
4. (2º. g.) “Influencia, porque você começa a ampliar seus horizontes. Você descobre novas formas de lazer e você quer fazer tudo aquilo que você sabe que tem. O lazer das pessoas que não têm acesso à educação pode ser bem reduzido” *(sic)*;
5. (superior completo) “Acho que existe relação sim, da mesma forma que o trabalho te abre um série de perspectivas, uma série de opções, a convivência, o círculo de amizades que cresce. Outra coisa é a leitura. (...) para a PPDF, a leitura representa um canal muito importante de lazer e de

educação e, pra você lidar com isso, você tem que ter uma determinada educação. Tem que ter uma formação mínima pra poder assistir um programa de TV, assistir um filme precisa de uma certa educação” *(sic)*;

6. (4ª. série) “Acho que não existe relação entre uma coisa e outra” *(sic)*;

7. (4ª. série) “ Eu estudei pouco mas, nas poucas escolas que fui, encontrei o problema das escadarias que impede a gente de estudar (...) existe outras maneiras também de aprender. Gosto de ler jornal, assistir cursos e palestras, sempre que posso vou. Não assisto mais às sessões da Câmara de vereadores aqui em Campinas - como eu fazia habitualmente antes - porque retiraram o elevador que dá acesso na Prefeitura. (...) O fato de me educar, além da escola, me ajuda a entender melhor as coisas, me ajuda no trabalho, me ajuda quando assisto um programa na TV, um jogo, ou quando assisto um concerto musical” *(sic)*;

8. (2º. g.) “Tem tudo a ver sim, porque, dependendo do grau da educação da pessoa, um grupo escolhe um determinado local, outra parte do grupo escolhe outro. Depende também do poder aquisitivo. Tem lugares que a gente não consegue se soltar, descontraír, porque lá quem frequênta é só gente da alta, com outro tipo de educação. Tem outras pessoas no grupo que já preferem mais a brincadeira aberta, só diversão, “baixaria” mesmo e que a sociedade não está muito acostumada a perceber, mas que todo mundo está sujeito, os normais fazem “baixaria” e os portadores também fazem “baixaria”. Depende do lugar, você vai onde se sente bem. A gente não se sente bem participando de festas com o pessoal “mais lá em cima”, políticos, gente rica, ... não tem clima” *(sic)*.

Analísando os discursos acerca da relação lazer/educação

As pessoas que foram entrevistadas no grupo apresentam, na sua maioria, um bom grau de escolaridade. No entanto, esse não é um fator comum no grupo. No conjunto das 50 pessoas portadoras de deficiência física que participam do grupo, encontramos 10 dessas que são analfabetas e enfrentam muitas dificuldades no entendimento de algumas atividades que são propostas. O fato de não saberem ler, escrever ou mesmo interpretar o que está sendo dito faz com que dependam, na maior parte do tempo, de alguém para lhes ajudar. Além da dependência física, essas pessoas também se tornam dependentes nesses outros aspectos.

Devido a dificuldades nesses aspectos, acrescidos à grande diversidade das limitações físicas, muitos conteúdos, tanto nos encontros de reflexão como nos encontros de lazer, precisam ser adaptados para uma linguagem que possa ser compreendida pela maioria das pessoas.

Existem dinâmicas nos encontros do grupo em que as pessoas precisam escrever suas opiniões, ou ler algumas passagens do texto que fundamenta a reunião. Pelo fato de várias não saberem ler e escrever, ocorre que são quase sempre as mesmas pessoas que fazem essas tarefas.

Percebemos isso, também, quando algumas pessoas do grupo são chamadas a expressar oralmente suas idéias. Devido à dificuldade que elas próprias acreditam que têm, há uma recusa ou um certo constrangimento em falar para mais pessoas. Uma estratégia usada pela coordenação, que tenta solucionar, pelo menos em parte, essa dificuldade, é a reunião em pequenos subgrupos. Nestes, as PPDF sentem-se mais à vontade para participar.

Outro momento em que pudemos observar que as PPDF do grupo manifestavam mais espontaneidade para falar sobre suas inquietações, foi durante o intervalo de almoço, o qual durava aproximadamente uma hora e meia. As observações que realizamos durante esse tempo de intervalo contribuíram bastante para que pudéssemos compreender melhor o cotidiano das PPDF. Algumas entrevistas foram realizadas durante o intervalo de almoço enquanto, outras, nós as realizamos na residência dos entrevistados.

Sobre a questão educacional, as PPDF não só nos apontaram algumas relações que elas percebem envolvendo o lazer, mas também nos relataram as dificuldades que enfrentaram para ter acesso à escola. As principais barreiras encontradas foram as escadarias e o transporte, ou seja; barreiras arquitetônicas.

No que se refere às relações percebidas entre educação e lazer os entrevistados 1 e 6 afirmaram que não percebiam relação entre essas esferas sociais. Para eles, a educação é condicionante para o “trabalho”, mas não para o lazer.

A educação foi considerada de forma diferente pelos entrevistados 3 e 4, os quais apontaram seu valor no que se refere à ampliação das possibilidades de lazer, a partir do conhecimento prévio de alguns conteúdos.

O entrevistado 5 ressaltou a importância que tem o fator educacional na facilitação de acesso ao lazer. Segundo este, assim como o trabalho, a educação proporciona diferentes perspectivas de convivência com um grupo mais amplo. Com isso, as possibilidades das PPDF se desenvolver crescem consideravelmente. Esse entrevistado ressaltou, ainda, a importância da leitura - que pode ser um conteúdo de lazer - na vida das PPDF. Segundo este, a leitura representa um bom canal de educação para as PPDF em geral, já que estas têm dificuldades de permanecer na escola devido às barreiras já citadas. A leitura daria base para acompanhar diversas outras atividades de lazer.

O entrevistado 7 também se referiu às dificuldades de acesso à escola e confirmou que, grande parte de sua educação, foi obtida fora da escola, através de leituras, palestras, congressos e eventos dessa natureza. Destacou ainda a necessidade da educação - seja ela formal ou informal - para que ele próprio pudesse ter uma melhor compreensão e participação nas atividades de lazer.

A entrevistada 8 relacionou a questão educacional com o fator “escolha de espaços” para o lazer. Segundo ela, de acordo com o grau de educação, as PPDF têm tendência a buscar locais e atividades com outras que também tenham uma escolaridade semelhante. Apesar de surgir convites para que o grupo participe de eventos com pessoas “mais graduadas”, a maioria das PPDF não se sente bem participando.

Concluimos que o fator educacional constitui-se em uma importante barreira para o lazer, à medida que algumas PPDF não conseguem trabalho em função da baixa escolaridade; existem determinados conteúdos de lazer que exigem um certo grau de formação para que sejam desenvolvidos; limita os conteúdos de lazer tanto na diversificação de seus conteúdos quanto no aprofundamento dos mesmos e limita também a interação social com outras pessoas.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo das barreiras sócio- culturais que influenciam no lazer da PPDF pertencentes ao grupo FCD-Campinas e da participação nos encontros desse grupo por mais de dois anos, pudemos conhecer um pouco mais sobre os problemas enfrentados por essas pessoas que têm um lazer reduzido, não em função da deficiência que portam, mas, sim, em função do significado que tem essa deficiência na realidade do nosso país hoje.

Num país que apresenta um elevado número de analfabetismo, onde o desemprego cresce abruptamente, onde a saúde pública está cada vez mais precária e os direitos de cidadania são pouco respeitados, é difícil garantir um lazer com qualidade, quando nem o trabalho, que é visto como uma “obrigação” está garantido aos grupos minoritários.

Refletir sobre lazer, nas condições em que vive a maioria das PPD hoje, significa refletir sobre um direito fundamental da pessoa, enquanto cidadão, seja ela portadora de deficiência ou não.

Buscar a “democratização do lazer” não significa estar alheio à percepção de outras necessidades, mas, sim, optar por um caminho diferente na conquista de melhores condições de vida em sociedade.

Marcellino recomenda que se busque, no lazer, os valores da chamada “democratização cultural” que, segundo ele, “... leva em conta as limitações estruturais, mas crê na especificidade da ação no plano cultural, como um dos instrumentos de mudança, a saber: participação popular; minimização das barreiras sócio culturais (já apontadas nesse estudo); otimização do uso dos equipamentos específicos e utilização dos equipamentos não-específicos devidamente adaptados; diversificação de conteúdos, procurando, a partir do interesse central, ampliar o

interesse para os demais conteúdos; elevação dos níveis, tanto no gênero da prática, como no da fruição ou consumo, quanto no do conhecimento”.⁷¹

Para minimizar as barreiras sócio-culturais de acesso ao lazer, torna-se necessário que o percebamos na sua amplitude e complexidade. Ao abordar aspectos como o significado de “deficiência” para pessoas portadoras, bem como aspectos referentes à sua educação e trabalho, não estamos nos afastando da temática proposta inicialmente, mas, sim, tentando abarcar fatores condicionantes que estão diretamente ligados às barreiras que afetam o lazer.

Conceber “deficiência” como um problema individual e sem relação com a sociedade, provoca atitudes de isolamento e auto-piedade que, em nada, contribuem para o desenvolvimento do ser humano. Por outro lado, se a “deficiência” for percebida como um problema social e relativo ao tempo e ao espaço em que vive a pessoa portadora, buscar-se-á soluções em grupo, no qual a luta pela eliminação de barreiras ultrapassa a necessidade individual, transforma-se em uma luta de todos, até daqueles que, no momento, não sentem essa necessidade.

Constatamos, com essa pesquisa, a importância que tem o grupo FCD na vida das PPDF e nas famílias daqueles que dele participam. O grupo contribui na fase mais difícil da deficiência e representa um primeiro passo para superar os bloqueios que a deficiência gera. Passada essa primeira fase em que a PPDF procura inicialmente outras pessoas que representam seus pares, por também portarem deficiência física, percebemos uma grande evolução na forma de se auto-perceberem e, daí, geralmente acontecem duas reações distintas: ou a PPDF permanece no grupo, a fim de usufruir desse contato social e de levar aos outros suas experiências, ou a PPDF passa a buscar outros objetivos que vão além daquilo que o grupo pode oferecer. Em decorrência disso, abandona o grupo.

⁷¹ Nelson Carvalho MARCELLINO, *Interesses físicos no lazer e associativismo*.

De acordo com dois entrevistados, chega um determinado momento em que a PPDF sente necessidade de ampliar suas amizades, conversar sobre outros assuntos. Enfim, já não prefere mais ficar limitada às pessoas do grupo FCD. Para estas, o grupo já cumpriu seu papel.

No que se refere às barreiras sócio-culturais que influenciam no lazer das PPDF, houve unanimidade em afirmar que as barreiras são mais fáceis de serem enfrentadas, quando as PPDF estão reunidas em grupo. Adaptando essa afirmação para o lazer, podemos concluir que o grupo FCD é um grande minimizador de barreiras para o lazer das PPDF.

A falta de um transporte adaptado foi apontado como uma das principais barreiras. Essa é uma barreira que afeta não só o lazer, mas também outros aspectos da vida da PPDF, que não querem mais depender continuamente de algum familiar para lhes auxiliar. As PPDF, em geral, acreditam que um transporte adaptado às suas necessidades resolveria a maior parte de seus problemas, tanto para ir escola, como ao trabalho, às sessões de fisioterapia, aos espaços culturais, enfim, onde fosse necessário.

Ao lado dessa barreira em relação ao transporte, são colocadas muitas outras barreiras arquitetônicas como: a ausência de rampas, de guias rebaixadas nas calçadas, de elevadores de acesso, falta de sanitários adaptados, telefones públicos sem adaptação, corredores e portas estreitas que impedem a passagem da cadeira de rodas, além de outras mais específicas de cada caso.

No que se refere às barreiras sócio-culturais em relação as atitudes das pessoas em geral, foram apontadas dificuldades como: falta de voluntários preparados para auxiliar uma PPDF; preconceito; confusão entre deficiência física e mental devido ao desconhecimento das capacidades da PPDF; o olhar dos outros

direcionado às PPDF, além de atitudes da própria família em relação à pessoa portadora de deficiência física.

No caso de barreiras sócio-culturais específicas para o lazer, além dessas citadas acima, foram comentadas outras como: a violência nas ruas e em alguns espaços de lazer, a falta de condições financeiras para “sair de casa”, a rotina de algumas atividades e a dificuldade que tem a PPDF em lidar com sua própria deficiência.

Acrescentamos também o baixo grau de escolaridade que interfere na opção por determinadas atividades e limita a compreensão de outras. Podemos perceber, também, que os problemas de saúde constante impedem um grande número de PPDF de praticar o lazer. Outro fator que não foi comentado nas entrevistas, mas que podemos observar de maneira informal nos encontros, é que o medo de se machucar ou agravar uma lesão, bem como a insegurança em relação a algumas atividades - principalmente se exigem movimento - faz com que as pessoas não participem das atividades.

Ainda outro fator, que também pode afastar ou aproximar várias PPDF de atividades de lazer, se refere à capacidade que têm, alguns membros do grupo, de influenciar na participação dos outros. Isso ocorre da seguinte forma: se uma pessoa, que é vista como importante para o grupo e que exerce uma certa liderança, embora não manifesta no grupo, comentar que não vai poder participar de um evento, muitas outras desistem de ir também. O inverso também acontece: se essa pessoa tida como importante para outras PPDF confirmar sua participação, esta carrega consigo muitos outros adeptos. Tivemos oportunidade de participar de eventos de lazer em que, pelo menos, cinco PPDF não foram, somente porque “fulano” não iria.

Na cidade de Campinas, a luta pelos direitos das PPDF está avançando a medida que os grupos estão se organizando. Um dos fatores que contribuiu para isso foi o enfoque dado, a partir do ano de 1981, “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência” - no qual são as próprias pessoas portadoras que devem falar sobre seus problemas e não delegar isso a instituições, técnicos ou administradores.

Pudemos acompanhar, durante esse estudo, vários eventos de discussão acerca dos direitos de cidadania da pessoa portadora de deficiência. Um deles foi a “I Conferência Municipal de Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência”, que coincidiu com a criação do conselho municipal composto por representantes portadores de diferentes deficiências.

Nessa Conferência, o grupo que discutiu a questão do lazer apontou como principais dificuldades: o transporte, as barreiras arquitetônicas, centralização de espaços, falta de monitores para atividades com PPD e falta de divulgação dos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal.

Frente a essas dificuldades foram apresentadas as seguintes sugestões: parceria entre Prefeitura Municipal e Universidades (PUC e UNICAMP), seja no aproveitamento de monitores em estágio ou na contribuição referente a conhecimentos sistematizados nas diferentes áreas; melhor utilização dos espaços de lazer nos bairros, tanto espaços específicos como ginásios ou quadras de esporte, quanto espaços não específicos como escolas; quanto às barreiras arquitetônicas foi sugerido que a equipe de engenharia da Prefeitura fosse composta não só por técnicos na área de engenharia, mas também por pessoas portadoras das diferentes deficiências (física, mental, visual e auditiva), a fim de que não fizessem adaptações que são impossíveis de serem utilizadas pelos seus usuários.

Quanto a recursos para implementação dessas mudanças, foi sugerido que se utilizasse mais os espaços que a Prefeitura tem na mídia local e também que fossem adaptados alguns recursos do município. Outra proposta foi que a de buscar junto a empresas privadas alguns recursos necessários.

Diante do exposto, acreditamos que é possível garantir um lazer de qualidade a todas as pessoas, sejam elas portadoras de deficiência ou não, desde que reconheçamos os seus valores na formação da personalidade e desenvolvimento social do ser humano.

Se valorizarmos mais a “pessoa” e menos a “deficiência”, poderemos ter atitudes menos segregadoras e superar grande parte das barreiras sócio-culturais oriundas de tais atitudes. Sem a pretensão de apresentar alternativas prontas e acabadas, desejamos que esse estudo possa representar um impulso no sentido de melhoria da vida dessas PPDF e de tantas outras que ainda encontram-se isoladas pela sua deficiência, quem sabe aguardando uma oportunidade para se manifestarem.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Eunice (Org.) Tendências e desafios da educação especial. Brasília/ SEESP: MEC. 1994.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Mercado de trabalho e deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial. nº 02, 1994.
- _____. Pensar a diferença / deficiência. São Paulo: CORDE, 1994.
- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Psicologia básica do excepcional. S.P. EPU., 1986.
- BRASIL, MEC, CENESP. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente. Brasília, 1986.
- BRASIL. MEC. SEESP. Política nacional de educação especial: livro 1. Brasília, 1994.
- BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. Revista Brasileira de Educação Especial. vol. 2, n. 3, 1995
- BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.
- CAILLOIS, Roger. Os jogos e os homens. Paris, Gallimard, 1967.
- CARMO, Apolônio Abadio do. Deficiência física: a sociedade cria, “recupera” e discrimina, Brasília: Secretaria dos Desportos/PR. 1991
- CARTAS ABERTAS: revista da fraternidade cristã de doentes e deficientes (FCD), nº 90, p. 18, jan.-mar. , 1997.

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE. Documento produzido pelo CVI. "Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. SP. 1995.

CRESPO, Ana Maria Morales. Pessoas deficientes e a construção da cidadania. PRODEF. São Paulo., 1995.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, sobre os princípios, política e prática em educação especial, Espanha, 1994.

FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENÇA E DEFICIÊNCIA (FCD). Texto mimeografado da FDC Nacional. Rio Claro. SP. Sem data.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 11. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1985.

FRIEDMANN, Georges. O trabalho em migalhas: especialização e lazeres. São Paulo, Perspectiva, 1983.

GAELZER, Lenea. Lazer, benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina: UFRGS, 1979.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1987.

KAHRTER, R., PEREIRA, I. Organização e conquistas das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. In: FÓRUM PROFISSIONALIZAÇÃO E DEFICIÊNCIA, 1., 1994, Campinas: PUCCAMP, 1994.

KIRK, Samuel A. GALLAGHER, J. Educação da criança excepcional. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1991.

LAFARGUE, Paul. O direito a preguiça. 3., ed.. São Paulo: Kairós, 1983.

LDB. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Câmara de educação básica. Brasília, 1997.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo.: E.P.U.,

MACEDO, Carmem Cinira de Andrade , FIGUEIREDO, Luis Cláudio Mendonça. Domingo na praia: a dimensão simbólica do lazer. Revista Reflexão, Campinas, n. 35.

MARCELLINO, Nelson. C. Lazer e educação. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Lazer e humanização. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Estudos do lazer: uma introdução, Campinas: Autores associados, 1996.

_____. Interesses físicos no lazer e associativismo. Campinas, 1997. (Tese de livre livre docência) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1997

MARCONDES, J. V. Freitas. Trabalho, lazer e educação. Documento. RJ., SESC (8/9): 7-23, set./dez. 1972

MAZZOTTA, Marcos José da S. Fundamentos da educação especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MEDEIROS, Ethel B. O lazer no planejamento urbano. Rio de Janeiro: F.G.V., 1971.

OIT. Organização de trabalho para pessoas portadoras de deficiência: um guia para organizações de trabalhadores. CORDE. Brasília. 1994.

- OMOTE, Sadao. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. Rev. Brasileira de Educação Especial, n. 2, 1994.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. É o brasileiro associativo? Leitura CELAZER, São Paulo, n. 13, mar. 1981.
- PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- PACHECO, Horácio. Inchação urbana, violência, lazer. Boletim do Intercâmbio, Rio de Janeiro, SESC, v. 2, n. 6, p.11-20, abr. - jun., 1981.
- REQUIXA, Renato. Juventude e tempo livre em países em desenvolvimento. Boletim de Intercâmbio. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 7-22, jan. – mar., 1980 SESC, 1(1): 7-22, jan./mar. 1980.
- _____. Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBAS, João Batista Cintra. O que são pessoas deficientes? São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.
- RIESMAN, David. A multidão solitária. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- SASSAKI, Romeu. Documento do CVI. São Paulo: Prefeitura Municipal , 1995.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 16 ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- SILVA, Otto, M. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa. São Paulo: Pioneira, 1965.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) O que você pensa sobre lazer?
- 2) Você tem ou não lazer? Como poderia caracterizá-lo em relação ao tempo ocupado, conteúdos, atitudes, oportunidades e barreiras?
- 3) Você acha que o trabalho exerce ou não alguma influência sobre o seu lazer? Como?
- 4) Você encontra barreiras no trabalho? Quais?
- 5) Você acha que a educação influencia ou não no seu lazer? Como?
- 6) O que você pensa sobre “deficiência”?
- 7) No seu entender, o grupo FCD contribui ou não para sua vida em geral? Se acha que sim, de que forma?
- 8) O grupo FCD contribui ou não para o seu lazer especificamente?
- 9) Você participa das atividades de lazer promovidas pelo grupo FCD?
- 10) Você encontra barreiras que dificultam sua participação nas atividades de lazer realizadas junto ao grupo? Quais?

Dados Pessoais

- 1) Nome:
- 2) Data de nascimento:
- 3) estado civil:
- 4) endereço:
- 5) grau de escolaridade:
- 6) trabalha: _____ Profissão: _____
- 7) tempo no grupo FCD:
- 8) tipo de deficiência: causa e grau de limitação
- 9) idade que ocorreu:
- 10) tempo consumido com outras obrigações (fisioterapia, igreja, política, esportes):